

*Revista do
Instituto Histórico
e Geográfico
do Rio Grande do Sul*



1982 - PORTO ALEGRE - RS - BRASIL

122

**REVISTA DO
INSTITUTO HISTÓRICO
E GEOGRÁFICO
DO RIO GRANDE DO SUL**

REVISTA DO
INSTITUTO HISTÓRICO
E GEOGRÁFICO
DO RIO GRANDE DO SUL



COLABORAÇÃO

(Artigos e palestras)

FLORES DA CUNHA — CENTENÁRIO DE SEU NASCIMENTO

Arthur Ferreira Filho

(Palestra proferida em 27.III.1980)

Honrado com a incumbência recebida do nosso preclaro Presidente Perpétuo, Dr. Adroaldo Mesquita da Costa, para falar em nome do Instituto, sobre a personalidade do General José Antônio Flores da Cunha, cujo centenário de nascimento estamos comemorando, sinto que poderei me portar, senão com a desejada eloquência e o desejado brilho, pelo menos com a insuspeição de quem, tendo sido contemporâneo daquele notável homem público, nunca foi persona grata de seu governo.

Cumpre-me declarar, desde já, não ser a nossa intenção fazer um estudo em profundidade sobre a vida pública de Flores da Cunha e menos, ainda, assumir o papel de juiz de sua conduta.

Deixaremos essa tarefa a cargo dos biógrafos e dos historiados do futuro

Neste momento, quando o Rio Grande, alheio às diferenciações partidárias, reverência a memória de um de seus filhos ilustres, cabe-nos apenas ressaltar suas qualidades positivas, que não são poucas, assinalando especialmente aquelas que melhor o identificam como um forte, um vigoroso expoente do caráter rio-grandense.

O Gen. José Antônio Flores da Cunha nasceu na estância paterna, no município de Santana do Livramento, a 5 de março de 1880.

Foi, pelo nascimento, o que se poderia chamar um autêntico rio-grandense de duzentos anos.

Conforme a excelente pesquisa publicada, há pouco, pelo nosso digno consócio Dr. Paulo Xavier, constata-se que seus antepassados foram contemporâneos e participantes dos primeiros momentos históricos do Rio Grande. E provinham de portugueses do continente, açorianos, lagunistas e bandeirantes, que aqui se encontraram para criar esta província do extremo sul e produzir certos exemplares humanos diferenciados, pelo temperamento, da maioria dos filhos de outras regiões.

No aspecto físico de Flores da Cunha, em sua tez muito clara, em seu cabelo alourado, ainda apontava acentuado vestígio do sangue flamengo, que corria nas veias de remotos ancestrais, os primitivos povoadores das ilhas açorianas.

Iniciando-se no estudo da Engenharia, logo sentiu não ser essa a profissão que lhe conduziria ao sonhado futuro. E como quem recua, a tempo, de um caminho tomado por engano, volta ao ponto de partida e encontra a *diritta* via, que o levou à Faculdade de Direito de São Paulo, onde tantos gaúchos se prepararam para os prélios judiciário e, mesmo, para as atividades da política.

Formado bacharel em direito é, sem demora, nomeado delegado de Polícia no Rio de Janeiro, para o bairro da Saúde, outrora famoso pelas desordens e aruaças ali promovidas pelos remanescentes da capoeiragem.

Tinha, então, vinte e três anos e se achava em plena expansão de seu temperamento vulcânico.

Prestou grandes serviços à ordem, tendo, segundo dizem, imposto a pacificação do bairro por *la razon o por la fuerza*; mas um atrito com representante da imprensa, levou-o a deixar o cargo, de sua própria vontade.

Volta ao Rio Grande e estabelece, com franco sucesso, escritório de advocacia em sua terra natal. Orador dotado de raras qualidades, brilha no tribunal do júri e empolga os gaúchos da região, amantes das expressões afirmativas e das frases sonoras. De família castilhistas, integra-se com ardor no Partido Republicano, chefiado pelo austero Borges de Medeiros, vindo a ser eleito deputado estadual, para o período legislativo a iniciar-se em 1909, quando foi colega de bancada de seu irmão mais velho, Cel. Francisco Flores da Cunha. Regressa ao Rio de Janeiro antes de terminar o mandato, sendo mais tarde, por influência de Pinheiro Machado, eleito deputado federal pelo Ceará, onde nunca estivera.

Essas eleições por Estados estranhos ao candidato, não eram tão raras como geralmente se supõe. Rivadávia Corrêa e Ângelo Pinheiro Machado, ambos gaúchos, foram deputados por São Paulo; Barbosa Lima, pernambucano, foi deputado pelo Rio Grande do Sul, e assim muitos outros, principalmente nos Estados do Norte. O precedente aqui vinha de longe, desde o tempo do 1.º reinado, quando a nossa Província elegeu senador o eminente paulista, Visconde de São Leopoldo e, mais tarde, repetiu o gesto, levando ao Senado vitalício, o glorioso Pacificador do Rio Grande.

Em relação à vida de certos homens somos, às vezes, levados a usar a palavra **destino**, em seu sentido mais abstrato, na tentativa de explicar o inexplicável. É o caso de Flores da Cunha, abandonando um mandato de deputado federal, iniciado, havia pouco, para disputar nas urnas a intendência Municipal de Uruguaiana. As aparências, pelo menos, eram de um retrocesso em sua carreira política. Entretanto foi da intendência de Uruguaiana que seu nome se projetou no Brasil. E não pela excelente administração ali realizada, mas por um motivo que, em 1920, só a um profeta seria facultado prever.

A política rio-grandense se achava em completa calma, e algumas divergências locais, entre membros do próprio Partido Republicano, não passavam de pequenas refregas, aragens sem vigor para arrepiar as águas tranqüilas da situação castilhistas.

Mas o movimento revolucionário de 1923, promovido contra a reeleição de Borges de Medeiros, por antigos federalistas, aliados a dissidentes republicanos, revelou no brilhante advogado da Fronteira Oeste, além da bravura invulgar, uma extraordinária capacidade de agir e agremiar.

Uruguaiana foi sitiada, logo nos primeiros dias do movimento, por numerosa força rebelde chefiada pelo caudilho Honório Lemos.

Segundo a voz corrente, era intenção dos revolucionários, assim que ocupassem Uruguaiana, estabelecer naquela importante cidade fronteiriça um governo chefiado por Assis Brasil, isso porque acreditavam fundada ou infundadamente, que o presidente Arthur Bernardes, em face da dualidade de governo, intervisse no Rio Grande do Sul, afastando o presidente Borges de Medeiros e convocando, oportunamente, novas eleições.

Mas Flores da Cunha não se deixou surpreender. Farejando luta próxima, fora a Porto Alegre solicitar do governo do Estado autorização e recursos para adquirir armamento na vizinha República Argentina, o que levou a efeito, trazendo de lá quatrocentos fuzis Mauser e a respectiva munição. E, ao mesmo tempo, reunia amigos, inclusive do Itaqui, donde Osvaldo Aranha trouxera um forte grupo de homens dispostos à luta. A polícia municipal teve seu efetivo aumentado e posto em pé de guerra, com o título evocativo de Fronteiras da República.

Repelidos, com vantagem, os ataques adversários, Flores contraatacou logo, forçando Honório a retirar-se na direção de Alegrete.

Depois, com os Fronteiras da República e o Corpo Auxiliar comandado por Osvaldo Aranha, incorpora-se à Brigada Provisória do Cel. Claudino Nunes Pereira, passando a comandar a vanguarda desse valoroso chefe.

Em Santa Maria Chico carrega violentamente contra a Coluna rebelde do Gen. Estácio Azambuja, desbaratando-a completamente. Comissionado no posto de Coronel, substitui Claudino e continua a fazer a guerra no seu estilo. Não dá quartel a Honório Lemos. Marcha quase sempre à testa de sua coluna e, é sempre dos primeiros a fazer contato com o inimigo, que procura livrar-se de sua perseguição tenaz e implacável. Várias vezes pagou caro por seus atos de temeridade.

Na ponte Borges de Medeiros, no Ibirapuitã, consolidou definitivamente sua legenda de bravura.

Outras pontes, na história, se haviam associado a nomes de heróis: a ponte de Arcole, ao Gen. Bonaparte, a de Itororó ao Duque de Caxias, a de Garlitz ao Cavaleiro de Bayard. No Rio Grande do Sul, quem falar na Ponte do Ibirapuitã, há de lembrar-se de Flores da Cunha.

Durante a perseguição a Honório, na Região Missioneira, destacando-se imprudentemente de sua coluna, quase foi aprisionado ou morto. Mas já diziam os antigos que a sorte favorece os audazes, e Flores era de uma audácia incorrigível. Tendo violado por várias vezes, os princípios elementares da tática, isso não impediu que, com exceção de Ponche Verde, onde ele não se encontrava, se sabsse bem de suas arriscadas. Em Ibicuí da Armada, agindo com mais prudência, alcançou sobre o adversário uma vitória completa.

Em Guassu-boi, então já a serviço do governo federal, surpreendeu e extraviou a força revolucionária que ali se achava acampada. Esse feito de armas lhe valeu a patente de General Honorário do Exército.

A esse tempo, Flores já havia voltado à Câmara Federal e, tão logo teve notícias do movimento revolucionário no Rio Grande do Sul, encabeçado pelo Capitão Luiz Carlos Prestes, ao qual aderiram Honório Lemos, Zeca Neto e outros caudilhos gaúchos, ofereceu seus serviços ao governo, que foram prontamente aceitos.

Ao se despedir de seus colegas da Câmara, expandiu-se a invocar a figura lendária de Cid, o Campeador:

Só por necesidad batallo
I así que me pongo en la silla,
La lucha luego se ensacha
Delante de my caballo.

Terminada a luta no Rio Grande do Sul, Flores da Cunha volta a ocupar sua cadeira de deputado. Seu prestígio ganhara novas dimensões e a fama de sua bravura chegava aos mais distantes recantos da Pátria.

Na política local, foi ele quem, embora indiretamente, mais favoreceu o lançamento da candidatura de Getúlio Vargas à presidência do Estado. Tendo publicamente se declarado contrário à candidatura, tida como natural, do dr. Protásio Alves e reivindicado para a Fronteira a vez de dar o governante estadual, levou Borges de Medeiros a inclinar-se para Getúlio Vargas que, diga-se de passagem, era um de seus prefeitos. Getúlio, sendo fronteirista, atendia as reivindicações de Flores e, sendo conciliador, serviria de pára-choque entre este e o Gen. Paim Filho, tornados rivais, após destacada atuação nas recentes lutas internas.

Neste ponto, acrescentaremos que Getúlio correspondeu plenamente aos cuidados de Borges de Medeiros, nomeando secretários, então apenas três, que representavam a Fronteira, a Serra e o Litoral Sul.

O espírito legalista de Flores da Cunha é quase uma constante em sua vida, e afirmações nesse sentido encontram-se a cada passo. Sua participação na Revolução de 30 teria sido devida mais à solidariedade partidária e interesse regional, que por convecção íntima. Era amigo pessoal de Júlio Prestes e segundo João Neves da Fontoura, teria já se manifestado simpatizante do político paulista à presidência da República. Mas logo inflamou-se pela causa da chamada Aliança Liberal, que sustentava a candidatura de Getúlio. Na tarde de 3 de outubro arriscou sua vida e a de seus filhos no ataque ao Q.G. da 3.^a Região Militar.

Em marcha para o Paraná teve, falando em Carazinho, uma frase que bem definia seu estado de ânimo. Frase enxuta e plena de energia: «Desta viagem, ou se volta com honra, ou não se volta!»

Esta frase, tensa como a alma do herói, no momento em que a proferiu foi, mais tarde, destendida pelo poeta Zeferino Brasil, por necessidade de completar as doze sílabas do verso alexandrino e de uma rima para «feitos imortais». E assim caiu no domínio público a famosa frase, não como o orador a proferiu, mas como o poeta a publicou.

A nomeação de Flores da Cunha para interventor federal, após a vitória da Revolução foi recebida com gerais aplausos, pela confiança que inspiravam suas comprovadas qualidades de administrador e seu coração generoso, avesso a perseguições e vinganças. E também porque a Revolução não tinha adversários neste Estado, embora nem todos estivessem convencidos do acerto em depor um presidente, sabidamente honrado e legitimamente eleito, abalando profundamente a ordem jurídica da Nação, em nome de um duvidoso liberalismo, em que poucos acreditavam com seriedade, como logo depois se comprovou.

Como administrador, Flores correspondeu à expectativa dos rio-grandenses, saneando as finanças e realizando obras importantes, em todos os setores, tendo construído as primeiras rodovias pavimentadas.

No terreno político, porém, as coisas não se passaram do mesmo modo. Os dois partidos rio-grandenses da época, que haviam fornecido o elemento humano para a Revolução, romperam com a ditadura de Vargas, declarando-se solidários com os paulistas que se ergueram, em armas, pela reconstitucionalização do País.

A decisão de Flores, apoiando a ditadura, resultou no esfacelamento do Partido Republicano, a gloriosa agremiação de Júlio de Castilhos, cujo chefe, Borges de Medeiros, tomara armas para cumprir a palavra empenhada com os paulistas, e fora derrotado e preso, a 20 de setembro de 1932, em Cerro Alegre, município de Piratini.

Flores da Cunha, vitorioso, fundou um novo partido, o Republicano Liberal, que o elegeu governador do Estado, pelo voto da maioria da Assembléia Legislativa.

Voltava-se às antigas e acirradas controvérsias políticas em clima de violência, em certas regiões do Estado.

Não obstante, o governador continuou a obra do interventor, realizando uma administração progressista.

Fiel no seu amor às tradições da terra gaúcha, comemorou magnificamente o centenário da Revolução Farroupilha, com uma opulenta exposição agropecuária-industrial e a ereção do estátua equestre do Gen. Bento Gonçalves, o herói máximo daquela epopéia.

Suas relações com o presidente Getúlio Vargas eram, ou pareciam ser as melhores possíveis. Ainda em 30 de setembro de 1935, o chefe da Nação, em viagem de regresso ao Rio de Janeiro, passou este caloroso telegrama: «Ao transpor fronteiras do Rio Grande, ainda sob a impressão do espetáculo maravilhoso do seu progresso moral e material, venho reiterar-lhe meus agradecimentos por todas as gentilezas do povo e governo rio-grandense. Pelo valor e dedicação postos sempre ao serviço desse grande Estado, nenhum nome estaria melhor que o do meu ilustre amigo, para presidir-lhe os destinos, no momento histórico da comemoração do primeiro centenário da epopéia Farroupilha».

Mas pouco tempo, ainda, havia passado e essa cordialidade, aparentemente tão sólida, já se deteriora, ao ponto de assumir o caráter de uma luta sem tréguas, da parte de Getúlio Vargas.

Pressões políticas e militares, sempre crescentes, levaram Flores da Cunha a renúncia e ao exílio em Montevideu.

Os verdadeiros motivos dessa surpreendente atitude do presidente Vargas continuam sendo um assunto polêmico.

Flores da Cunha fora seu correligionário de partido e seu mais destacado companheiro, na Revolução que o levou ao poder. Em 1932 o havia salvo, conforme as palavras do próprio Presidente, em longo telegrama de 10 de julho, que termina com estas angustiosas palavras: «Mais uma vez a salvação depende de ti! Aguardo resposta urgente. Afetuosos abraços. Getúlio Vargas».

Afirma o senador Daniel Krieger que a inimizade se originou da recusa de Flores à proposta de Getúlio de implantar uma ditadura, que, afinal, veio a ser instituída, poucos dias após a renúncia do governador rio-grandense. Será essa a última palavra para a História?

Flores da Cunha foi submetido a processo pelo Tribunal de Segurança Nacional, fórum inquisitorial que, ao acusado, apenas permitia arrolar duas testemunhas, com o máximo de quinze minutos para os depoimentos e outros quinze para a sustentação oral, pelo advogado do réu. E embora a brilhante e corajosa defesa produzida por Poty Medeiros, seu fiel e dedicado amigo, foi condenado e levado a prisão, na Ilha Grande, porque, para ele, não houve anistia.

O fim do Estado Novo, em outubro de 1945, restituiu-lhe a patente de General de Divisão Honorário do Exército e reconduziu à Câmara Federal, eleito pela U.D.N., sendo depois reeleito.

Achando-se eventualmente na presidência da Câmara, em 1955, apoiou o impedimento do presidente Café Filho, por suspeito de estar favorecendo um movimento político-militar, destinado a obstar a posse do candidato eleito Juscelino Kubstchek. Este foi o último destaque de sua longa e acidentada carreira de homem público.

O pensamento político de Flores da Cunha pode-se, salvo melhor definição, identificar-se como o de um republicano conservador a feição de Pinheiro Machado, extremosamente afeiçoado à República de 89 e sua estruturação constitucional.

De seu apego ao princípio da ordem pública, deu sobejas provas no ardor com que lutou contra as rebeliões acontecidas no Estado e no País, na década de vinte, e mesmo quando foi pressionado para abandonar o Governo em 1937.

Sua participação no Movimento de 30, contrariando o próprio temperamento legalista, teria sido por uma irresistível imposição do clima tremendamente emocional, que se criara no Rio Grande do Sul.

Até os últimos dias de sua existência, conservou-se um admirador sincero de Júlio de Castilhos, como também o fora Pinheiro Machado, não sendo, entretanto, de crer que se houvesse integrado ideologicamente na doutrina castilhista, entendendo-se como tal, a adoção das linhas essenciais do Sistema de Política Positiva de Augusto Comte. Em numerosos discursos políticos, nos comícios e no Parlamento, não se sabe que haja feito qualquer referência especial às teses sociais do Castilhismo, exatamente aquelas que conferiram ao imortal Estadista, a glória de ser o mais evoluído político de seu tempo. Nem mesmo o presidencialismo original, consubstanciado na Constituição Estadual de 14 de Julho, fora objeto de suas preocupações. Parece que seu castilhismo expressava, antes, uma sincera e justa admiração pela excepcional personalidade de Júlio de Castilhos, do que propriamente, uma adesão à sua doutrina **político e social**.

Como quer que seja, com todas as suas contradições, que o futuro julgará com imparcialidade, o bravo Flores da Cunha, cavalheiresco, sentimental, romântico, generoso, orador brilhante, administrador de visão ampla, audaz, violento, altaneiro, mas cortês como um cavaleiro antigo, elegante como poucos, há de ficar na história como uma figura marcante, entre as maiores do cenário político de seu tempo.

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, solidário com as comemorações promovidas pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Cultura, Turismo e Folclore, sente-se feliz em render seu tributo de admiração à memória daquele grande gaúcho General José Antônio Flores da Cunha.

— Identificação Genealógica de Pedro Canga —

Paulo Xavier

“É quase um mito — Pedro Canga. A tradição que dele ficou esgaçada nas cidades da campanha, apresenta-o como soldado-poeta da Revolução Farroupilha, afeito à guerra como às lides do campo; sabendo montar, pelear, improvisar à viola...”

Assim Guilhermino Cesar abre seu livro intitulado “O Embuçado do Erval, mito e poesia de Pedro Canga” em que analisa a importante contribuição poética desse gaúcho. E com outra frase que escreve logo adiante “Nem a história o descobre” admite e reconhece as dificuldades encontradas para que seja conhecida definitivamente a identidade do poeta.

As muitas hipóteses sempre levantadas não puderam ser comprovadas apesar das buscas procedidas em ampla bibliografia divulgada, além de informes alcançados em depoimentos respeitáveis.

De fato o homem que foi Pedro Canga teima em todos os tempos parecer imaterial. Nenhum apoio documental consistente até agora foi revelado que permita torná-lo palpável, gente afinal.

Resolvemos, por isso aduzir aqui alguns dados colhidos em nossas pesquisas realizadas nas fontes primárias da História guardadas ainda em nossos arquivos. Apoiamo-nos na Genealogia, essa vertente do conhecimento humano tão pouco utilizada ainda, embora todos a reconheçam como ciência auxiliar da História.

A família Muniz Fagundes aparece no Rio Grande do Sul por volta de 1750. Seu chefe, Antonio Muniz Leite, era natural da ilha de São Miguel (Açores), filho de Antonio Leite Vieira e de Anastácia Medeiros. Passara para o Brasil diretamente para as Minas Gerais. Como estas já estavam em decadência não permanece por muito tempo. Lá, porém, casou com Francisca Fagundes de Oliveira, natural de Mariana, GM, filha de Sebastião Fagundes Varela e de Clara dos Anjos (da mesma família de Luiz Nicolau Fagundes Varela, um dos maiores poetas românticos do Brasil, segundo Aurélio Porto).

Antonio Muniz Leite mudou-se depois para o Rio de Janeiro de onde resolveu partir para o sul, trazendo sua esposa e filhos ali nascidos. Depois de viverem algum tempo em Rio Grande, transferiram-se para Porto Alegre aqui falecendo Antonio Muniz Leite em 14-XII-1810 e Francisca Fagundes de Oliveira, em 18-VI-1815.

Encontramos no clássico "Almanak da Vila de Porto Alegre" de Manoel Antonio de Magalhães referência a um longevo que pensamos se trate do povoador aqui estudado. Ali se diz que ele ainda vivia (em 1808) "nos subúrbios dessa vila, chamado Antonio Muniz que me disse ter nascido no reinado do Senhor Dom João V no ano de 1697; ainda vive esse homem e sua mulher, tendo tido uma numerosíssima geração..." Confirmada essa identificação o povoador Antonio Muniz Leite teria vivido cento e treze anos!

A primogênita do casal — Ana de Medeiros, nasceu por volta de 1741 e casou no Rio Grande em 1757 com o açoriano João Pereira Duarte. Entre seus filhos se encontra Joana Maria dos Santos, nascida em Estreito (1766) que casou com José da Silva Tavares, açoriano nascido na ilha Terceira. Estes foram os pais (entre outros) João da Silva Tavares (1792-1872), o bem conhecido e importante chefe imperialista, depois feito barão (1759) e visconde de Serro Alegre (1871).

Jerônimo Muniz Fagundes foi o segundo filho do casal povoador (Antonio Muniz Leite — Anastácia de Medeiros). Faleceu em Caçapava (VII-1818) casado com Maria Antonia da Rocha. Dos sete filhos conhecidos deste casal uma foi Maria Antonia Muniz, nascida em Maldonado (1765) que casou com Manoel Amaro da Silveira (1758-1824) rico fazendeiro, senhor de quase a metade do Erval (com cerca de 600 km² de campos). Entre seus quatorze filhos se contava Maria Antonia, esposa do capitão Astrogildo Pereira da Costa, assassinado em 1831, filho de sargento-mor Antonio da Costa Pereira e de Eugênia Maria de Menezes. Do casal Maria Antonia-Astrogildo Pereira da Costa, houve onze filhos, entre os quais o barão de Aceguá e Eulália Pereira da Costa. Esta foi casada com Sebastião Inácio de Medeiros tendo, entre seus filhos Manoel da Costa Medeiros (1866-1931), o jornalista fundador de A SEMANA e colaborador de O LEQUE (ambos do Erval), além de escrever para o CORREIO DO SUL, de Bagé; ECO DO SUL (co-fundador) e A LUTA, de Rio Grande e DIÁRIO DE NOTÍCIAS de Porto Alegre. Foi também correspondente do ANUÁRIO de Graciano Alves de Azambuja e o "compilador" da obra literária de Pedro Canga, como detalha Guilhermino Cesar em seu trabalho referido.

O terceiro filho do casal povoador Muniz-Fagundes, nascido, ainda no Rio de Janeiro, foi Manoel Muniz Fagundes que casou com Margarida Gonçalves de Aguiar, irmã da segunda esposa do Cel. Francisco Pinto Bandeira e, portanto, tia do Brigadeiro Rafael Pinto Bandeira. É ascendente do ramo uruguáio da família.

O quarto filho do casal povoador e último nascido no Rio foi Vicente Muniz Fagundes que casou em Rio Grande (1784) com Dionisia Pereira Leal, natural de Maldonado cuja descendência analisaremos mais detalhadamente adiante.

No Rio Grande do Sul ainda nasceram seis filhos do casal de Antonio Muniz Leite-Francisca Fagundes de Oliveira, dos quais José Francisco e Pedro identificaremos agora. O primeiro, José Francisco Fagundes de Oliveira (ou Muniz Fagundes) faleceu em 29-VIII-1815 em Bagé. Desde 21-VIII-1805 foi arrendatário (por seis anos e quatro meses) dos rincões de Santa Tecla e Cavalhada (pertencentes à Coroa), cujos campos foram doadas, em 1810, para o governador Paulo José da Silva Gama, depois barão de Bagé. Serviu na Campanha Cisplatina (1811-12), tendo sido comandante de guerrilhas, de patrulhas volantes e do Distrito da Costa do Rio Negro.

O outro, Pedro Fagundes de Oliveira (1754-1829) tem sido muitas vezes identificado por alguns pesquisadores apressados com o poeta Pedro Canga. Na verdade foi um dos pioneiros povoadores dos campos de Bagé, como seu irmão José Francisco, tornando-se seu primeiro comandante militar e fundador da capela de São Sebastião. Começou a servir em 1774 por ocasião da guerra de reconquista de Rio Grande (1763-77). Fez a campanha de 1801 e a da Cisplatina (1811-12), sendo reformado (1812) no posto de capitão de Dagrões com 38 anos de serviço. Consta em sua ficha militar seu bom desempenho "servindo sempre com muita satisfação de seus superiores" bem como "honrado, muito subordinado... ficou comandando o ponto de Bagé." Esse comportamento não se ajusta à personalidade do poeta cujo temperamento certamente era muito diferente. Além do mais este faleceu muito antes da Revolução Farroupilha quando Pedro Canga se destacou.

Como já referimos Vicente Muniz Fagundes nasceu no Rio às vésperas de sua família transferir-se para o sul. A família de sua esposa fora uma das tantas que atingidas pela invasão dos castelhanos, tinha sido levada para São Carlos de Maldonado como prisioneira. Terminada a guerra (1777) voltaram, expressando uma deliberada eleição pela terra gaúcha.

Identificamos pelo menos doze filhos do casal Vicente-Dionisia Muniz Fagundes. O terceiro a nascer foi Pedro, batizado em Rio Grande, 28-IV-1789 (b. 12-X-89) que casou no oratório de Boa Vista (Rio Grande), em 28 XI 1807 com Anacleto Dutra. Foram pais de Sérgio Muniz Fagundes, nascido em Piratini (1809) que casou com Felicidade Bernardes de Souza, filha de Manoel Bernardes de Souza e de Contança Angélica de Almeida;

com geração. Tristão Muniz Fagundes, nasceu no Serro da Buena (1810) e casou com Perpétua Antonia Marques; com geração. Rogério Muniz Fagundes, nasceu em Jaguarão (1816). A quarta filha de Vicente Muniz Fagundes se chamou Josefa Albina, nascida em Rio Grande (1792) e foi casada com Mancel Dutra da Silveira; com geração.

Também se encontra entre os filhos de Vicente-Dionísia Muniz Fagundes, Manoel Muniz Fagundes nascido em Rio Grande (1799) que casou com Henriqueta de Almeida e Silva, com geração.

Ora muitos destes nomes reencontramos numa anotação de pesquisa realizada no Arquivo Histórico do RS, em correspondência oficial registrando uma desordem ocorrida no Erval por volta de 1819. Os fatos ali expostos são, em suma, os seguintes. No dia 3 de setembro de 1819 **Manoel Muniz Fagundes** feriu naquela povoação Antonio Carlos de Araujo e depois muito excitado, se dispôs a atear fogo à vila. Foi preso mas deixado ficar em casa de **Manoel Amaro**.

A família, imediatamente se mobilizara para protegê-lo.

A identificação do preso na documentação examinada mostra que era soldado desertor do batalhão de Infantaria (do Rio Grande) e se diz ali que usava o apelido de "Canga".

Seguindo as informações do expediente referido se fica sabendo que no dia seguinte, na hora da janta, "a mãe do preso d. **Dionísia Muniz Fagundes**", foi falar com o Juiz Vintenário para pedir sua soltura. E se acrescenta que nesta ocasião apareceu **Pedro Muniz Fagundes**, "irmão do Canga".

Com artifícios (diz a correspondência) saiu só com o Juiz para a rua; aí exigiu que soltasse seu irmão, senão mataria quem se opuzesse". O Juiz depois de prometer, conseguiu fugir da companhia de Pedro.

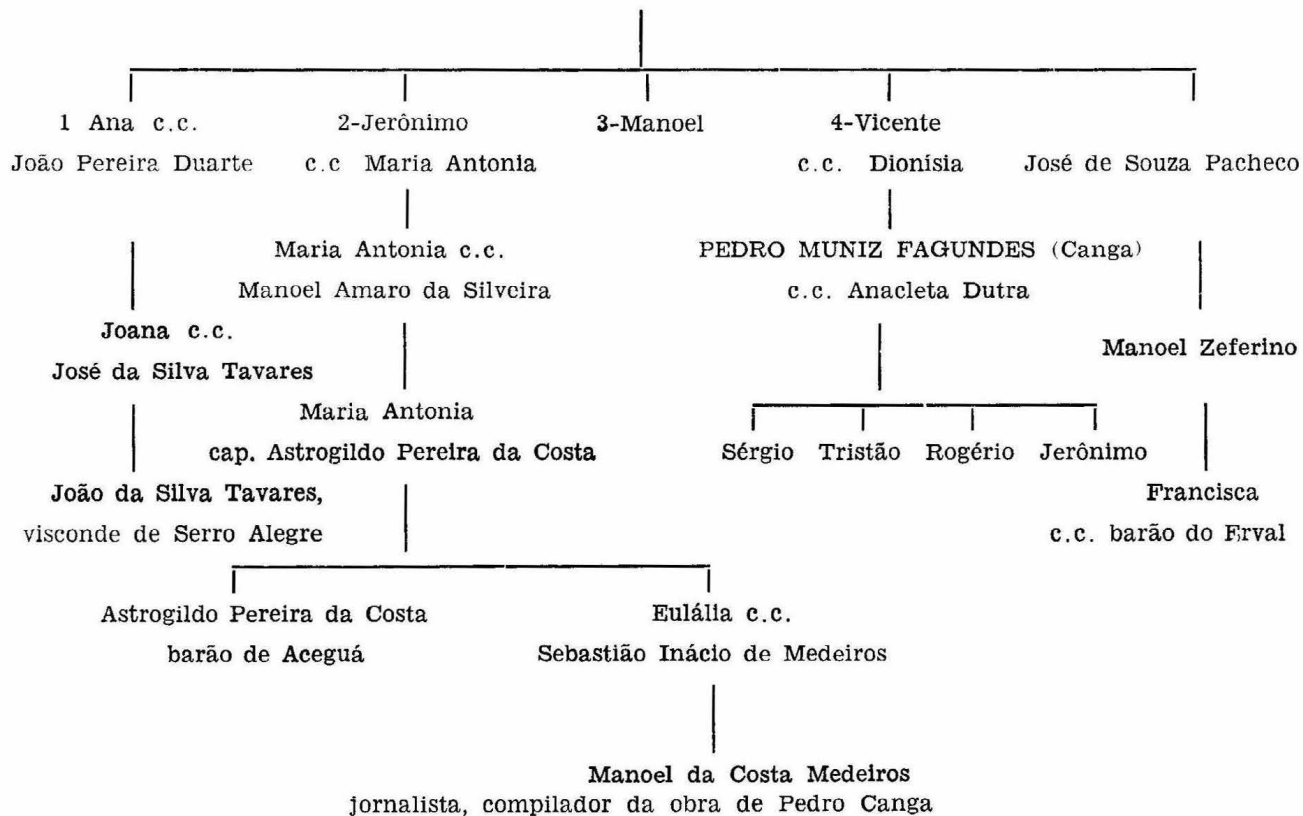
Este então, soltou o preso e passou toda a noite a fazer ameaças e desafios aos guardas. Na manhã seguinte voltou à casa do Juiz para exigir que lhe desse o processo com as provas contra o irmão. O Juiz se escusou, alegando que o havia enviado ao sarg-mor Hipólito da Costa Brandão.

Depois de uma referência a **Manoel Dutra** como sendo cunhado do preso, consta ainda que o Juiz devolveu uma espada e uma pistola "pelo receio que desse homem tem" (Pedro Muniz Fagundes). Mas como não mandasse uma vareta da pistola e um canivete, Pedro os reclamou, bem assim pela devolução de "um isqueiro e seu fuzil" pertencente ao irmão.

Ai estão os dados e os fatos recolhido na pesquisa. vê-se, não há dúvida, que é a mesma família Muniz Fagundes, pela coincidência dos diferentes nomes e seu relacionamento de parentesco.

Assim, Manoel Amaro que ficou como responsável pelo preso é o respeitável fazendeiro Manoel Amaro da Silveira, o marido de Maria Antonia (filha de Jerônimo Muniz Fagundes), sobrinha de Vicente Muniz Fagundes-**Dionísia Muniz Fagundes**. Portanto, Manoel Amaro-Maria Antonia eram primos do preso.

QUADRO GENEALÓGICO (parcial) da descendência de
ANTONIO MUNIZ LEITE c.c. FRANCISCA FAGUNDES DE OLIVEIRA



Manoel Dutra é Manoel Dutra da Silveira casado com Josefa Balbina (filha de Vicente-Dionisia Muniz Fagundes) cunhado assim de Manoel (o preso) e de seu irmão Pedro Muniz Fagundes.

Também no livro de Guilhermino a que nos referimos, encontra-se transcrita uma informação biográfica de Pedro Muniz Fagundes incluída numa lista de "Parentes que têm acompanhado (e se distinguido desde setembro de 1835 até o mesmo mês de 1860) ao bravo e virtuoso João da Silva Tavares" (p. 91-82), onde é tratado como primo. Aí também se diz que servia desde os 12 anos.

Portanto, Pedro Muniz Fagundes iniciou sua atividade militar na Campanha de 1801. Nomeiam-se ali quatro de seus filhos em exercício na Revolução Farroupilha:

Sérgio "baleado no ataque do dia 10 de setembro e ficou prisioneiro". A referência é ao célebre combate do Seival em que Tavares foi derrotado, seguindo-se a proclamação da República pelo vencedor Antonio de Souza Neto.

Tristão "ferido no ataque do Passo do Rosário, em 17-III-1836."

Também são citados como filhos **Rogério** e **Jerônimo**.

Pois, efetivamente, entre os filhos de Pedro Muniz Fagundes casado com Anacleta Dutra, existiram Sérgio, nascido em 1809, Tristão, nascido em 1810, Rogério, nascido em 1816. Apenas não encontramos o registro do batismo de Jerônimo relacionado como um dos filhos de Pedro, no documento pertencente à família Tavares.

Na verdade o barão de Serro Alegre foi primo de Pedro Muniz Fagundes, por ser neto de Ana de Medeiros, irmã de Vicente Muniz Fagundes (pai de Pedro). Com razão Guilhermino Cesar suspeitou que Manoel Muniz Fagundes, também incluído na relação dos parentes que serviram Tavares na guerra, fosse irmão de Pedro Canga.

Trata-se na verdade daquele Manoel desordeiro de 1819, o mesmo que aparece com o apelido **Canga**, nos acontecimentos do Erval.

Assim, parece não haver dúvida, que o Pedro Muniz Fagundes que identificamos como nascido em Rio Grande em 18-IV-1789, terceiro filho de Vicente Muniz Fagundes e de Dionisia Pereira Leal, é o poeta Pedro Canga.

Esperamos que esta contribuição apoiada em pesquisa genealógica possa iluminar um pouco mais a silueta esquiva do talentoso "embuçado no Erval" incluído com destaque especial também na galeria dos gaúchos históricos.

Bibliografia

1 — Guilhermino Cesar — "O EMBUÇADO DO ERVAL, mito e poesia de Pedro Canga" ed. da Faculdade de Filosofia da UFRGS Gráfica A Nação S/A. 1968.

2 — Laudelino da Costa Medeiros — "Descendência de família Costa e Medeiros" Rio Negro, junho de 1936. Estado do Rio Grande do Sul.

3 — Correspondência oficial do comando da fronteira de Rio Grande. 1819 Arquivo Histórico RS.

4 — Aquivo genealógico do autor.

Viagem dos Açorianos ao Rio Grande do Sul

F. Riopardense de Macedo

(Palestra proferida no dia 10 de agosto de 1981)

A Secretaria de Cultura, Desporto e Turismo, do Estado do Rio Grande do Sul, em promoção com o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, houve por bem comemorar a data consagrada por aquela para evocar o trabalho açoriano no sul do Brasil, tema tratado com especial carinho por bom número de sócios efetivos deste Instituto. Para fazê-lo, concedeu a este que vos fala o privilégio de discorrer sobre a matéria.

O tema é apaixonante. Primeiro colono nas terras do Continente do Rio Grande de São Pedro, pioneiro da agricultura e especialmente do trigo, soldado que foi nas refregas do século dezoito, o açoriano é a figura lembrada com simpatia por quantos têm se preocupado com o estudo da nossa história. Esses títulos que o destacam sobremodo na composição genealógica do extremo sul brasileiro serão lembrados, desta vez, em complemento ao que sobre ele foi escrito especialmente pela inteligência de Borges Fortes em "Os Casais" e por dois outros membros deste Instituto, Rubem Neis e Paulo Xavier em seus trabalhos de pesquisa sobre a origem da sociedade e riqueza desta terra.

Mas antes, e como centro de enfoque deste encontro, trataremos da vinda do açoriano para o Brasil na metade do século dezoito, primeiro da história de nosso Estado. Viagem sofrida, como vereis, através penoso processo de súplicas constantes, repetidas, esperas alongadas e morte no grande Lago Luzitano, como ainda era conhecido o Atlântico em muitas cartas de navegar.

Este aspecto da colonização do Brasil pelos ilhéus açorianos não foi suficientemente estudado, e embora não pretendamos esgotá-lo cremos ser esta a hora de alguns esclarecimentos que serão úteis no processo geral do estudo coletivo da formação rio-grandense. A documentação que usamos, fonte primária colhida

no arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, refere-se a papéis que datam desde 1722. Pedidos de transporte para a grande colônia portuguesa, sem fixação de destino certo, apenas para fugir das necessidades que os afligiam. Antes havíamos colhido algumas informações sobre uma das desastrosas emigrações anteriores àquela data, que terminou em naufrágio nas costas do Maranhão e que permanece no folclore açoriano sob a forma de triste canção: o naufrágio de São Macaio. Mas desta feita veremos, apenas, os papéis que se referem à emigração para o sul da colônia, para a ilha de Santa Catarina (Florianópolis) e à produção deles nos primeiros anos.

Como todos sabem o arquipélago dos Açores se constitui de nove ilhas situadas no meio do oceano Atlântico, hemisfério norte, das quais só uma, a Santa Maria, é calcária. Todas as outras são vulcânicas correspondendo a fraturas do fundo oceânico de direção NO-SE sujeitas a frequentes tremores de terra. A Ilha do Pico, por exemplo, a mais alta de todas, é um vulcão só e foi sua erupção em 1718 que apressou a emigração a que nos referimos acima, completada pelo naufrágio do São Macaio.

No entanto, os fenômenos sísmicos, que provocavam a emigração, seriam excepcionais. Realmente, o que mais a obrigava era a falta de trabalho, a fome e a ausência das mínimas condições de sobrevivência. Quando, recentemente, em visita ao arquipélago, atribuíamos aquela situação à superpopulação diziam-nos, intelectuais açorianos, que tal hipótese há muito estava afastada pois que hoje a população é muito maior e o problema não tem a mesma gravidade. Atribuem sim, à má distribuição da terra, à concentração de grandes áreas nas mãos de poucos, aos "morgadios", que não as trabalhavam como era necessário, deixando grande parte da população sem qualquer fonte de subsistência.

A primeira correspondência do conjunto de documentos que colecionamos é bem anterior à preocupação com a área que hoje constitui o Rio Grande do Sul, anterior à fundação do Presídio Jesus-Maria-José, no canal do Rio Grande. Antes desta época já An-

tonio Bitencourt da Silveira, em face de uma carta do Secretário de Estado, Diogo de Mendonça Corte Real, havia convocado os habitantes da Ilha do Pico para se alistarem com suas famílias, voluntários, todos os que “se quisessem passar para as partes do Brasil”. Em verdade esta convocação, noticiada em carta de 5 de julho de 1722, embora abrisse esperanças “para os misaráveis pobres desta ilha” não correspondeu à viagem desejada pelos açorianos daquele lugar.

Na verdade, D. João V, o opulento monarca cuja mania de grandeza canalizava o ouro do Brasil para as maiores metrópoles da Europa, não pensava em proporcionar melhores condições de transporte aos seus vassallos, desejosos de povoar a colônia que favorecia sua ostentação ímpar no velho continente.

No ano seguinte (1723) o Conselho Ultramarino já possuía os elementos que a corte desejava para propor um empréstimo a fim de transportar os açorianos para o Brasil. Neste meio tempo o rei havia concordado com o empréstimo a juros de cinco por cento. Tratava-se, pois, de montante da empresa e de alguns detalhes de menor significação. Mesmo assim, para entusiasmar o monarca apresentava-se uma formulação das vantagens constando dos itens básicos. Diziam que “reconheciam útil e necessário em esta gente (ir) não somente pelo que convém ao serviço de V.M. entre maior número de vassallos em suas conquistas” e acrescentam, também, a conveniência para a “sua real Fazenda do comércio que a isto lhe pode resultar”. Finalmente diziam — e parece ser esta a razão mais importante — que (as pessoas) ajudam muito a defesa das partes”. Partes do Brasil, queriam dizer...

Na verdade esta argumentação final do documento era necessária. Tentava o Conselho conseguir trezentos mil cruzeiros de empréstimo pagando aquele juro, que importava em dezoito contos de reis (taxas e comissões já estariam incluídas) e sugeria que tudo fosse extraído das rendas reais das capitanias do Brasil. Mas não estava sendo fácil conseguí-lo, apesar de todas as seguranças que ofereciam ao investidor, e confessavam que “já ia espairecendo-se a esperança de tomar lhe no tempo presente por maiores e mais eficazes diligências que se firme”.

Naquela oportunidade pretendiam transportar 1660 pessoas da Ilha do Pico.

Vinte anos depois, quase às vésperas da publicação do documento básico que institucionalizaria a emigração açoriana naquela metade do século, ocorria um contrato entre um armador de navios, que comerciava nos Açores, e o rei de Portugal, sempre avaro no gasto com seus súditos ilhéus.

Este armador, que muitas vezes tem sido visto entre nós como um herói, um benfeitor, não passava de vil negociante, sem qualquer vestígio de sentimento de bondade. Chamava-se Feliciano Velho Oldenberg. Realmente quem propôs o transporte de que vamos tratar não foi ele e sim D. João V, mas o que ele fez depois e que está muito bem documentado é que o caracteriza como comerciante, sem qualquer escrúpulo, vilão do grande drama marítimo que foi aquela emigração.

Em poucas palavras explica-se o acordo. Oldenberg tinha o privilégio de negociar fumo do Brasil nos Açores, mas reclamava que o consumo era pouco e o pagamento, feito em letras, atrasava seu negócio, e pedia para receber o pagamento em produtos das ilhas para negociá-los no Brasil, com exclusividade. O esperto negociante propunha, assim, avocar a si um privilégio da coroa. O rei, aproveitando a oportunidade, encaminha a solução de um dos seus problemas e exige, em troca daquela concessão, o transporte de um casal das ilhas para o Brasil “por cada cem toneladas de carga que delas (das ilhas) transportasse”. Prevendo alguma compensação oculta por parte do comerciante, o rei exige dele a declaração de “não alterar os preços costumados das Fazendas que levar de outros particulares, nem voltar senão em corpo de frota em direitura para o reino”.

Este acordo deve ter durado uns três anos durante os quais Feliciano Velho Oldenberg soube aproveitar muito bem o aparente liberalismo do “Fedelíssimo”, possivelmente com o sacrifício dos ilhéus que transportava. Apesar do número destes ser pequeno, porque os navios deslocavam apenas 250 toneladas, era grande o número dos que morriam na viagem.

É isto que se intui do seu requerimento de março de 1747 no qual apresenta queixa dos que o receberam no Brasil. Diz que sua última viagem, feita com os navios San Thiago, Santa Ana e Almas “neles se embarcaram os casais correspondentes à sua lotação e no caminho o transporte deles, a irem morrendo as mulheres e a outros os maridos, de sorte que quando o dito navio chegou ao Brasil somente era um casal inteiramente salvo e vivo”.

Pela redação do documento percebe-se que naquela viagem foram quinze os casais. Isto quer dizer que quatorze haviam morrido, mas nem por isso Oldenberg aceita que o general exigisse que “se lhe o intere o número de casais que se tinham embarcado, levando-lhe outros em recompensa dos que por morte lhe foram desanexos”. A ele, comerciante, não importava que a colônia americana precisasse de braços e muito menos se compadecia da sorte dos emigrantes açorianos. Preso à letra do seu contrato dispõe-se a não arredar pé dela e argumenta que “só lhe cabe o encargo de os levar nos mesmos navios de licença e tanto que neles se embarcam não lhe corre o risco de se perderem ou morrerem no mar”. E conclui dizendo que sua obrigação é entregar no Brasil os que chegaram vivos não lhe cabendo outro compromisso pelos que se perderem ou morrerem na viagem.

Eram freqüentes os dramas como o havido nos três navios a que se refere este documento pois dois meses depois volta Oldenberg à presença do rei, pedindo para não castigar o capitão de outro navio que levou casais e que ficou preso (o navio) por ter chegado com “algum” casal morto. Na verdade este “algum”, com pretensão a singular, representava, na verdade um conjunto de casais. De outra forma não teria o governador do Rio de Janeiro tomado tão drástica posição contra o responsável pelo transporte. Além de pedir a liberação do navio pede, ainda, que não seja castigado o capitão dizendo que este “não tem maior obrigação pelo recebimento dos casais do que tem qualquer depositário de juízo que o é da causa vivente, o qual, pela morte do depositado fica desobrigado de dar contas...”

Até ali ficou a defesa do capitão e da sua empresa. Mas logo depois ocorre-lhe uma comparação denunciadora da falta de

preocupação com os ilhéus. Afirma que também os “fiéis carcereiros não têm de dar contas dos presos quando ocorre a morte de alguns deles”.

O despacho ao arrazoadado de Oldenberg, datado de 4 de maio de 1747 determina que “não se proceda contra o capitão”.

Parece que nenhum dos dramas vividos pelos açorianos no seu transporte para o Brasil chegou a sensibilizar os contratadores nem os arrendatários de embarcações, que os traziam como carga, em função dela e a ela misturados.

Três meses depois do último desastre, um morador da Ilha Terceira se oferece ao Conselho para transportar ilhéus ao preço de 16 mil réis, sem distinguir idades mas livre de quaisquer restrições, inclusive a de comerciar no Brasil. A oferta não é aceita, alegando o Conselho que além das exigências nela contidas nada era dito sobre a capacidade dos navios, mas mesmo assim se propõe a convocar os moradores para a a viagem e sugere que fosse pago 16 mil réis pelos que tivessem de sete anos para cima e a metade daquele preço até os três anos. A viagem seria direta para o Rio de Janeiro e dali para a Ilha de Santa Catarina. Pequena embarcação para isto cobraria dez mil réis, importância muito elevada que o Conselho sugeria eliminar, concedendo ao proprietário do barco permissão para comerciar no Rio de Janeiro.

E no final parece incluir essa concessão para o transporte inteiro dos açorianos, quando diz: “Por não se considerar nisto inconveniente algum para o comércio, e mediante essa concessão se espera que poderá achar-se embarcação por mui diminuto preço, quando não seja de graça”.

Percebe-se que a concessão de comerciar no Brasil era a constante nas vantagens oferecidas. Vantagem que poderia até dispensar qualquer pagamento. Para o comerciante, no entanto, aquilo era uma carga pela qual não se interessava, aceita somente para obter o privilégio, e quanto mais cedo se desembarcasse dela menos despesa lhe causaria. As experiências anteriores do Conselho

mostram que era demasiado o número de mortos durante a travessia e então, para se assegurar de melhor transporte aos emigrantes, propunha que a metade do preço fosse paga ao embarcar, mediante fiança, e a outra metade no Rio de Janeiro.

Finalmente, pelo documento de 31 de agosto de 1747 o rei assumiria o transporte dizendo das vantagens que a coroa poderia auferir daquela emigração, das condições oferecidas ao transportador e estabelecendo as facilidades que os transportados encontrariam neste lado do oceano. No preâmbulo já o documento se refere ao alívio que o transporte traria àquelas ilhas “em não ver padecer os seus moradores, reduzidos aos males que trazem consigo a indigência em que vivem”.

A convocação fixava a idade máxima em 40 anos para os homens e 30 para as mulheres, estabelecia ajuda de custo correspondente a cada idade, prometia ferramentas e, a cada casal, um quarto de légua em quadro. Vislumbra-se, também, a intenção de reduzir a pressão demográfica em Portugal quando são estendidas as mesmas vantagens “aos casais naturais das ilhas que quiserem ir deste Reino (por se acharem nele)” e aos estrangeiros “que não forem vassallos de soberanos que tenham domínios na América que possam passar-se”. A convocação incluía os artífices propondo-lhes “ajuda de custos conforme o requisito que tiverem”.

Para muitos açorianos, àquela altura, a convocação era tardia. Já haviam sofrido bastante, de há muito aguardavam a viagem tantas vezes prometida. Em várias ilhas do arquipélago os moradores se haviam alistado para o transporte à Ilha de Santa Catarina e agora começavam a pressionar o rei para que lhes desse aquele benefício. A situação tornava-se desesperadora. O teor das representações era dramático. Nas ilhas do Fayal e Pico, por exemplo, estavam alistadas 9.000 pessoas esperando transporte há dois anos, já haviam vendido seus móveis e todos os seus bens para se manterem na espera. A queixa, datada de 6 de setembro de 1747, incluía também, moradores da ilha de São Jorge e Graciosa, que estariam nas mesmas condições, e pedia fosse enviada a estas

também um navio com o mesmo fim. Descobre-se pelo documento que a ilha mais agraciada, com a atenção dos transportadores era a Ilha Terceira, à qual já teriam ido cinco navios.

Mas a convocação oficial e geral, com todas as promessas acima relacionadas e outras que o presente trabalho não comporta deu uma nova orientação para o transporte. Daquela data em diante seria pago pela coroa, e os interessados poriam preço por cabeça em função das idades e das rações (alimentação prevista) correspondentes. O transporte de favor, como carga dos navios que iam comerciar no Brasil seria coisa do passado. Mas não alteraria muito a sorte dos emigrantes. No fim do ano de 1747, ou começo do seguinte (não foi possível precisar a data do documento), era posto em arrematação "o transporte dos casais das ilhas à de Santa Catarina". O preço seria com ração inteira para os que tivessem de quatorze anos de idade para cima, desta idade até os sete pagariam a metade do preço e receberiam a ração na mesma proporção e de sete até três anos de idade "pela terça parte de uma e outra coisa".

Novamente em leilão os açorianos. Havia, naquele comércio macabro, certa semelhança com o feito, em nossos dias, para a viagem do nordestino em busca de trabalho em São Paulo. De certo modo eram autênticos paus-de-arara do século XVIII.

Houve, então, um só lançador, que se propôs a transportar por 60 mil réis a cabeça, os que fossem maiores de sete anos de idade e a metade para os menores. Foi então que o Conselho propôs a Vasco Lourenço Velloso que fretasse um navio, o mesmo de que era administrador, em que poderiam viajar 400 pessoas. O transporte foi aceito por 40 cruzados e o Conselho concluiu que, com o que tinha de pagar pelas rações, o total seria os mesmos 60 cruzados que havia rejeitado.

Se compararmos a atitude dos negociantes na questão que nos ocupa, com a dos comerciantes de hoje, diríamos que Feliciano Velho Oldenberg era um atravessador. Atravessador que seria condenado por qualquer Câmara de Vereadores da época mas que tinha a petulância de manobrar de maneira a mais esquisita, no triste comércio dos paus-de-arara açorianos.

Esperou que apresentassem os preços. Calmamente guardou a oportunidade de entrar no negócio. Quando verificaram que o transporte por conta do governo sairia praticamente pelo mesmo preço do candidato que aparecera, Feliciano Velho Oldenberg se colocou entre o Conselho e o candidato, oferecendo preço menor que o deste com a condição de que não fossem aceitos outros lances; liquidava, assim, aquele concorrente e punha o governo em cheque. Seu preço foi de 40 cruzados para os maiores de sete anos e da metade para os menores até três anos de idade. Nestas condições teria transportado logo 400 pessoas ficando o Conselho muito satisfeito porque aquele fora o preço ajustado 25 anos antes, apenas com a diferença de que, então, não se fazia diferença de idades e se permitia levar gêneros nas embarcações.

Mas Feliciano Velho Oldenberg queria mais, embora o Conselho ainda alimentasse a esperança de conseguir preço menor. Termina este dobrando-se ao esperto negociante, dizendo ao rei que enquanto não encontrassem melhores condições fosse permitido àquele senhor o transporte imediato de 100 pessoas, escolhidas entre as “que consta estarem com o maior desconforto”.

Na verdade o “desconforto” era muito grande, como se pode ver de duas representações da Vila das Velas, Ilha de São Jorge. Na primeira dizem que em número de três mil, alistados para viajarem à Ilha de Santa Catarina, achavam-se em miserável estado por terem vendido todos os seus bens para pagar as dívidas e estarem esperando embarcação há dois anos.

Calcula-se o desespero em que estavam àqueles pobres emigrantes pela confissão alinhada em seguida. Imagina-se que estavam acampados e amontoados como ficam nossos nordestinos de hoje quando empreendem a grande viagem a São Paulo em busca de trabalho e saúde. Todo o tipo de preocupações os angustiava no dia-a-dia da espera que não tinha mais fim. Num trecho do documento dizem que “se acham com suas famílias no mais miserável estado que se pode considerar por não terem do que viver” e mais adiante vai a declaração que, na certa, prefeririam não ter feito: “se deve atender ao grande perigo iminente do gênero femi-

nino e mães e filhas do pecado da incontinência”. Percebe-se logo a razão desta “incontinência” porque o declarante fala também do perigo de “uns e outros furtarem para se nutrirem”.

A segunda representação dos moradores da mesma ilha é redigida em tom mais suplicante sem, no entanto, colocar a degradação que os ameaçava pela pressão da miséria. Deixa entrever o desgosto pela injustiça de que eram vítimas, sempre preteridos em favor da Ilha Terceira, que já mandara “gente inútil assim para a elaboração da terra como demais exemplos... em lugar deles, suplicantes e suas mulheres, gente de limpo sangue, oficiais de todos os ofícios, lavradores peritos e todos incansáveis no trabalho, o que tudo se deve respeitar e atender”.

Não seria aquela a primeira nem última vez que os moradores das outras ilhas se queixariam da preferência dada aos da Terceira. Mas tudo se compreende quando sabemos que era nesta que residia a administração de todo o arquipélago, que tinha a função de capital, sendo governada pelos mais destacados morgados (grandes proprietários de terra) e que seria natural desejassem estes se livrar o quanto antes da pressão sócio-demográfica dos sem-terra.

Sobre a condição de vida dos que chegavam nos dão conta algumas cartas do ano de 1750 e relatórios do governador da Ilha de Santa Catarina, Manuel Escudeiro de Souza, do mesmo ano.

Francisco de Souza Fagundes substituiu Feliciano Velho Oldenberg. A emigração continuava e o tratamento não melhorava. Um navio levava de dois a três meses para trazê-los até a Ilha de Santa Catarina, e quando nesta chegavam eram doentes, moribundos e mortos no meio de um montão de estropiados, que desembarcavam num desfile tétrico ante povo e autoridades.

A informação seguinte do documento trata da capacidade normal daqueles barcos. Dizia que a causa de tanta mortandade era o excessivo número por viagem, que haviam lotado com 686 pessoas, além da tripulação de cinquenta, e que “não é possível

que um navio de popa fechada tenha capacidade para acomodar um tal número, nem ainda uma terça parte menos". Na verdade parece que bem menor deveria ser a lotação para aquele tipo de barco, pois, a seguir, opina que deveriam ser neles embarcados "quarenta até cinqüenta casais porquanto excedendo este número tudo é desordem e confusão".

O governador de Santa Catarina via com revolta o estado em que chegavam os emigrantes e de certo modo sentia-se incapaz de alterar aquele quadro. Mas não perdia a oportunidade de reclamar e o fazia com muita propriedade, como quando se refere ao número de pessoas de idade que não poderiam tratar do próprio sustento, e à presença de um nobre que, por sê-lo, não poderia trabalhar e se tornariam "perdidas neste país que presentemente só é útil para os que se criaram com a foice e o machado nas mãos".

No entanto parece que sua maior preocupação era com o alojamento dos que chegavam e sentia necessidade da criação de novas nucleações para os colocar, com os equipamentos mínimos de saúde e segurança para os atender.

E os açorianos continuavam embarcando. De 25 de setembro de 1751 é outro documento que ratifica as condições de transporte oferecido pelo mesmo Francisco de Souza Fagundes.

Por sorte, nesta altura dos acontecimentos, já o Tratado de Madri estava a exigir a vinda de povoadores para ocupar as Missões Jesuíticas na área que viria a constituir o Rio Grande do Sul e para fortalecer a única nucleação com Câmara de Vereadores que era a recém criada Vila do Rio Grande, na entrada da Lagoa dos Patos. Teria início, então, no ano seguinte a povoação desta área. Sobre este assunto transferimos o leitor à obra do falecido confrade João Borges Fortes **O BRIGADEIRO JOSÉ DA SILVA PAES E A FUNDAÇÃO DO RIO GRANDE**, que sobre o tema escreveu trabalho clássico nas letras históricas de Nosso Estado.

Aproveitaremos os últimos minutos desta hora que nos foi concedida para colocar a nossa posição e a de grande número de nossos confrades sobre um ponto que nos é absolutamente claro, mas que a legislação porto-alegrense o tornou turvo.

Há dez anos nosso confrade Artur Ferreira Filho, no recinto da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, representando este Instituto, colocava os necessários esclarecimentos sobre a fundação de Porto Alegre; e graças à sua tranqüila argumentação naquele mesmo ano os legisladores da Capital mudavam a data em que se deveria evocar o surgimento da vila. E embora nosso ilustre confrade dissesse repetidas vezes que o cinco de novembro de 1740 nada tem a ver também com a colonização, o documento legal manteve, para esta, aquela data espúria. Mais dois anos e se movimentaram os intelectuais porto-alegrenses nas comemorações gerais da emigração que povoou o Rio Grande; e desta feita alguns amigos disseram que o açoriano não deveria ser considerado por que em sendo português lá ou cá estaria dentro de sua pátria.

Queremos lembrar, em primeiro lugar, que só em 1815 o Brasil se tornou Reino Unido com Portugal e Algarves, o que, como todos sabem, foi resultado lógico da transferência da família real para este lado do oceano; e esta condição, na prática, durou até o fim do ano de 1821 quando os decretos n.ºs 124 e 125 das Cortes de Lisboa reduziram a Nova Lusitânia à condição anterior. Portanto, no meio do século XVIII, quando os açorianos chegaram na Ilha de Santa Catarina e logo depois no Rio Grande, eles estavam aportando na colônia de Portugal, estavam colonizando. Antes daquela data houve apenas uma tentativa de colonização que foi levada a efeito por Silva Paes, quando mandou vir do Rio de Janeiro mulheres para constituir família com os soldados do Presídio Jesus-Maria-José, no canal do Rio Grande. O que realmente havia antes daquele fim de ano de 1752, quando chegaram os açorianos ao Rio Grande e a Porto Alegre eram algumas estâncias deramadas no litoral norte, empenhadas na caça ao gado alçado, isto é, destinadas à produção de uma riqueza bem definida, para atender à colônia-de-produção básica, de interesse direto da metrópole, que, à época, se applicava à mineração. Tais estâncias, portanto, eram apenas colônias-de-produção de segunda ordem. A colônia-de-povoamento, que é a que realmente coloniza, ocupa o solo com famílias diversas estabelecendo uma vida de relação comunitária, esta só ocorreu com a chegada dos açorianos, isto é, um conjunto de famílias que por isso mesmo careciam e realmen-

te criavam um equipamento comunitário o que resultava, de fato, na criação do aglomerado, do povoado, da vila. Isto só aconteceu, pois, no segundo ano da segunda metade daquele século, após a longa viagem cujos aspectos dramáticos vimos de relatar.

Mais um esclarecimento gostaríamos de oferecer. O açoriano, entre nós, é o trabalhador que iniciou oficialmente, efetivamente e organicamente a ocupação do solo rio-grandense. Mas pouco tem sido dito sobre seu folclore, sobre a sua maneira de ser. Poucos são os especialistas que têm realmente se ocupado com eles. Talvez por terem constituído a mais antiga colonização, de memória mais distante, talvez por terem se misturado à vida rural já no início do século seguinte. Sua arquitetura e sua música, seus trajes típicos foram aspectos de sua vivência que colhemos quando os visitamos, mas o aspecto que ainda será tratado neste trabalho é a sua atividade como agricultor, e os documentos para valorizá-lo foram colhidos aqui mesmo, no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

O primeiro que se refere ao assunto é o diário de viagem do cirurgião Francisco Ferreira de Souza, médico do primeiro regimento do Rio de Janeiro. Este regimento embarcou em 1763 para ajudar na expulsão dos espanhóis que haviam ocupado o Rio Grande, e aquele médico, sem pretender fazer história, veio escrevendo o que mais o impressionou na audaciosa viagem. Registra a índole meio irresponsável da "gente da terra" preocupada apenas em "laçar, andar a cavalo, correr, fazer parselhas e arreiar" e acrescenta: "Os ilhéus não, estes trabalham e reduzem a dinheiro toda a produção da terra. Comem abóbora e feijão. Vestem ponxo e camisa grossa mas geralmente andam descalços. As camas são de couro e em lugar do lençol, o ponxe".

Poderia parecer que ainda em 1774 os açorianos estariam apenas numa agricultura de subsistência, o que, absolutamente não corresponde à verdade. Os documentos que encontramos no próprio Arquivo Nacional do Rio de Janeiro revelam que dois anos antes já "Sua Magestade Fidelíssima recebera nossa farinha e achara que este negócio deveria ser desenvolvido "sendo certo que

se não consiga mais que o poder-se prover dos ditos gêneros o Rio de Janeiro, sem ser preciso irem-lhe da Europa". (Códice 67, livro 4, p. 239). A produção, portanto, já chegara a tal ponto que alguém imaginou mesmo que poderia abastecer Portugal, mas o rei achava conveniente estimulá-la mesmo que fosse para abastecer apenas até o Rio de Janeiro. Tal interesse parece ter sido baseado em informações muito objetivas porque, continua dizendo o ministro Martinho de Melo e Castro ao vice-rei Marquês do Lavradio: "As pedras de moinho em que V. Excia. fala irá com toda a brevidade, e espero também poder mandar dois moleiros. . ."

Seis meses depois, 20 de julho de 1772 o vice-rei recebe outra correspondência sobre o mesmo assunto. Estavam sendo embarcados o moleiro Joseph da Silva Lumiar, com seu contrato e materiais para a construção dos moinhos, com a respectiva relação das peças. Esta relação revela mais uma vez o entusiasmo reinol com a farinha do Rio Grande. Diz em seu final: "faltam oito peças de fízal de pedra para outro moinho de vento que se ficam a-prontando para embarcarem no próximo navio".

Finalmente, no mês que precedeu a instalação do governo do Continente de Rio Grande do São Pedro em sua nova Capital — Porto Alegre — o Marquês do Lavradio, vice-rei do Brasil, recebia as oito peças prometidas. A carta era de 27 de maio de 1773 e dentro de pouco tempo o material chegaria aqui transportado pelo navio Campellos, sob o comando do mestre Miguel Rodrigues Colação.

Como vemos, antes da instalação do governo em Porto Alegre, antes da criação da Freguesia de Nossa Senhora da Madre de Deus, já os açorianos haviam alcançado uma produção de trigo muito significativa para toda a colônia portuguesa sulamericana.

Na Biblioteca da Sociedade de Geografia de Lisboa tivemos a oportunidade de manusear uma planta que identificamos como sendo da vila do Rio Grande, onde consta um moinho de vento e os quarteirões destinados a receber os ilhéus; planta, sem dúvida

desenhada por ocasião do Tratado de Madri, 1750. Porto Alegre também é rica de topônimos relacionados com moinhos tendo dois bairros que a ele se referem: Azenha (moinhos d'água) e Moinhos de Vento, ambos registrados nos primeiros documentos cartográficos de que se tem notícia. Outros documentos cartográficos denunciam também a existência de moinhos de vento em Rio Pardo e recentes pesquisas de nosso confrade Dr. Paulo Xavier também os registram em Pelotas e em Gravataí.

Desejamos que este trabalho sobre a viagem dos açorianos, desde seu arquipélago, até iniciarem a colonização do Rio Grande do Sul, suas esperanças e desesperanças, seus sofrimentos e angústias, sirva de estímulo a novas pesquisas sobre os inícios da comunidade rio-grandense.

Evolução urbana de Rio Grande

Raphael Copstein

(Discurso de posse em 11/9/1980)

As presenças de Vossas Senharias neste auditório testemunham um dos momentos marcantes na vida de um modesto cultor das Ciências Sociais. A minha satisfação, neste momento, somente se iguala à proporcionada pelo ingresso, há vários decênios, na Universidade, primeiro como estudante de Geografia e História e, posteriormente, como professor.

Ao buscar na memória os primeiros contatos com esta casa, encontro-os junto ao calouro que nos fins dos anos 40, iniciava-os através da sua biblioteca e estabelecia as primeiras relações com seus membros através das magníficas páginas da revista da Instituição. Naquele tempo, certamente, as finalidades do Instituto devem ter despertado o desejo de nele ingressar, como creio deva ocorrer a todos os que se dedicam às ciências aqui cultivadas. Porém, erguia-se como barreira intransponível ao sonho do neófito, o valor cultural dos membros do Instituto. A realidade impôs o esquecimento. Quando surgiu a oportunidade de ter o meu nome submetido à consideração do plenário desta Instituição, veio-me à lembrança a passada aspiração. O ser aceito, portanto, foi a materialização de um sonho da mocidade, cuja satisfação todos os presentes que estiveram em situação idêntica bem podem avaliar.

Não é a primeira vez que esta casa incorpora alguém pertencente a uma primeira geração brasileira mas, fora de dúvida, é a primeira vez que terá entre seus membros um descendente de migrantes que em sua área de origem por motivo de crença ou de etnia nem sempre eram considerados cidadãos. Meu pai e meus avós maternos eram oriundos da mais numerosa comunidade judaica européia do início do século. Criaram-se numa terra em que o despotismo czarista impedia ao israelita o exercício de inúmeras profissões, proibia-lhe residir fora de determinadas áreas e semeava-lhe os degraus de acesso à Universidade com dificuldades quase

intransponíveis. As pedras tumulares de duas aldeias bessarábias testemunhavam a presença das famílias destes pretensos estrangeiros, naquelas paragens, há cerca de dois séculos. A antiguidade não os livrara das perseguições que o regime se valia para esconder a sua incompetência. A situação reinante no império moscovita trouxe meu avô juntamente com outras famílias para as terras virgens de Filipson, uma colônia que o idealismo pretendeu construir para abrigar as vítimas dos progroms. Meu pai veio mais tarde, em 1922, em uma corrente migratória mais fluida e menos conhecida, a do migrante judeu pós-primeira-guerra que buscou a cidade. Teve a ventura de se instalar na mais antiga área de ocupação portuguesa da terra gaúcha, a cidade do Rio Grande onde à população de origem lusa aglutinavam-se inúmeras nacionalidades atraídas pelo entreposto comercial.

Entregando-se às lides do pequeno comércio, não realizou em sua plenitude o objetivo material sonhado por todo o europeu que, a partir do século passado, deslocou-se em busca de uma vida melhor. Em compensação, enriqueceu-se com a amizade e a estima de centenas de rio-grandinos, com os quais viveu entusiasticamente, durante quase 4 decênios, os problemas e os triunfos da sua cidade adotiva. Entre as muitas satisfações que a nova terra lhe deu, não foram das menores, criar os filhos livres dos preconceitos que acompanharam sua infância e juventude. Se a vontade divina não tivesse encerrado a sua missão, esta noite seria mais um símbolo de libertação das peias que a terra de origem lhe propiciou.

Cumpre-me também, neste momento, salientar a Universidade do Rio Grande do Sul. Dela são os meios que permitiram o meu ingresso nesta casa. Ao lembrá-la, não posso de forma alguma deixar de referir a uma das mais ilustres figuras deste Instituto, o Professor Lourenço Mário Prunes, fundador da cadeira de Geografia Humana na Universidade. A ele devo a abertura dos caminhos que palmilhei, quando estudante, para chegar à Geografia. Licenciado em Geografia e História, conduziu-me ao magistério superior na saudosa Faculdade de Filosofia, onde pacientemente orientou de forma segura, liberal e amiga o jovem assistente que

precisava, se embrenhar com maior profundidade na ciência geográfica, em atenção às responsabilidades impostas pelo ensino superior.

Meus senhores: pelo que representou Rio Grande para minha gente, creio justificar uma escolha sentimental ao apresentar-lhes a evolução urbana de minha cidade. Ela também poderia apoiar-se nas palavras de Albert Einstein: "A cidade natal impregna a vida de qualquer pessoa como a origem da própria mãe. Ao nosso lugar de nascimento devemos grande parte do nosso próprio ser".

Para a Geografia, Rio Grande é uma cidade peculiar dentro da rede urbana gaúcha e sua evolução é um exemplo precioso de humanização de espaço. É esta humanização que pretendo trazer sucintamente à consideração de Vossas Senhorias encarando-a dentro de um enfoque geográfico.

A Geografia é um ramo do conhecimento humano que se dedica ao estudo do espaço ocupado e transformado pelo homem, com o porquê da ocupação, com a razão da transformação e com o resultado visível das alterações decorrentes. Admite que uma série de interrelações se estabelecem para organizar uma área de uma certa forma, em determinado momento. Atenta para as constantes alterações sofridas pelo espaço como decorrência do aparecimento de variáveis resultantes de novas soluções propostas pelo engenho humano em suas relações com o meio. O resultado tangível do relacionamento ambiental concreto é dado pela paisagem. Esta, ao mesmo tempo em que reflete o presente, mostra traços característicos do passado e apronta o futuro.

Justificando assim o fenômeno geral, passarei a apreciar o tema escolhido, ciente de que de outros ângulos ele tem sido bastante estudado.

O simples contemplar de Rio Grande erguido na restinga gaúcha não mostra diretamente na paisagem, a interação de múltiplas variáveis que se conjugaram e se intercambiaram em dois séculos e meio, refletindo sacrifícios, esforços, ambições e demais decorrências da vontade do homem em um meio que, longe de ser hostil, não foi dos mais favoráveis.

Rio Grande não surgiu com pretensões urbanas mas desempenhou, desde cedo, função como aquela. Não surgiu respondendo a uma necessidade da vida de relação das imediações. No entanto sua vida responde à afirmação geográfica de que as cidades decorrem de respostas a necessidades e sua existência e duração dependem da manutenção das mesmas ou da capacidade de adaptação a outras exigências quando as que lhe deram origem deixaram de atuar.

O erguimento de Rio Grande foi uma resposta a aspirações metropolitanas de incorporação de espaços mais longínquos. No entanto, organizou uma hinterlândia que lhe permitiu subsistir quando os fatores iniciais de sustentação deixaram de atuar. Desenvolvendo-se no atendimento de solicitações externas, característica dos núcleos urbanos, a paisagem foi retratando o esforço da gente que construiu uma cidade de feição tipicamente portuguesa. Esta paisagem está hoje em vias de desaparecimento diante de novas demandas e sucumbindo a influências igualizadoras que se sentem em grande parte na rede urbana mundial.

A costa atlântica além dos 29° de latitude sul, recebeu bem cedo a visita européia. Desde o século do Descobrimento, foram inúmeros os marinheiros que, principalmente sob pavilhões espanhol ou português, percorreram o litoral brasileiro nessa latitude. Dois séculos, porém, decorreriam até se verificar o primeiro assentamento permanente de população ultramarina. A ocupação tardia pode, aparentemente, encontrar justificativa na geografia física, mas só aparentemente. Os mesmos fatores físicos ocorrentes no século XVI perduram hoje, mas já muito diferentes eram no século XVII as interações de ordem política, social e econômica que poderiam agir e agiram na restinga gaúcha. Obviamente não se trata de ignorar o papel do meio físico, mas simplesmente colocar o problema nas proporções em que cada um dos elementos de ordem física e social se combinaram e organizaram o meio geográfico litorâneo da terra gaúcha. Isto posto, bosquejemos a área em que o homem português ergueu o bastião controlador da valiosa hinterlândia que constituiu o Continente de São Pedro.

A paisagem com que do mar se defrontaram os inúmeros navegantes da porção meridional da costa brasileira, é bastante singela. A partir de Torres, entrada da terra gaúcha, o aspecto e a origem da costa diferem sensivelmente da que a precede. Apenas a uma distância de 3 ou 4 milhas o viajante marítimo consegue avistar a fímbria da grande planície de bordo retilíneo que se prolonga até Castilhos, já além da terra brasileira. Entre os quilômetros que distanciam aqueles pontos, só a 32° de latitude meridional há local que se presta a ancoragem — a barra do Rio Grande — e mesmo esta, até o início do século corrente, não era de fácil penetração. Pelo contrário: João Pinto da Silva, na sua “História da Literatura no Rio Grande”, bem a caracterizou como “um espantinho, espécie de Adamastor arenoso e raso, devorador de homens e de navios”.

Acesso difícil, principalmente em um tempo em que a importância do transporte marítimo era primordial, foi o que a natureza ofereceu à hinterlândia do continente de São Pedro. A compreensão do obstáculo que o homem português venceu e humanizou há de ser buscada, inicialmente, na gênese da Planície Costeira onde a civilização impôs o seu domínio com resultado satisfatório.

A arenosa planície litorânea esparramada por cerca de 11.500 km², é o resultado de fenômenos ambientais que se verificaram no Pleistoceno e Holoceno. Transgressões e regressões movimentaram as águas ocenânicas. Há 6.000 anos, no Holoceno, o nível das águas elevou-se 5 metros acima do atual. A transgressão denominada, no âmbito gaúcho, de Quinta, por M. Godolfim, correspondente à transgressão Flandriana no Hemisfério Norte, resultou do término da glaciação do Wisconsin, decorrente das alterações climáticas verificadas então no planeta. A esses movimentos acrescentaram-se a ação das vagas e correntes marítimas, originadas no sistema eólico dominante nesta latitude que carrega o material e direciona os depósitos. As feições morfológicas costeiras resultantes dessas ações foram: a **Praial** conseqüente da ação das vagas e correntes marítimas; a **Eólica**, modelada pela presença de depósitos decorrentes da ação dos ventos; a **Lagunar**, abrangendo o sistema lagunar costeiro e as planícies lagunares e fluviais ligadas à existência de pequenos cursos alimentados

pelas águas das precipitações e dos banhados e, em grande parte, contribuintes da Lagoa dos Patos. Nos **Terrenos Pleistocênicos**, com maiores altitudes, há 10 milênios não se observam os processos dominantes noutros compartimentos. Domina nesta área um clima temperado úmido com temperatura média de 18°C e precipitação anual de 1 250mm. O regime dos ventos é decorrência da alternância da ação dos anticiclones semifixos Polar do Atlântico Sul que resultam em maior frequência dos ventos do quadrante **NE**, entre setembro e fevereiro, e na predominância dos ventos de Sudoeste, nos meses restantes.

Esta costa dificilmente abordável, constantemente batida pelo vento, pouco fértil, abrigando apenas sazonalmente reduzidos grupos ameríndios exploradores da única riqueza natural, a pesca, não apresentava atrativos encontrados pelos lusos nas áreas quentes e úmidas situadas mais ao norte onde frutificava a cana-de-açúcar e menos ainda os metais que fixaram os castelhanos nos altiplanos ocidentais do continente sul-americano.

Independentemente de outras razões, a satisfação das exigências de uma economia mercantil selou o destino do meridiano americano, onde o Atlântico Sul tornou-se português e o Pacífico espanhol. A imprecisão de Tordesilhas e a reduzida potencialidade humana da península diante da extensão americana dominada pelas coroas que a dividiam, deixou abandonada por tempo razoável as terras ao sul do paralelo 29º de latitude meridional, onde o clima ameno e a conjuntura da época não favoreciam uma exploração econômica complementar à metropolitana. Região pobre em recursos metálicos, sem animais domesticáveis, adequada somente para culturas temperadas, enfrentava o inconveniente da distância do transporte impróprio à produção de preços baixos.

Se a área não despertou interesse europeu por mais de um século, suas potencialidades não permaneceram estáticas. Decisões tomadas por poderes competentes e destinadas a outros espaços vieram se refletir sobre os areais costeiros e sua hinterlândia, criando condições atrativas tanto para a ocupação da restinga como para a fundação de núcleo urbano. Se encontrarão na História os elementos necessários à explicação da gênese da organização especial litorânea rio-grandense.

No fim do primeiro século, a fundação de Buenos Aires, a passagem de Portugal ao domínio da casa de Habsburg e o desenvolvimento de um rebanho alçado foram as variáveis, cuja conjunção modificou a pontencialidade regional. Por Buenos Aires os portugueses conseguiram ludibriar o privilégio comercial sevilhano e obter prata de Potosi. Encontraram assim uma forma de satisfazer a maior ambição das pessoas e das potências da época — acumulação de riqueza metálica. A instalação do trono bragançino não dispensou a prata boliviana. A fundação da Colônia do Sacramento pode subsidiariamente representar a busca de um limite natural mas, realmente, foi um entreposto de comércio clandestino com o Alto Peru, além de aliar os proveitos de uma hinterlândia rica em gado e pronta a atender às necessidades das Gerais.

A pretensão de garantir prata e de se abastecer em gado chocou-se com os interesses espanhóis acrescidos pelos problemas dinásticos de ambas as monarquias na Europa. O emprego de força foi a consequência desses interesses conflitantes.

A Colônia, bem situada para os fins aos quais fora criada, apresentava dificuldades de defesa pela distância que a separava do núcleo português mais próximo — Laguna. A estratégia militar portuguesa viu-se obrigada a estabelecer entre ambas um ponto intermediário na terra vazia que as separava. Na costa desabrigada entre aqueles dois pontos, uma alternativa era o Porto de São Pedro ou Rio Grande, ponto de passagem a vau do gado proveniente da margem esquerda do Prata.

Exigências militares da Colônia, comércio e transporte de gado plasmaram as condições de nascimento e manutenção de um aglomerado em virtude de sua colocação diante das comunicações como a Colônia do Sacramento, com o Rio de Janeiro e com as Gerais. Assim um ponto da costa rio-grandense, sem significado maior para atividade humana transmudou-se e adquiriu uma situação geográfica, compreendendo-se esta na definição de Derriau que a considera como a colocação de um espaço diante de

grande conjuntos (regiões ou vias) que estabelecem as relações necessárias ao cumprimento de funções, no caso particular de funções urbanas.

Em 1737, fundava-se à margem sudoeste do Rio Grande, o Presídio Jesus, Maria, José, marco oficial da ocupação portuguesa no Continente de São Pedro e núcleo formador do primeiro organismo urbano rio-grandense. Coube esta tarefa, tão significativa à vida gaúcha, ao Brigadeiro José da Silva Paes ao dar cumprimento à decisão das cortes de Lisboa.

A instalação daquela fortaleza decorreu de atitude maduramente pensada dos responsáveis pelos negócios estatais portugueses. Envolveu não somente questões políticas, mas também, geográficas, como a escolha do sítio. A ocupação da terra rio-grandina poderia ter ocorrido bem antes, mas Portugal, já não mais grande potência, obrigou-se a manter uma atitude de cautela para não agravar relações com a monarquia vizinha. Da idealização ao erigimento do baluarte intermediário entre a Colônia e Laguna passou-se tempo suficiente para abordar e decidir a escolha entre os dois sítios que a situação geográfica oferecia em ambas as margens do canal. Apesar da maior profundidade do canal a nordeste, a escolha recaiu sobre a margem sul-ocidental onde se concentrava o gado que era atravessado a vau.

O sítio, em Geografia, é considerado o receptáculo da obra humana em determinada posição. Mais vantajosa ao tempo da fundação de Rio Grande, a margem sudoeste deixou de satisfazer totalmente as novas necessidades quando a função comercial tornou-se dominante. A maior profundidade do canal, a nordeste, levou a vila aí erguida, São José do Norte, a funcionar com um sítio de expansão de Rio Grande onde se sediava a Alfândega. A localização daquela repartição obrigava o transbordo das mercadorias desembarcadas no Norte.

O sítio em que se erigiu Rio Grande foi o pontal lagunar existente à margem meridional da Lagoa dos Patos confinado ao norte pelo Saco do Martins e Laguna dos Patos, a leste por essa La-

guna, e ao sul pelo Saco da Mangueira. A direção predominante do pontal é nordeste, infletindo, na porção terminal, para leste. Ao norte do pontal ocorrem inúmeras ilhas, entre as quais a dos Marinheiros, Leonídio, Torotama, Pólvora, Pombas, Cavalos; e no oriente, o terrapleno de leste, surgido quando da construção do Porto Novo.

A gênese do sítio rio-grandino prende-se de um lado à evolução costeira que, segundo Godolfim, ocorreu provavelmente há 4500 anos e, também de forma expressiva, à ação antrópica. Para a autora citada, um feixe de restingas expandiu-se para o norte, destacando-se dos demais; durante sua evolução uma série de processos deposicionais e erosivos se sucederam e o seu crescimento acompanhou o avanço da linha da costa para a posição atual. No início do Holoceno, a comunicação entre as lagunas dos Patos e Mirim era bastante ampla. Entre a embocadura da primeira e o oceano posicionava-se a Ilha dos Marinheiros, dividindo o fluxo das águas interiores em dois braços, o ocidental alimentado pela Lagoa Mirim. Ainda segundo a autora citada, a transgressão Quinta teve o efeito de reduzir a condução da água em virtude do assoreamento do canal de comunicação interlagunar. Em consequência, depositaram-se sedimentos entre a Ilha dos Marinheiros e o continente, formando ilhéus e baixios que se distribuíram ao norte do pontal, ao mesmo tempo em que se processou o seu surgimento pelo aumento das águas emersas. O crescimento do pontal para leste está ligado à aglutinação de baixios e ilhéus surgidos pela diminuição da energia, resultante do obstáculo da Ilha dos Marinheiros e de outras ilhas situadas mais ao Norte. Cabe, porém, ressaltar que a inclusão da parte oriental do pontal no ecúmeno rio-grandino resultou da ação antrópica, quando no século atual a cidade ganhou novas instalações portuárias.

O pontal de Rio Grande sofre um contínuo e intenso assoreamento, muito mais intenso na parte Norte, sobre a laguna do que no Saco da Mangueira. O reservatório de água na Hidráulica foi consruído em 1879, por disposição contratual a igual distância das praias do norte e do sul. Atualmente, o terreno que se estende ao norte daquele depósito tem o dobro da largura do situado na porção meridional.

Morfologicamente, no pontal existem dois compartimentos com pequena diferenciação altimétrica: a planície inundável e a planície arenosa. A primeira situa-se em cotas inferiores a um metro, indo terminar em baixios que emergem nas marés vazantes. É colmatada por aluviões formados, principalmente, por areia fina, além de argila e matéria orgânica. A existência de camadas argilosas pouco permeáveis torna a drenagem difícil. Apresenta cobertura de vegetação graminóide e, nos baixios, juncais.

A Planície arenosa, topograficamente, situa-se em cotas superiores a um metro, com predomínio absoluto de areia fina, formando camadas de fofas a compactas. A perfuração dos poços da Hidráulica revelou que a “natureza do sub-solo foi sempre a mesma, isto é, de areia fina, mais ou menos pura ou colorida de cinzento ou avermelhada, encontrando-se abundantes mariscos e pequenas espessuras de argila preta muito fina”. Nesta planície a drenagem das águas pluviais é insatisfatória pela pouca declividade do terreno e pela lentidão com que se processa a infiltração das águas em terrenos de areia fina, em virtude de seu pequeno grau de permeabilidade. A vegetação natural é de campo e matinhas litorâneas nas áreas em que houve a fixação da areia eólica que recobre a Planície.

As maiores cotas altimétricas do pontal variavam em torno de seis metros correspondendo a grandes dunas. As mais antigas referências à área rio-grandina, indicam que se apresentava coberta por pastagens e capões de mato. As dunas, então, deveriam ser fixadas pela vegetação. O relatório do Vice-Presidente da Província à Assembléia Provincial, em 4 de março de 1848, procurou explicar o domínio da areia com as seguintes palavras: “Todo o mal que em outros tempos sofria a cidade do Rio Grande do Sul e tem sofrido a vila de São José do Norte, a ilha dos Marinheiros e outros lugares nas restingas de Mostardas e Taim, provém de se ter rompido a primeira camada de terra vegetal muito delgada que cobria as areias, arrancadas com os pastos pelos cavalos que por ali se espalharam nas guerras passadas”.

O sítio urbano sofreu profundas modificações pela ação humana. Jacques Funck, em 1776, assim descrevia Rio Grande:

“(. . .) e sua situação é sobre uma língua de terreno de areia, bordado de quase todos os lados com pântanos, exceto a banda de oeste, dele, onde tudo consiste de areia solta que se continua no interior deste país . . . ”

Os pântanos referidos por Funck eram baixios e ilhotas que contornavam o pontal a leste e sul recuperados por sucessivos trabalhos de terraplanagem executados a partir do início do século. Também para o norte cresceu a cidade em terrenos ganhos às águas da Lagoa através de aterros realizados a partir da segunda década do século XIX.

Os materiais e as técnicas de aterro foram os mais variados. Usou-se a areia de dunas, a dragagem dos canais de navegação, principalmente do Porto Novo, forneceu o material empregado na recuperação dos alagadiços do leste, cinzas e lixo foram utilizados em aterros menores.

A recuperação de terras às águas ainda se realiza, estando projetada uma larga faixa de aterro em continuação aos atuais. Diversas áreas da planície inundada foram e continuam sendo aterradas por particulares que têm propriedades lindeiras à água, incorporando assim novas porções de terreno ao sítio. Ao sul da Av. Rheingantz, pequenas propriedades hortícolas também aumentam sua superfície sobre o Saco da Mangueira.

O sítio rio-grandino possui um clima classificado por Köppen, como subtropical úmido (Cfa). É um tipo de clima que ocorre em latitudes médias onde as influências são devidas à ação tanto das massas de ar tropical como polar. O encontro dessas massas gera fenômenos frontológicos que vão determinar o caráter das precipitações dominantes.

Do efeito da massa tropical atlântica resulta o vento predominante, o NE que sopra o ano inteiro. Entre abril e julho sopram com intensidade os ventos de Sudoeste que resultam da ação da massa polar continental. A massa polar marítima é a responsável pelos ventos de sudeste.

A latitude de Rio Grande, 32°01'44" S e a sua situação litorânea justificam uma temperatura média anual amena, 18°C. A temperatura média do mês mais quente (fevereiro) é de 23°C, e a do mês mais frio (julho) é de 12,7°C, o que dá uma amplitude térmica anual bastante elevada: 10,6°C.

O total anual das precipitações é de 1.189mm, um dos mais baixos do Estado e inferior à média da Região do Litoral, com 1.280mm. Um dos fatores que contribuem para a precipitação relativamente baixa é a pequena amplitude do relevo que não possibilita a formação de chuvas orográficas.

Observando um gráfico de precipitações, verifica-se que os meses mais secos são os de novembro, dezembro e janeiro e os mais chuvosos os de junho, agosto e setembro. As chuvas de verão são predominantemente convectivas.

Constata-se uma grande variação de chuvas, de um ano para outro. No período de 1912 a 1960, registraram-se 11 anos com menos de 1.000mm de precipitação, tendo o mínimo se verificado em 1944/45 com 641mm.

A análise dos fatores e a caracterização dos elementos climáticos permitem dizer que, entre abril e outubro, o clima rio-grandino é bastante rigoroso: registram-se as temperaturas mais baixas, pluviometria mais elevada e maior frequência dos ventos frios do quadrante oeste. De novembro a março, as temperaturas mais elevadas são amenizadas pelos ventos constantes de nordeste. Quanto ao regime pluviométrico, a normalidade está numa grande alternância de períodos de anos secos e anos úmidos. Finalmente, bastante desabrigado, o sítio rio grandino, acha-se exposto a ventos de todos os quadrantes. Os de leste são ventos marinhos úmidos, os de oeste tiveram importante papel no modelado dos cômodos de areia que constituíram um dos obstáculos enfrentados pela expansão urbana.

As plantas utilizadas para estudar a evolução urbana vistas sob um olhar crítico, estão longe de apresentar a exatidão

que se gostaria de encontrar. Mesmo assim são extremamente úteis ao estudo retrospectivo. Registraram a direção do arruamento, principais instalações e óbices físicos que os habitantes não tiveram condições ou necessidade de vencer por ocasião de suas feitura.

Não se obteve fontes cartográficas que dessem informação visual de distribuição do espaço ocupado antes do domínio espanhol. Certamente existem. Abeillard Barreto fala de um "Plano de Puerto de S. Pedro en el Rio Grande con la Poblacion Nueva de Portugueses" dizendo ser uma carta sumária com bastante visão de conjunto e acrescenta: "Esta é a primeira carta espanhola, mesmo considerando as portuguesas da época, talvez a melhor dos seus primeiros anos". Através de documentação recentemente vinda à luz é que se pode precisar o ponto inicial da ocupação rio-grandina. Uma planta apensa a um processo datado do segundo quartel do século passado, mostra a localização do que restava, nessa ocasião, do primitivo forte. Essa planta confirma a tradição oral que localizava o forte da vila nas proximidades da Praça 7 de Setembro, antiga praça do Poço. O forte da vila ocupava terras situadas no quarteirão formado pelas atuais ruas Andrade Neves, Francisco Marques, República do Líbano e General Bacelar. À construção do forte seguiu-se a primeira igreja e outras instalações de caráter civil ou militar, como pequenos quartéis, armazém para courama, ferraria, casa de armeiro. A povoação formada não teve seus primeiros tempos muitos fáceis.

Isolada do restante do Brasil, até quase o fim do ano de 1737, só em novembro recebeu, por via marítima, víveres que permitiram a quebra da dieta monótona de carne a que seus primeiros moradores estavam sujeitos. Naquele entretanto, só Laguna prestou-lhe algum auxílio. Os navios que começavam a aportar, no fim do ano da fundação, trouxeram apetrechos militares, guerreiros, soldados e elemento povoador que permitiu um desenvolvimento rápido do aglomerado. Entre os primeiros habitantes 67 eram oriundos da colônia do Sacramento e procediam do Rio de Janeiro onde haviam se refugiado. Doze eram escravos. Receberam os povoadores ferramentas necessárias ao seu estabelecimento, mais cal e

128000 de ajuda de custo, cada um. Junto com aqueles vieram 128 militares. Em fins de 1738, haviam sido distribuídos 49 chãos não só entre os vindos da Colônia mas entre povoadores oriundos de Minas, Laguna e Rio de Janeiro. Já então haviam chegado as mozelas que não parecem ter sido muito numerosas. Uma sociedade de militares, artesãos, negociantes, índios e escravos formou a povoação. Nas suas proximidades foram distribuídas terras de criação. Sem dúvida é de se destacar o aparecimento da função comercial da recém-formada povoação que em 1738 contava com 12 negociantes.

Área carente de material de construção durável, Rio Grande primitivo viria pedra e cal receber de fora. Mas as primeiras edificações, quartéis e armazéns, assim como casas foram de pau-a-pique. O couro ou a palha destacavam-se como material de cobertura. As primeiras tábuas, pregos e telhas levaram dois anos para chegar. Dominou, por muito tempo a utilização de material pobre colhido no meio. As construções melhores dependeram de material proveniente de fora, como o pórtico gnáissico da matriz, construída pouco mais de um quarto de século após a fundação do presídio.

Pelo visto, o povoado não apresentava uma fisionomia de realce. De fato, uma testemunha ocular, o jesuíta Melchor Strasser, sete anos após a chegada de Silva Paes descreve as casas como muito miseráveis, anota terem a capela e o palácio do governador cobertura de palha. A areia já é registrada, então como um problema para a população rio-grandina. Esta, segundo o autor, era estimada em 1.400 almas, número bastante expressivo para uma jovem povoação. Ao completar o decênio, Rio Grande foi elevado à categoria de vila mas a instalação só se efetivou um lustro após, quando foi lavrado o termo de ereção da vila e demarcação da praça, tendo sido levantado o pelourinho.

Um período áureo para a vila foi o decorrente do movimento de autoridades e tropas ligadas ao cumprimento do Tratado de Madri (1750). Como sede de governo o desenvolvimento acelerou-se, mas a Guerra dos Sete Anos colocando Portugal e Espanha

em campos opostos, trouxe-lhe conseqüências fatídicas. A má sorte das armas portuguesas, nessa guerra, levaram o Rio Grande ao domínio espanhol por 13 longos anos. A sede da capitania transferiu-se para não mais voltar, apesar de opiniões favoráveis, quando da libertação.

O Rio Grande Espanhol foi um aglomerado decadente. Os portugueses retomaram uma vila de 700 habitantes com 131 casas em péssimo estado de conservação. As construções espanholas, segundo um cronista, “com bem pouca chuva mais pareciam extravagantes esqueletos”. Afora alguns dos principais edifícios, a vila era um aglomerado de pau-a-pique, em um sítio onde a intensidade de movimentação dos cômodos se exacerbava. Em um relatório sobre o estado das fortificações ao norte do Rio da Prata, o engenheiro espanhol Joaquim de Pino, em 1772, ao referir-se a Rio Grande, salienta a existência de grandes dunas e informa estar a povoação “reduzida a uma extensa rua com sua igreja”. A paisagem vegetal primitiva que começara a se degradar com a ocupação portuguesa, intensificou-se com a espanhola em virtude da alta concentração de bovinos e cavalaria necessários à tropa.

Duas plantas, uma do período espanhol e outra levantada logo após a libertação, ambas feitas por portugueses, mostram o espaço urbano rio-grandino de então. A primeira é a planta de Custódio de Sá e Faria (1767), a outra é a “Demonstração da Vila de São Pedro do Rio Grande” de Francisco Ferreira de Souza (1777) que, no dizer de Abeillard Barreto, é o mais importante documento iconográfico do século XVIII. Estas fontes não apresentam diferenças maiores do conteúdo. “A Demonstração” revela um casario baixo donde se sobressai a Matriz de São Pedro. As construções distribuem-se sinuosamente, acompanhando a linha da praia. As de frente voltadas para o sul, apresentam-se de costa para o canal da Barca. O Rio Grande setecentista era uma rua que se iniciava nas proximidades dos pântanos do leste e corria para o ocidente como se fosse uma “strassendorf” hídrica. Fora desta rua que posteriormente se chamou Direita, havia raras construções e mais o forte, a uma centena de metros do litoral. A vila era ro-

reada de banhados e cômodos de areia. No sentido norte-sul, existiam algumas passagens, entre o correr de casas. Foram as precursoras das estreitas ruas existentes hoje no centro da cidade.

A planta de Ferreira de Souza é uma verdadeira carta funcional pos-domínio espanhol. As explicações que a acompanham mostram uma nítida importância da função militar. Nove quartéis estão representados; outros estabelecimentos, lojas e vendas destacam a função comercial nascente.

Outra planta importante para a apreciação da evolução urbana rio-grandina no século XVIII, foi a identificada pelo Prof. Riopardense de Macedo na Sociedade de Geografia de Lisboa. Trata-se de uma planta de autor desconhecido, sem data. A sua localização no tempo pode ser feita por situar a matriz e o "armazém da rainha". A primeira referência torna-a posterior a 1755 e o armazém, a 1777, deixando-a porém dentro do século XVIII. O arruamento é o mesmo já descrito, mas a representação pictórica do Pelourinho, de um moinho, casas de ilhéu e a indicação do rocio são, juntamente com o açougue e a olaria, as informações mais importantes. As convenções desta planta que é planimétrica e pictórica, caracterizam-se pela ingenuidade; a falta de escala dificulta a interpretação. O Pelourinho localiza-se no atual Largo Alcides Lima onde está marcada a praça; para o sul está registrado o rocio. A representação deste permite localizar o que mais tarde seria denominado a Geribanda, conhecida no início do século seguinte como "fim da vila". É um terreno irregular para além do qual aparece em direção meridional, um moinho que obviamente não é o originador da denominação da rua do Moinho, existente no século passado. Bastante ressaltados estão os cômodos e o pântano. O que mais chama a atenção é a ausência de indicação de instalações militares, inclusive do forte da vila. Isto, porém, não pode levar à conclusão de uma mudança funcional de Rio Grande.

Para os inícios do século passado, existem duas plantas de João Vieira de Carvalho, uma marcando a atual praça Xavier Ferreira e representando a face norte da antiga rua da Praia, datada provavelmente de 1809, a outra mais recente, abrangendo to-

do o espaço urbano que cresceria para oeste, principalmente para o sul. Para o norte registra a rua da Praia ganha às águas. A leste termina na rua da Caridade (Cel. Sampaio) que começava a ser aberta. No extremo oposto a rua do Hospital e, após um espaço vazio, o moinho que dará origem ao nome de uma rua (Aquidabã). No sentido norte-sul mais desenvolvida é a rua do Rosário que se iniciava na Rua Pito (Rep. do Líbano) e ultrapassava a rua das Praças. Não há referência ao Rocio, Pelourinho ou à Geribanda. Localiza 21 instalações e por estas pode-se ver a expressividade das militares, mas a função comercial, não discernida na planta, possivelmente por não se poder decifrar determinadas convenções, é preponderante. A instalação da Alfândega, em 1804, o crescimento da economia da campanha rio-grandense, em virtude da crise platina, vai concentrar na única saída marítima os produtos derivados do gado que demandam o exterior. Cerca de 20 navios passaram a barra em 1818 e 40 iates faziam o comércio interior. São reflexos desta atividade comercial que se lê na expansão urbana. A carência de material de construção foi engenhosamente contornada pela chegada do mesmo como lastro dos navios que demandavam as riquezas gaúchas. Esse crescimento, no entanto, esbarrava em óbices naturais como a pouca profundidade do canal da Barca, obrigando os navios a aportarem em São José do Norte e transbordando as mercadorias à alfândega rio-grandina. Este era o mal menor comparado com o obstáculo da barra só vencido no século seguinte.

As incorreções e faltas que a documentação cartográfica urbana existente encerrava, fez-se sentir na administração. Em 1825, a Câmara preocupada com a criação de ruas e casas, sentiu a necessidade de, segundo a linguagem das atas, “proceder a um mapa”. Este só seria levantado, entretanto, quatro anos após, quando a Câmara pretendeu obter do Conselho Geral a “faculdade de aforar terrenos devolutos”. Esta planta retrata o espaço urbano que em alguns anos teve reduzido o número de suas casas, nas ruas Direita e da Praia em virtude da movimentação dos cômodos, como testemunhou Gonçalves Chaves. Através de convenções a cores, são demarcadas as áreas construídas e devolutas de cada quarteirão em que se organizou o espaço urbano. Determina

o limite do "terreno arenoso com combros e por isso incapaz de se povoar presentemente" por uma faixa amarela que se inicia, ao sul, nas proximidades do cruzamento das ruas Flores (Gal. Vitorino) e Beco do Rasgado (Gal. Netto) e se dirige para nordeste até encontrar a rua do Castro (D. Caxias) na altura da rua do Pito (Rep. do Líbano). Deste ponto inflete para oeste, em linha reta, até quase alcançar a frente da Matriz donde se dirige para o norte até a rua Direita contornando, na face setentrional, terrenos devolutos, provavelmente em virtude da ação dos ventos, até o extremo da vila situado nas proximidades da atual rua Visconde de Paranaguá. As ruas ali registradas eram limitadas pelos areais ocidentais ou pelos pântanos que circundavam o sítio de expansão. Para o norte, Rio Grande que antes avançara sobre as águas a rua da Praia, agora conquistava, com o aterro procedente da demolição do forte da vila, a rua Nova das Flores. Também a área de macega de nordeste foi aterrada. Faltou entre essas duas áreas o alinhamento da praça da Alfândega, já demarcada também na planta anterior.

O colorido vermelho da planta mostra a distribuição do casario por ruas de nomes pitorescos. As edificações espalhavam-se compactamente desde a rua Nova das Flores até a do Açougue (Conde de Porto Alegre) para o sul, e entre a rua do Corpo da Guarda (Zaloni) e Beco do Joaquim Mia (Andrades Neves). Duas novas praças, além da já citada, aparecem demarcadas, a do Poço e a de São Pedro. Adiante dos limites citados, somente os trechos das ruas Direita e da Praia apresentam os mesmos característicos mencionados. O restante, para leste e oeste, vê as construções escassearem. Algumas ruas marcadas nesta planta desapareceram, como a do Hospital Dona Genoveva (para a retificação da rua do Pito) e ainda a rua do Pântano.

A comparação de plantas permite a visualização do crescimento espacial. Este é um reflexo de solicitações que conduzem o aglomerado ao cumprimento funcional responsável por sua existência. Do atendimento de uma ou mais funções resulta uma paisagem que é peculiar a cada burgo por refletir a resposta do grupo que o habita aos problemas que a conjuntura impõe. Assim, a

análise paisagística pode ser decomposta em duas visões: uma morfológica, objetiva, revelada pelas construções que correspondem às utilizações e outra subjetiva, dada pelo conjunto ou por conjuntos representativos do espírito da população. Ambas as visões representam momentos do passado porque a dinâmica da transformação urbana jamais é repentina ou total. Se morfológicamente a apreciação pode ser feita diretamente na paisagem ou no documento, a apreciação subjetiva é muito mais difícil, se bem que mais humana.

Como teria sido esse Rio Grande que se construiu a partir de vila abandonada pelos espanhóis até a Revolução Farroupilha? Das casinhas cobertas de palha às construções com coberturas de telhas, marcos de gneiss constantes das listas de importação organizadas por Gonçalves Chaves, o Rio Grande teve uma paisagem assaz movimentada pelo crescimento da atividade comercial e refletiu soluções locais e influências variadas. Do alto de um mastro de navio, Luckock avistou ao longe a “pequenina linda cidadezinha branca de São Pedro do Sul mais comumente chamada Rio Grande”. Arsene Isabelle achou-a não só mortalmente triste mas insuportável de todas as maneiras”. Saint Hilaire ao se referir ao sítio diz: “Nada mais triste do que a posição de Rio Grande visto como de todos os lados só se divisam areais, pântanos e águas e em todos os arredores nada há capaz de alegrar a vista, uma árvore sequer”. São testemunhos díspares como estes que devem conduzir a busca da paisagem que se tenta reconstituir para entendê-la e senti-la.

Vento de sudeste e areia abundante modelaram barcanas demolidoras de casas no ocidente e o quadro da areia fina e branquicenta se deslocando é comum na descrição dos cronistas. Ruas estreitas e sinuosas, cortadas por becos, fazem a trama urbana onde casas diferenciam paisagens geográficas e sociais por seu emprego ou por seus habitantes. A rua da Praia de Saint Hilaire é “larga e não perfeitamente reta”, com casas de alvenaria e ostenta a maioria dos sobrados e o melhor comércio. Contrasta, porém, com os casebres das outras ruas de moradores humildes que o Rio Grande em progresso tentava esconder ou reduzir através da le-

gislação. Em maio de 1822, há protestos na Câmara, pelo conserto de uma casa de capim” à rua Direita, por ferir as posturas municipais — revela o livro de Vereança. Daquele Rio Grande dos sobrados da rua da Praia até recentemente existiu um testemunho que conduz a imaginação do pesquisador através de imagens do passado. Pouco adiante do prédio da Prefeitura Municipal, na face meridional da rua Marechal Floriano, uma casa de dois pisos ostentava, na parte central uma placa: 1826. A parte térrea compreendia duas lojas, cada uma com duas portas separadas pela entrada do segundo piso. Suas paredes eram caiadas de branco, com portais de gneiss fluminense, certamente vindos como lastro.

Para completar aquele mundo deve-se ir buscar auxílio em Debret, graças à reprodução que Abeillard Barreto fez em sua nunca bastante citada “Bibliografia Rio-Grandense”. A “Vista de Rio Grande” mostra o “core” rio-grandino visto do norte. As velas de numerosas embarcações dão no primeiro plano a medida da principal atividade urbana e escondem os inúmeros trapiches que povoam a recém-aberta rua da Boa Vista. Esta, com suas casas baixas, ainda não apresenta a fisionomia que caracterizará o seu progresso funcional na segunda metade do século. A Igreja da Ordem Terceira de São Francisco de Assis e o fundo da Matriz de São Pedro localizam a rua da Praia e seus inúmeros sobrados. Para o sul, o colorido lembra a constante rio-grandina — a areia em movimento. Entre a relativa imponência desta paisagem central, acham-se perdidas inúmeras instalações públicas acanhadas e muitas em mau estado de conservação ou abandonadas, como a antiga sede do governo. Para o sul a paisagem é mais humilde. É ainda em Saint Hilaire que se pode buscar o retrato das proximidades do forte da vila, onde a praça do Poço, abastecedora de água, era circundada por velhos prédios isolados. Ruas descalçadas onde “não se pode passear em terreno que foge debaixo dos pés”, nas palavras de Nicolau Dreys, mas em compensação, iluminadas à noite graças à iniciativa de seus habitantes.

Preocupado com a urbanização limitada, até então por posturas surgidas à medida em que as situações se criavam, o futuro Mare-

chal Andrea traçou o primeiro plano de diretrizes urbanas da cidade. Sobre a planta de 1829, calçou uma nova planta onde estão indicadas as verdadeiras direções de cada rua, além de todas as construções existentes e projetos de novas ruas. O plano guiou por bastante tempo a cidade, se bem que nem todas as obras ali previstas tiveram execução.

Se até agora o que mais se frizou no trabalho rio-grandino foi o afeioamento do sítio urbano contra a obra do vento e da areia, não podemos deixar de trazer outro elemento da mesma origem que prejudicou a cidade, desafiando a capacidade não só de sua gente, mas da nação.

Vivendo em função do comércio marítimo, decorrência da situação geográfica, era essencial à cidade e ao seu desenvolvimento, a comunicação fácil com o oceano e uma ancoragem cômoda aos barcos que a ela se dirigiam. Entretanto, durante a maior parte de sua existência, Rio Grande não dispôs destas duas condições primordiais. Graças, porém, aos esforços de suas lideranças, a cidade conseguiu vencer a natureza ingrata e ainda a concorrência de Montevideu na disputa da exportação gaúcha.

Se os trapiches se espalhavam pela praia na quarta década do século passado, resolvendo o problema da atracação dos veleiros, o canal da Barca, acesso do ancoradouro, não apresentava profundidade suficiente às exigências da navegação. O aprofundamento do canal da Barca, como correção da natureza, foi feita, pela primeira vez por uma companhia local que para tal fim se organizou (1833). Não tendo essa organização feito obra perene e tendo se extinguido, o problema do canal ressurgiu na segunda metade do século. A Câmara do Comércio, fundada em 1844, órgão de classe mais representativo da cidade, tomou a seu cargo a iniciativa da execução do aprofundamento do canal, contando com auxílio do poder público para, como se encontrava em documento existente em seu arquivo, “fazer desaparecer a necessidade mais palpitante desta província — abrir o canal da Barca”. Entretanto, este canal que se obstrui com os sedimentos da Lagoa dos Patos em virtude da movimenta-

ção das águas tangidas pelo vento sobre os baixios, voltou mais tarde a apresentar dificuldades e, em 1866 aquela entidade interferiu junto ao governo provincial. É feita sua dragagem e abre-se o canal da Bóia que o liga ao canal do Rio Grande.

Melhorados os canais, permaneceria por resolver-se ainda por cinquenta anos, o mais cruciente dos problemas: a livre entrada da barra. Apresentar aqui o que foi o entrave da barra para Rio Grande e principalmente para a economia provincial e a sua solução, exigiria muito da paciência dos presentes. Apenas como pálida idéia do que representava o problema, cabe a transcrição de dois tópicos de um memorial popular rio-grandino dirigido ao Governo Imperial, em 1888. "Os inconvenientes e constantes perigos provenientes do atual estado de cousas são de mais grave ponderação para a Província e para o Império, para aquela pela cisão e encontro dos interesses econômicos e sociais dos habitantes das fronteiras com os do litoral, para este pelos enormes prejuízos econômicos que sofre atualmente e pelos riscos estratégicos e políticos a que estaria exposto em qualquer emergência de guerra (...) O melhoramento definitivo da Barra do Rio Grande do Sul é, sem termo de comparação possível, a mais importante entre todas as questões que hoje se debatem na província ou no Império, sob o ponto de vista econômico, político ou social... A protelação ou demora deste grandioso melhoramento manterá e quiçá agravará ainda a posição crítica em que se acha a Província como dependente e tributária das repúblicas do Prata..."

Eis um retrato de delicada situação criada por um obstáculo natural, quando a tecnologia já contava com recursos para dominá-la. O exposto leva a pensar que aquele entardecer de primeiro de março de 1915, testemunhou muito mais do que um dominar de elementos. A passagem do navio-escola "Benjamim Constant" pela barra e sua atracação no novo cais marcou o domínio do homem sobre a barra mas, mais do que isto, marcou a consolidação de laços regionais e intra-regionais que deveriam enfraquecer-se se o problema agora resolvido tivesse se agravado, jogando a economia gaúcha em mãos platinas.

Ainda que o rio-grandino tivesse, como já foi referido, de enfrentar óbices opostos por elementos naturais, a cidade cresceu continuamente. A planta de Carlos Emil, 1860, mostra ao sul a formação de uma nova rua, a Esperança (Vice-Almirante Abreu) e entre ela e o limite de 1835, mais duas ruas haviam surgido: a Clara (Barão do Cotegipe) e a Alegrete (Dr. Nascimento). Para o ocidente, a cidade avançou sensivelmente; os cômodos que no passado impediam a ocupação e por vezes obrigavam a retração urbana, haviam desaparecido. Ruas de direção norte-sul foram abertas até a atual Moron e a cidade terminava pouco adiante, nas trincheiras. A linha do litoral continuava avançando sobre as águas. Em 1849, se praticou o aterro entre o mercado e a alfândega e também sobre ele, e foi conquistado espaço para o prédio da Santa Casa.

Pouco menos de 20 anos após, surgiu o levantamento Ahrons, mandado fazer pela Câmara como um “projeto de parte nova extramuros”, isto é, para além das trincheiras balisadoras do limite ocidental. Esta planta mostra profundas alterações no espaço urbano cuja expansão decorreu em especial da criação de indústrias propiciadoras de muitos empregos e necessidade de terreno barato para construção de habitações populares. Os aterros continuaram avançando pelo litoral, foi ganho o espaço em que posteriormente se situou a estação marítima de estrada-de-ferro. A leste abriu-se a rua Barroso e o pântano do sul recuou para a abertura da rua Constância (João Alfredo). Porém foi a oeste que se situou a área de maior expansão. Alguns anos antes, fora criado um cemitério para além das trincheiras. Agora a exigência decorrente da entrada da cidade no campo da indústria não artesanal impeliu a abertura do loteamento até hoje conhecido como “Cidade Nova”. Com isso duplicou-se a superfície urbana. Por mais de meio século, esta foi a principal área de crescimento citadino.

A chegada dos trilhos da estrada-de-ferro, a construção do cais, o desenvolvimento do comércio e o aparecimento de uma indústria não artesanal, nos fins do século, explicam o aumento da área urbana e a modificação da sua fisionomia. De aproximadamente 26 hectares quando da libertação, a superfície citadina atingiu

a 36 hectares na época da Grande Revolução. Em 1860, alcançou 175 hectares e em 1878, a 458 hectares, superfície que pouco variou até o início do século.

Chegado ao marco temporal que limita este trabalho, cumpre mais uma vez tentar captar os movimentos plásticos da paisagem, agora na segunda metade do século passado. Avé-Lallement (1858) encontrou uma cidade de ruas regulares, largas e descalças, mas com passeios e casas bonitas, e no cais, numerosas embarcações de diferentes tamanhos. Domingos de Araújo (1865) registra o aumento do sítio sobre as águas e destaca o alinhamento das ruas e a beleza dos edifícios, “alguns com mirantes que servem para observar a entrada e saída dos navios”. Canstatt (1871) achou o Rio Grande melhor construído e mais bonito do que “se está acostumado a ver no Brasil”. Destacou as construções, lojas e instalações que denotavam uma certa abundância e luxo. Ressaltou a intensidade da vida comercial citadina com um “porto coberto por uma floresta de mastros com flâmulas e bandeiras de todas as nações que cruzam os mares, (...) além de ser envolvida por um cheiro nada agradável que emanava das mercadorias a serem exportadas”. Para Milliet de Saint Adolphe (1883), a cidade tem um aspecto apazível, “mas as ruas são descalças”. Reclus, na monumental *Geografia Universal*, dar-lhe-ia um aspecto gracioso se não fossem as “instalações militares que a enfeiam”.

A cidade que chegou ao fim do século, segundo inúmeras opiniões, sendo pelo menos, agradável, pode ser percorrida através dos quadros, fotografias e dos testemunhos que resistiram ao tempo. Grandes sobrados revestidos de azulejos muitas vezes com mais de dois pisos, além do térreo, beiral de telha, clarabóia iluminando o acesso aos andares superiores, janelas de guilhotina, com caixilhos habilmente recortados e em parte preenchido com vidros coloridos eram comuns nas faces das ruas da Praia e Boa Vista. Os mirantes mais raros davam originalidade e funcionalidade aos prédios destinados, no térreo, aos armazéns das grandes casas importadoras e exportadoras. Nos outros andares abrigavam-se os familiares dos negociantes e os seus caixeiros. Um tráfego intenso e aparentemente confuso de carroças escoava do cais as mercadorias

chegadas ou transportava, até os veleiros, a riqueza que o Rio Grande do Sul produzia. Em outras ruas, sobrados menos imponentes, mas do mesmo estilo do que os citados, funcionavam como residências abastadas. Entre estas, sucediam-se casas chamadas de porta-e-janela, não raro também azulejadas e dotadas de pára-vento. Eram destinadas às famílias de classe média. As esquinas eram ocupadas por prédios construídos para atender ao comércio varejista, principalmente o de secos e molhados. A população mais pobre habitava os “portões”, que se situavam preferentemente nas ruas do sul. Eram pequenas casas de beiral-de-telha, erguidas excentricamente no terreno de modo a formar dois pátios. O menor, na frente, separava-se da rua por um muro dotado da abertura que denominava a construção. Nos fins do século, os beirais, por pressão legal, começaram a dar lugar às platibandas enfeitadas com estatuetas ou frutos de louça provenientes do Reino. Destoando deste conjunto, apenas as construções da fábrica de charutos e da fiação e tecelagem, em estilo alemão. Desprotegido pela natureza em vegetação, o Rio Grande que se urbanizava deixou grande e numerosos espaços, que foram ajardinados levando em conta o aspecto estético e o sanitário.

Se pelas ruas conhecidas de Saint Hilaire deslocavam-se duas mil almas, meio século após residiam na cidade 13.000 pessoas; 21.900 eram seus habitantes na entrada do século atual. População originariamente constituída de brasileiros provenientes de outras capitanias, de portugueses do Reino ou das Ilhas Atlânticas e de uma alta percentagem de escravos que atingiam a mais de 20% do total, o Rio Grande foi se enriquecendo com outras contribuições. Os platinos chegaram em virtude das guerras luso-espanholas ou das guerras de independência. Após 1822, o Rio Grande polarizou, além de portugueses, gente de outras origens. Alemães, ingleses, franceses, italianos, espanhóis, poloneses forneceram significativos contingentes aos quais se juntaram, com pouca importância numérica, muitas outras nacionalidades. O comércio foi o atrativo para o número mais expressivo de migrantes, mas a indústria que se desenvolveu após a Guerra do Paraguai estava repleta de estrangeiros. A todos o Rio Grande de origem lusa conseguiu absorver e integrar em uma comunidade sem os problemas que não raro ocorrem nas sociedades de variadas origens.

Do exposto é inegável concluir-se que Rio Grande é uma bela lição de Geografia. A vida de relação permitiu-lhe o surgimento à beira do canal, mas a natureza não lhe forneceu, como geralmente faz, um local pronto para ser trabalhado pelo homem. O rio-grandinino viu-se, por isso, obrigado a erguer o chão onde se levantou a sua cidade. Ao fazê-lo com perseverança e arrojo, construiu a porteira da Estância de São Pedro.

O Padre Hafkemeyer

Armando Dias de Azevedo

Nasceu João Baptista Hafkemeyer a 12 de janeiro de 1871 (seis dias, portanto, após a unificação alemã, na Galeria dos Espelhos, em Versalhes), na cidade de Osnabrück, no Hanover já então reunido ao reino da Prússia. Mais tarde, naturalizado brasileiro, dedicou-se de corpo e alma à história do Brasil, especialmente à do Rio Grande do Sul.

Tendo já estudos humanísticos, entrou em 1895 para a Companhia de Jesus, fazendo seu noviciado na Holanda, pois o chanceler de ferro Bismarck, por ocasião do "Kulturkampf", havia decretado o banimento dos jesuítas de todo o Império alemão, além de outros de perseguição contra a Igreja Católica, seu Episcopado e seu Clero (prisão, desterro, multas, etc.).

Assim, os Jesuítas, a "bête noire" de Bismarck, tiveram de estabelecer na Holanda, nas proximidades da fronteira germânica, estes últimos em Valkenburg onde Hafkemeyer estudou filosofia, não só o noviciado como também seus cursos de filosofia e teologia, de 1895 a 1897, quando veio para o Brasil, lecionando, então, um quinquênio no famoso Ginásio Nossa Senhora da Conceição, de sua Ordem, em São Leopoldo, para onde acorriam alunos de todos os quadrantes dos Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina e até do norte do país. Voltando a Valkenburg para o estudo de teologia, ordenou-se sacerdote em 1904. Em 1905 esteve no Colégio do Barro, em Torres, em Portugal. Em 1906, veio definitivamente para o Brasil, lecionando história universal e pátria de 1906 a 1912 no Ginásio Conceição. Fechando-se definitivamente este tradicional educandário em fins de 1912, passou o Pe. Hafkemeyer a lecionar sua disciplina predileta, de 1913 a fins de 1915, no Ginásio Gonzaga, de Pelotas, ao mesmo tempo que era capelão da Beneficência Portuguesa daquela cidade.

Em princípio de 1916 veio para o Ginásio Anchieta, de Porto Alegre, onde lecionou história universal e pátria até fins de 1923.

Professor magnífico ele foi, no testemunho unânime dos que tiveram a ventura de terem sido seus alunos, o que a mim não ocorreu, mas, em compensação, tive a ventura de ter tido como mestre daquelas disciplinas, em 1911 e 1912 o seu émulo naqueles dotes invejáveis de decência o seu ilustre irmão de hábito, o Pe. João Lütgen, S.J., natural daquele país minúsculo no tamanho mas grande no progresso, o Grão-Ducado de Luxemburgo, cujas aulas magistrais e cuja forte personalidade exerceram grande influência sobre mim, inclinando-me para o estudo e o culto da história, especialmente da pátria.

O Pe. Hafkemeyer era um sacerdote e um jesuíta de vida exemplar e apostólica, um grande pesquisador e um fecundo escritor que procura trazer sempre à luz da publicidade, conscienciosamente, mas sem perda de todo, tudo o que estudara e pudesse interessar à história pátria, especialmente à da terra gaúcha. E foi bem que assim o tivesse feito, pois naqueles poucos anos de vida, mas tão cheios de intenso e fecundo labor científico, sem esperar para publicar obras de grande fôlego e de grande tomo, nos ficou como acervo uma multidão imensa de magistrais monografias. Foi nisso mui semelhante a seu grande amigo Capistrano de Abreu que não escreveu a esperada grande história do Brasil, mas se derramou em estudos pormenorizados a que vão recorrer todos os apaixonados de tais estudos.

Versou também assuntos de história geral e publicou um excelente compêndio didático de história universal em dois pequenos volumes.

Meu conhecimento pessoal com ele, logo transformado em grande amizade, apesar de ter eu 26 anos menos do que ele, muito aprendendo eu com a sua convivência, datou de princípios de 1916, quando se fixou definitivamente nesta capital, coincidindo com meu 4.º ano de direito. Essa amizade durou os seus oito anos restantes de vida, eu a lembro com saudades hoje às vésperas do 46.º aniversário de sua morte. (*)

(*) o presente artigo foi escrito por nosso consócio Armando Dias de Azevedo um pouco antes de sua morte em 1977.

Visitava-o, quando era solteiro, quase todas as manhãs de domingo, após a Missa, palestrando sobre assuntos variados (religião, literatura, ciências políticas e sociais), mas mui especialmente sobre história. Visitávamos-nos, mutuamente, com freqüência desde 1922. Gozavam de sua intimidade muitos outros, principalmente, entre os sobreviventes, meus amigos Adroaldo Mesquita da Costa e Ruben Rosa, seus antigos discípulos, o primeiro no “Conceição” e o segundo no “Anchieta”.

Tão identificado estava com sua pátria adotiva, por naturalização expressa, tanto conhecia nossa história, tanto a amava, tão solidário com as glórias do nosso passado, que foi vítima de estúpida e selvagem agressão epistolar partida do famigerado O’Leary, o pretenso historiador paraguaio que iniciava uma reabilitação da negregada figura do monstruoso tirano Solano López, inaugurando uma inglória e ridícula “cruzada”, que mereceu o apodo, pela brilhante pena de nosso historiador general Mário Barreto, de “campanha lopezguia”.

O Pe. Hafkemeyer, cultor da verdade histórica, escrevera carta delicadíssima àquele ferrabraz (ele m’a leu), em que se propunha discutir, em cartas, em tom elevado, como pessoas civilizadas, a figura de Lopez, apresentando e apontando ao panegirista provas reais valendo-se de documentação recebendo, em troca, o que aquele tivesse em abono de seu tão gabado “herói”. Qual não foi sua surpresa quando recebeu (ele m’a mostrou) a resposta grosseira, brutal, imbecil, rompendo qualquer correspondência, que, no seu enfatuado “magister dixit”, se recusava a manter amistosamente com um historiador brasileiro.

A 5 de agosto de 1920, um grupo de cultores da história, e da geografia, a cuja frente estava Florêncio de Abreu, Souza Docca, Otávio Augusto de Faria e Eduardo Duarte, se reuniram, numa sala do Arquivo Público do Estado, e resolveram a fundação dum Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Durante uns cinco anos, de 1860 até a guerra do Paraguai havia existido sodalício com o mesmo nome e idênticas finalidades, sob a presidência do então Barão (depois Conde) de Porto Alegre, de que fizeram par-

te importantes figuras, tais como Ubatuba, Caldre Fião, meu avô materno Antônio Dias da Costa (autor dos projetos do Arsenal, Mercado, Assembléia e Doca).

Os padres Carlos Teschauer e J. B. Hafkemeyer, ambos jesuítas, dedicados inteiramente ao estudo da história gaúcha, lá estavam. Levado por Artur Candal, lá fui eu, que sou atualmente 2.^o vice-presidente e, por longos anos, fui bibliotecário e secretário. Outro sobrevivente é Adroaldo Mesquita da Costa, vários anos presidente e hoje nosso presidente perpétuo, que, em março próximo, quando encerramos nossas férias, na sessão solene com que comemoraremos o centenário de nascimento de Hafkemeyer, falará, com sua habitual eloquência e proficiência, pormenorizadamente, sobre a pessoa e a obra de seu antigo mestre.

O Pe. Hafkemeyer não foi um simples sócio do Instituto, mas um verdadeiro "factotum". Escavou e carrou para as páginas da "Revista do Instituto" de cuja comissão e redação fazia parte, as "Memórias Econômico-Políticas" de Antônio José Gonçalves Chaves as "Memórias" do Visconde de S. Leopoldo, as "Memórias" do Barão de Jacuí, a "História dos Jesuítas no ministério do Marquês do Pombal", de Chr. Th. von Murr, que ele mesmo traduziu, além de inúmeros trabalhos que escreveu ele mesmo especialmente para a "Revista".

Era também Hafkemeyer sócio correspondente do "Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro" e do "Instituto do Ceará", e se correspondia com historiadores do gabarito de Oliveira Lima e Capistrano de Abreu. Este, quando aqui esteve em abril de 1922, na comitiva do Ministro da Guerra Pandiá Calógeras (vindo para as manobras do Exército), amanheceu no Ginásio Anchieta para visitar e conversar longamente com os padres Teschauer e Hafkemeyer.

Na memorável sessão de 5 de abril de 1922 em que o Instituto Histórico homenageou as grandes figuras do então general Cândido Rondon e de Capistrano de Abreu, o primeiro foi saudado pelo presidente Florêncio de Abreu e o segundo por Hafkemeyer.

Traduziu a obra de monsenhor Baunard sobre a vida do general de Sonis o grande herói francês, de vida santa na guerra de 1870, após ter sido, como chefe dos zuavos pontifícios, o defensor do Papa Pio IX nas investidas de Vitor Manuel contra os Estados da Igreja.

Publicou excelentes livros biografando as grandes figuras do glorioso Exército Brasileiro Osório e Caxias.

Enorme é o número de monografias históricas que publicou em revistas ou em separatas, p. ex.: "Formação Territorial do Brasil", "A Primitiva Igreja do Rio Grande do Sul", "Vítimas da calúnia", "A Supressão da Companhia de Jesus", "Restauração da Companhia de Jesus", "A Revolução de 1835", "O mais antigo mapa mundial da América", "A costa do Brasil austral na cartografia dos séculos XVII e XVIII", etc.

Vários trabalhos seus saíram com o pseudônimo de Alfredo de Toledo Costa.

Além disso publicou muitos estudos na imprensa diária local, na "O Eco", na "Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul", nas "Vozes de Petrópolis" (então revista-religiosa científica e literária), no "Anuário do Estado do Rio Grande do Sul" (dirigido por Graciano Azambuja e, depois por Alcides Cruz) e em importantes revistas européias.

Estava ele preparando um grande livro histórico sobre a colonização germânica no Rio Grande do Sul, a ser publicado em 1924, por ocasião do centenário da mesma, quando, por causa de uma afeção renal que se agravava, foi forçado por seus superiores a interromper o trabalho e buscar a cura no hospital de Santa Cruz em janeiro de 1924.

Lembro-me da última vez que com ele falei uma primeira quinzena de dezembro de 1923. Já, d'as antes, dele me despedira, por estar em vésperas de seguir eu, para convalescença no Desvio Blauth, mas, adiada a viagem, à espera da paz de Pedras Altas, só

viajei no dia seguinte a ela, isto é, a 15 de dezembro. A última conversa foi rápida, na rua, em encontro fortuito, achando-o cada vez mais alquebrado.

Qual não foi minha dolorosa surpresa, quando, na terça-feira, 12 de fevereiro de 1924, pelas 16 horas, mais ou menos, à passagem do trem de Caxias pelo Desvio Blauth, ao comprar avidamente o “Correio do Povo” daquele dia, deparei na “Necrologia” com a triste notícia de sua morte, ocorrida e no dia imediato ao de seu regresso a Porto Alegre, isto é, no domingo, dia 10, às 16 horas, tendo o enterro saído às 8 horas, de trem, para o cemitério dos jesuítas, em S. Leopoldo, onde foi sepultado. O acompanhamento — noticiou o “Correio do Povo” — foi grande, de pessoas de todas as classes sociais. Tendo sido o Instituto Histórico representado pelo seu presidente Florêncio de Abreu, seu tesoureiro Amaro Batista, Adroaldo Mesquita da Costa (da comissão de redação de “Revista”) e Carlos Teschauer (seu companheiro na comissão de história).

Uma uremia fizera tombar o gigante da pena.

Uma memória do zeloso sacerdote, do humilde jesuíta, ao grande professor e historiador jamais será esquecida, pela sua superior cultura, sua onímoda erudição, seu infatigável labor de pesquisador e de escritor e sua vida ilibada de virtude heróica, do apóstolo de Cristo e de sua Igreja.

Os governantes do Rio Grande do Sul

Riograndino da Costa e Silva

Em um dos capítulos do livro que publicamos sob o título de **"Notas à margem da história do Rio Grande do Sul"** (Coleção Província — Editora Globo — Porto Alegre, 1968), tivemos oportunidade de apresentar uma relação completa dos governantes de nosso Estado em 230 anos de sua existência político-administrativa, ou seja, desde o Brigadeiro José da Silva Pais (1737) até o Coronel Walter Peracchi Barcellos, governador à época (1967).

Antes dessa relação, porém, em outro capítulo, fizemos algumas considerações gerais em torno de seus pontos mais característicos, quando comentamos diversos trabalhos da mesma natureza, constantes de jornais, revistas especializadas ou mesmo de livros de autores conhecidos e autorizados. E nosso trabalho resultava precisamente do cuidadoso estudo comparativo das várias relações que havíamos compulsado, de modo a estabelecer um critério próprio de tratar a matéria.

Foi assim que, embora ainda com muitas falhas e imperfeições, naturalmente, organizamos uma lista completa dos governantes que consideramos efetivos ou interinos, procurando distinguir entre uns e outros por meio de numerações diferentes, para maior facilidade de apreciação ou referência em qualquer caso. Dentro de uma indicação rigorosamente cronológica das datas dos períodos de governo, os ocupantes do cargo se sucedem, em nossa relação, na mesma seqüência em que exerceram a elevada função, sem haver falhas ou lacunas de tempo entre um governante e o seguinte.

Passados mais de treze anos do lançamento de nosso livro e segundo a mesma orientação ali traçada, apresentamos hoje uma relação atualizada dos governantes do Rio Grande do Sul, na qual se podem contar 89 titulares efetivos, isto é, os que foram oficialmente nomeados para o cargo e nele tomaram posse; e, bem assim, 35 interinos, considerados como tais apenas aqueles que exerceram a função quando do cargo vago, em virtude de falta do titular efetivo, ou em seu afastamento definitivo.

Não figuram, portanto, em nossa lista geral, os nomes dos cidadãos que estiveram no governo como substitutos eventuais dos ocupantes efetivos, ou em impedimentos temporários mais ou menos longos. Foram todos eles, entretanto, mencionados nas “**Notas à margem**” (pp 210 a 212), de maneira que, como complemento e atualização, basta-nos apenas indicar os substitutos eventuais mais recentes e que são os seguintes, ressaltando qualquer erro ou omissão:

— No governo do Coronel Euclides Triches como governador eleito (iniciado em 15 de março de 1971): — Dr. Edmar Fetter, como vice-governador.

— No governo do Dr. Sinval Guazzelli como governador eleito (iniciado em 15 de março de 1975 — Dr. José Augusto Amaral de Souza, como vice-governador.

— No governo do Dr. José Augusto Amaral de Souza como governador eleito (iniciado em 15 de março de 1979): — Deputados Carlos Giacomazzi e Aldo Pinto, ambos com presidente da Assembléia Legislativa; Deputado Otávio Germano como vice-governador.

Finalmente e ainda como complementação ao rol de governantes que a seguir apresentaremos, mais uma observação que nos parece indispensável e irá atender a muitas consultas e solicitações: como o Dr. Júlio Prates de Castilhos, em 1891, e o General Honorário José Antônio Flores da Cunha, em 1935, os cinco últimos governantes do Rio Grande do Sul, a partir do Coronel Walter Peracchi Barcellos portanto e inclusive, têm sido levados ao desempenho do alto cargo mediante eleição indireta, sufragados seus nomes pela Assembléia Legislativa transformada em Colégio Eleitoral.

Estabelecidas para o pleito de 1967, as normas reguladoras dessa eleição indireta foram incorporadas, em dispositivos expressos, à Constituição Federal de 1969 (art. 189) e, também, à Constituição Estadual de 1970 (arts. 189 e 190), depois revigoradas para os pleitos posteriores. Com a reforma eleitoral que se anuncia agora, entretanto, já em 1982 a eleição para Governadores dos Estados voltará a ser direta, mediante, pois, o sufrágio universal e voto direto e secreto.

Em nosso Estado, porém, o governador Amaral de Souza tem a cumprir um mandato de 4 anos, até 15 de março de 1983, portanto. E, em tais condições, a relação que ora vemos divulgar poderá ser considerada inteiramente válida até essa data, de sorte a abranger os governantes desde 1737 a 1982, em um longo ciclo de 245 anos da vida política e administrativa do Rio Grande do Sul.

Eis, então, a relação que organizamos, atualizada:

**OS GOVERNANTES DO RIO GRANDE DO SUL
EM 245 ANOS (1737-1982)**

FUNÇÕES	NÚMERO DE ORDEM	NOMES E TÍTULOS	GOVERNOU	
			DE	A
Comandantes Militares	1	Brigadeiro JOSÉ DA SILVA PAIS	19. 2.1737	11.12.1737
	2	Mestre-de-Campo ANDRÉ RIBEIRO COUTINHO	11.12.1737	22.12.1740
	3	Coronel de Dragões DIOGO OSÓRIO CARDOSO	22.12.1740	28. 6.1752
	4	Tenente-Coronel PASCOAL DE AZEVEDO	28. 6.1752	17. 1.1761
	5	Coronel INÁCIO ELÓI DE MADUREIRA ..	17. 1.1761	1. 9.1763
	Int. (1)	Tenente-Coronel FRANCISCO BARRETO PEREIRA PINTO ..	1. 9.1763	16. 6.1764
Governadores da Capitania	6	Coronel JOSÉ CUSTÓDIO DE SÁ E FARIA	16. 6.1764	23. 4.1769
	7	Coronel JOSÉ MARCELINO DE FIGUEIREDO	23. 4.1769	26.10.1771
	Int. (2)	Tenente-Coronel ANTÔNIO DA VEIGA ANDRADE	26.10.1771	11. 6.1773
	7/2	Brigadeiro JOSÉ MARCELINO DE FIGUEIREDO	11. 6.1773	31. 5.1780
	8	Brigadeiro SEBASTIÃO XAVIER DA VEIGA CABRAL DA CÂMARA	31. 5.1780	5.11.1801
	Int. (3)	Brigadeiro FRANCISCO JOÃO ROSCIO	5.11.1801	30. 1.1803
		Chefe-de-Esquadra PAULO JOSÉ DA SILVA GAMA, Barão de Bagé	30. 1.1803	9.10.1809
	9			

FUNÇÕES	NÚMERO DE ORDEM	NOMES E TÍTULOS	GOVERNOU	
			DE	A
Capitães-Generais	10	D.DIOGO DE SOUZA 1.º Conde de RIO PARDO	9.10.1809	13.11.1814
	11	Marechal-de-Campo LUIZ TELES DA SIL- VA CAMINHA E ME- NEZES, 5.º Marquês de ALEGRETE	13.11.1814	19.10.1818
	12	Marechal-de-Campo D. JOSÉ DE CASTELO BRANCO CORRÊA E CUNHA VASCON- CELOS e SOUZA, Conde da FIGUEI- RA	19.10.1818	22. 9.1820
	Governo do Triunvirato	Governo Interino do Triunvirato Tenente-General MA- NOEL MARQUES DE SOUZA, Presidente Ouvidor-Geral JOSÉ BERNARDINO DE SENA RIBEIRO DA COSTA Vereador ANTÔNIO JO- SÉ RODRIGUES FERREIRA.	22. 9.1820	20. 8.1821
	13	Brigadeiro JOÃO CAR- LOS GREGÓRIO DO- MINGOS VICENTE FRANCISCO DE SALDANHA OLIVEI- RA E DAUN, Duque de SALDANHA	20. 8.1821	22. 2.1822

FUNÇÕES	NÚMERO DE ORDEM	NOMES E TÍTULOS	GOVERNOU	
			DE	A
Governos Interinos e Provisórios		Governo Representativo		
		Brigadeiro SALDANHA, presidente; Marechal- -de-Campo JOÃO DE DEUS MENA BAR- RETO, vice-presiden- te.		
		MANOEL MARIA RI- CALDE MARQUES, Secretário dos Negó- cios Politicos		
		Brigadeiro JOSÉ INÁ- CIO DA SILVA, Se- cretário dos Negó- cios da Guerra	22. 2.1822	29. 8.1822
		Brigadeiro JOSÉ FÉLIX DE MATOS PEREI- RA DE CASTRO ...		
		MANOEL ALVES DOS REIS LOUZADA ...		
		Padre FERNANDO JO- SÉ DE MASCA- RENHAS CASTELO BRANCO		
		FRANCISCO XAVIER FERREIRA		
		Desembargador JOSÉ TEIXEIRA DA MA- TA BACELAR		

FUNÇÕES	NÚMERO DE ORDEM	NOMES E TÍTULOS	GOVERNOU	
			DE	A
Governos Interinos e Provisórios	Governo Provisório	Marechal-de-Campo JOÃO DE DEUS ME- NA BARRETO, pre- sidente Brigadeiro JOSÉ INÁ- CIO DA SILVA MANOEL MARIA RI- CALDE MARQUES . Brigadeiro FÉLIX JOSÉ DE MATOS PE- REIRA DE CASTRO MANOEL ALVES DOS REIS LOUZADA ... Padre FERNANDO JO- SÉ DE MASCA- RENHAS CASTELO BRANCO FRANCISCO XAVIER FERREIRA Desembargador JOSÉ TEIXEIRA DA MA- TA BACELAR	29. 8.1822	7. 9.1822
	Governo Provisório	Marechal-de-Campo JOÃO DE DEUS ME- NA BARRETO, pre- sidente MANOEL MARIA RI- CALDE MARQUES . Brigadeiro JOSÉ INÁ- CIO DA SILVA Brigadeiro FÉLIX JOSÉ DE MATOS PEREI- RA DE CASTRO .. Desembargador JOSÉ TEIXEIRA DA MA- TA BARCELAR	7. 9.1822	29.11.1823

FUNÇÕES	NÚMERO DE ORDEM	NOMES E TÍTULOS	GOVERNOU	
			DE	A
Governo Provisório (continuação)		Padre FERNANDO JO- SÉ DE MASCA- RENHAS CASTELO BRANCO ANTÔNIO BERNAR- DES MACHADO ...		
		Governo Provisório		
Governo Provisório		Marechal-de-Campo JOSÉ INÁCIO DA SILVA, presidente JOSÉ JOAQUIM MA- CHADO DE OLIVEI- RA, secretário FRANCISCO XAVIER FERREIRA Padre FERNANDO JO- SÉ DE MASCA- RENHAS CASTELO BRANCO Padre THOMÉ LUIZ DE SOUZA	29.11.1823	8. 3.1824
	14	Desembargador JOSÉ FELICIANO FER- NANDES PINHEIRO, Visconde de SÃO LEOPOLDO	8. 3.1824	14. 1.1826
	15	Brigadeiro JOSÉ EGÍ- DIO GORDILHO VE- LOSO DE BARBUDA, 1.º Visconde de CAMA MU	14. 1.1826	4.11.1826

FUNÇÕES	NÚMERO DE ORDEM	NOMES E TÍTULOS	GOVERNOU	
			DE	A
Presidentes da Província	16	Brigadeiro SALVADOR JOSÉ MACIEL	4.11.1826	2. 8.1829
	Int. (4)	Vigário-Geral ANTÔNIO VIEIRA DA SOLEDADE, Vice-Presidente	2. 8.1829	17.11.1829
	17	Dr. CAETANO MARIA LOPES GAMA, Visconde de MARANGUAPE	17.11.1829	22. 4.1830
	Int. (5)	Dr. AMÉRICO CABRAL DE MELO, Vice-Presidente	22. 4.1830	22. 8.1830
	17/2	Dr. CAETANO MARIA LOPES GAMA, Visconde de MARANGUAPE	22. 8.1830	20.12.1830
	Int. (5/2)	Dr. AMÉRICO CABRAL DE MELO, Vice-Presidente	20.12.1830	8. 1.1831
	18	Desembargador JOSÉ CARLOS PEREIRA DE ALMEIDA TORRES, 2.º Visconde de MACAÉ	8. 1.1831	29. 3.1831
	Int. (5/3)	Dr. AMÉRICO CABRAL DE MELO, Vice-Presidente	29. 3.1831	11. 7.1831
	19	Desembargador MANOEL ANTÔNIO GALVÃO	11. 7.1831	24.10.1833

FUNÇÕES	NÚMERO DE ORDEM	NOMES E TÍTULOS	GOVERNOU	
			DE	A
Presidentes da Província	20	Desembargador JOSÉ MARIANI	24. 10. 1833	2. 5. 1834
	21	Dr. ANTÔNIO RODRIGUES FERNANDES BRAGA	2. 5. 1834	
	Int. (6)	Dr. MARCIANO JOSÉ PEREIRA RIBEIRO, Vice-Presidente	21. 9. 1835	16. 2. 1836
	Int. (5. 4)	Dr. AMÉRICO CABRAL DE MELO, Vice-Presidente ...	16. 2. 1836	28. 3. 1836
	Int. (6. 2)	Dr. MARCIANO JOSÉ PEREIRA RIBEIRO, Vice-Presidente	28. 3. 1836	15. 6. 1836
	21	Dr. ANTÔNIO RODRIGUES FERNANDES BRAGA		15. 1. 1836
	22	Dr. JOSÉ DE ARAÚJO RIBEIRO, Visconde do RIO GRANDE	15. 1. 1836	4. 7. 1836
	23	Brigadeiro ANTÔNIO ELZEÁRIO DE MIRANDA E BRITO	4. 7. 1836	24. 7. 1836
	22. 2	Dr. JOSÉ DE ARAÚJO RIBEIRO, Visconde do RIO GRANDE ...	24. 7. 1836	5. 1. 1837
	24	Brigadeiro ANTERO JOSÉ FERREIRA DE BRITO, Barão de TRAMANDAÍ ..	5. 1. 1837	1. 4. 1837
	Int. (5. 5)	Dr. AMÉRICO CABRAL DE MELO, Vice-Presidente	1. 4. 1837	16. 5. 1837

FUNÇÕES	NÚMERO DE ORDEM	NOMES E TÍTULOS	GOVERNOU	
			DE	A
Presidentes da Província	25	Tenente-General Reformado FRANCISCO DAS CHAGAS SANTOS	16. 5.1837	6. 6.1837
	26	FELICIANO NUNES PIRES	6. 6.1837	3.11.1837
	23/2	Marechal-de-Campo ANTÔNIO ELZEÁRIO DE MIRANDA E BRITO	3.11.1837	12. 6.1839
	Int. (7)	Dr. JOÃO DIAS DE CASTRO, Vice-Presidente	12. 6.1839	24. 6.1839
	27	Dr. SATURNINO DE SOUZA E OLIVEIRA	24. 6.1839	27. 7.1840
	28	Tenente-General FRANCISCO JOSÉ DE SOUZA SOARES DE ANDRÉA, Barão de CAÇAPAVA	27. 7.1840	30.11.1840
	29	Dr. FRANCISCO ÁLVARES MACHADO	30.11.1840	17. 4.1841
	27/2	Dr. SATURNINO DE SOUZA E OLIVEIRA	17. 4.1841	9.11.1842
	30	Marechal - de - Campo Graduado LUIZ ALVES DE LIMA E SILVA, Barão de CAXIAS	9.11.1842	11.3.1846

FUNÇÕES	NÚMERO DE ORDEM	NOMES E TÍTULOS	GOVERNOU	
			DE	A
Presidentes da Província	Int. (8)	Major Reformado e Comendador PATRICIO C. DA CÂMARA, Vice-Presidente	11.3.1846	11.12.1846
	19/2	Desembargador MANOEL A. GALVÃO	11.12.1846	2.3.1848
	Int. (9)	Dr. JOÃO CAPISTRANO DE MIRANDA E CASTRO, Vice-Presidente	2.3.1848	10.4.1848
	28/2	Ten - Gen FRANCISCO JOSÉ DE SOUZA SOARES DE ANDRÉA, Barão de CAÇAPAVA	10.4.1848	6.3.1850
	31	DR. JOSÉ ANTÔNIO PIMENTA BUENO, Marques de SÃO VICENTE	6.3.1850	4.11.1850
	32	Chefe - de - Divisão PEDRO FERREIRA DE OLIVEIRA	4.11.1850	30.6.1851
	30/2	Marechal - de - Campo LUIZ ALVES DE LIMA E SILVA, Conde de Caxias	30.6.1851	4.9.1851
	Int. (8/2)	Maj Reformado e Comendador PATRÍCIO CORRÊA DA CÂMARA, Vice-Presidente	4.9.1851	15.10.1851
	Int. (10)	Dr. LUIZ A. LEITE DE OLIVEIRA BELO, Vice-Presidente	15.10.1851	2.12.1852

FUNÇÕES	NÚMERO DE ORDEM	NOMES E TÍTULOS	GOVERNOU	
			DE	A
Presidentes da Província	33	Dr. JOÃO LINS VIEIRA CANSANSÃO DE SINIMBU, Visconde de SINIMBU	2.12.1852	1. 7.1855
	Int. (10/2)	Dr. LUIZ ALVES LEITE DE OLIVEIRA BELO, Vice-Presidente	1. 7.1855	17. 9.1855
	34	Dr. MANOEL VIEIRA TOSTA, Barão de MURITIBA	17. 9.1855	28. 4.1856
	35	Brigadeiro JERÔNIMO FRANCISCO COELHO	28. 4.1856	8. 3.1857
	Int. (8/3)	Major Reformado e Comendador PATRÍCIO CORRÊA DA CÂMARA, Vice-Presidente ..	8. 3.1857	16.10.1857
	36	Dr. ANGELO MUNIZ DA SILVA FERRAZ, Barão da URUGUAIANA	16.10.1857	22. 4.1859
	Int. (8/4)	Major Reformado e Comendador PATRÍCIO CORRÊA DA CÂMARA, Vice-Presidente ..	22. 4.1859	4. 5.1859
	37	Dr. JOAQUIM ANTÃO FERNANDES LEÃO	4.5.1859	17.10.1861
	Int. (8/5)	Major Reformado e Comendador PATRÍCIO CORRÊA DA CÂMARA, Vice-Presidente	17.10.1861	16. 1.1862
	38	Desembargador FRANCISCO DE ASSIS PEIREIRA ROCHA	16. 1.1862	18.12.1862

FUNÇÕES	NÚMERO DE ORDEM	NOMES E TÍTULOS	GOVERNOU	
			DE	A
Presidentes da Província	Int. (8 6)	Major Reformado e Comendador PATRÍ- CIO CORRÊA DA CÂ- MARA, Vice-Presiden- te	18. 12. 1862	1. 1. 1863
	39	Dr. ESPIRIDIANO ELÓI DE BARROS PIMEN- TEL	1. 1. 1863	29. 3. 1864
	Int. (8 7)	Major Reformado e Comendador PATRÍ- CIO CORRÊA DA CÂ- MARA, Vice-Presiden- te	29. 3. 1864	2. 5. 1864
	40	Dr. JOÃO MARCELINO DE SOUZA GONZA- GA	2. 5. 1864	20. 7. 1865
	41	Brigadeiro Reformado FRANCISCO DO RÊ- GO BARROS, Viscon- de da BOA VISTA . .	20. 7. 1865	16. 4. 1866
	Int. (11)	Dr. ANTÔNIO AUGUS- TO PEREIRA DA- CUNHA, Vice-Presi- dente	16. 4. 1866	22. 1. 1867
	42	Dr. FRANCISCO INÁ- CIO MARCONDES HOMEM DE MELO, Barão de HOMEM DE MELO	22. 1. 1867	13. 4. 1868
	Int. (12)	Dr. JOAQUIM VIEIRA DA CUNHA, Vice- Presidente	13. 4. 1868	14. 7. 1868
	43	Marechal de-Campo GUILHERME XA- VIER DE SOUZA . .	14. 7. 1868	1. 8. 1868
	Int. (13)	Dr. ISRAEL RODRI- GUES DE BARCE- LOS, Vice-Presiden- te	1. 8. 1868	16. 9. 1868

FUNÇÕES	NÚMERO DE ORDEM	NOMES E TÍTULOS	GOVERNOU	
			DE	A
Presidentes da Província	44	Dr. ANTÔNIO DA COSTA PINTO E SILVA	16. 9.1868	20. 5.1869
	Int. (13/2)	Dr. ISRAEL RODRIGUES DE BARCELOS, Vice-Presidente	20. 5.1869	14. 6.1869
	45	Dr. JOÃO SERTÓRIO	14. 6.1869	29. 8.1870
	Int. (9/2)	Dr. JOÃO CAPISTRANO DE MIRANDA E CASTRO, Vice-Presidente	29. 8.1870	4.11.1870
	46	Dr. FRANCISCO XAVIER P. LIMA, Barão de PINTO LIMA	4.11.1870	24. 5.1871
	Int. (14)	JOÃO SIMÕES LOPES, Visconde da GRAÇA, Vice-Presidente	24. 5.1871	12. 9.1871
	Int. (7/2)	Dr. JOÃO DIAS DE CASTRO, Vice-Presidente	12. 9.1871	20.10.1871
	47	Dr. JERÔNIMO MARTINIANO FIGUEIRA DE MELO	20.10.1871	11. 7.1872
	48	Dr. JOSÉ FERNANDES DA COSTA PEREIRA JÚNIOR	11. 7.1872	1.12.1872
	49	Dr. JOÃO PEDRO CARVALHO DE MORAIS	1.12.1872	11. 3.1875
	50	Dr. JOSÉ ANTÔNIO DE AZEVEDO CASTRO	11. 3.1875	4. 4.1876
	51	Desembargador TRISTÃO DE ALENCAR ARARIPE	4. 4.1876	5. 2.1877
	Int. (7/3)	Dr. JOÃO DIAS DE CASTRO, Vice-Presidente	5. 2.1877	21. 5.1877

FUNÇÕES	NÚMERO DE ORDEM	NOMES E TÍTULOS	GOVERNOU	
			DE	A
Presidentes da Província	52	Desembargador FRANCISCO FARIA LEMOS	21. 5.1877	10. 2.1878
	Int. (15)	JOÃO CHAVES CAMPELO, Vice-Presidente	10. 2.1878	12. 3.1878
	53	Dr. AMÉRICO DE MOURA MARCONDES DE ANDRADE	12. 3.1878	26. 1.1879
	54	Dr. FELISBERTO PEREIRA DA SILVA . .	26. 1.1879	19. 7.1879
	55	Dr. CARLOS THOMPSON FLÔRES	19. 7.1879	15. 4.1880
	Int. (16)	Dr. ANTÔNIO CORREA DE OLIVEIRA, Vice-Presidente . . .	15. 4.1880	19. 4.1880
	56	Dr. HENRIQUE FRANCISCO D'AVILA . . .	19. 4.1880	6. 3.1881
	Int. (17)	Dr. JOAQUIM PEDRO SOARES, Vice-Presidente	6. 3.1881	19. 5.1881
	57	Dr. FRANCISCO DE CARVALHO SOARES BRANDÃO	19. 5.1881	14. 1.1882
	Int. (17 2)	Dr. JOAQUIM PEDRO SOARES, Vice-Presidente	14. 1.1882	27. 2.1882
	58	Dr. JOSÉ LEANDRO DE GODOI E VASCONCELOS	27. 2.1882	9. 9.1882
	Int. (18)	Dr. LEOPOLDO ANTUNES MACIEL, Barão de SÃO LUIZ, Vice-Presidente	9. 9.1882	28.10.1882
	59	Dr. JOSÉ ANTÔNIO DE SOUZA LIMA, Barão de SOUZA LIMA . . .	28.10.1882	1. 6.1883
	Int. (19)	Dr. MENANDRO RODRIGUES FONTES, Vice-Presidente	1. 6.1883	16. 7.1883

FUNÇÕES	NÚMERO DE ORDEM	NOMES E TÍTULOS	GOVERNOU	
			DE	A
Presidentes da Província	60	Dr. JOSE JÚLIO DE ALBUQUERQUE BARROS, Barão de SOBRAL	16. 7.1883	20. 9.1885
	Int. (20)	Dr. MIGUEL RODRIGUES BARCELOS, Barão de ITAPITOCAL, Vice-Presidente	20. 9.1885	28.10.1885
	61	Desembargador HENRIQUE PEREIRA DE LUCENA, Barão de LUCENA	28.10.1885	8. 5.1886
	Int. (21)	Marechal-de-Campo MANOEL DEODORO DA FONSECA, Vice-Presidente	8. 5.1886	9.11.1886
	62	Desembargador MIGUEL CALMON DU PIN E ALMEIDA ...	9.11.1886	31.12.1886
	Int. (22)	Dr. FAUSTO FREITAS DE CASTRO, Vice-Presidente	31.12.1886	25. 1.1887
	63	Desembargador BENTO LUIZ DE OLIVEIRA LISBOA	25. 1.1887	25. 4.1887
	Int. (23)	Dr. RODRIGO DE AZAMBUJA VILANOVA, 2.º Vice-Presidente	25. 4.1887	27.10.1887
	Int. (24)	Dr. JOAQUIM JACINTO DE MENDONÇA, 3.º Vice-Presidente ..	27.10.1887	27. 1.1888
	64/2	Dr. RODRIGO DE AZAMBUJA VILANOVA	27. 1.1888	9. 8.1888
	Int. (25)	JOAQUIM DA SILVA TAVARES, Barão de SANTA TECLA, 1.º Vice-Presidente	9. 8.1888	8.12.1888

FUNÇÕES	NÚMERO DE ORDEM	NOMES E TÍTULOS	GOVERNOU	
			DE	A
Presidentes da Província	65	Dr. JOAQUIM GALDI- NO PIMENTEL	8.12.1888	25. 6.1889
	Int. (26)	Dr. ANTÔNIO FER- REIRA PRESTES GUIMARAES, 1.º Vi- ce-Presidente	25. 6.1889	8. 7.1889
	Int. (27)	JOÃO DE FREITAS LEITÃO, 2.º Vice-Pre- sidente	8. 7.1889	24. 7.1889
	66	Dr. GASPAR SILVEI- RA MARTINS	24. 7.1889	6.11.1889
	Int. (28)	JUSTO DE AZAMBU- JA RANGEL, 1.º Vice- Presidente	6.11.1889	15.11.1889
Governadores Políticos	67	Marechal do Exército JOSÉ ANTÔNIO CORREIA DA CÂMARA, 2.º Visconde de PELOTAS	15.11.1889	11. 2.1890
	68	General de Divisão JÚ- LIO ANACLETO FAL- CÃO DA FROTA ...	11. 2.1890	6. 5.1890
	Int. (29)	Dr. FRANCISCO DA SILVA TAVARES, Vi- ce-Governador	6. 5.1890	13. 5.1890
	69	General de Divisão CAR- LOS MACHADO DE BITENCOURT	13. 5.1890	24. 5.1890
	70	General de Divisão CÂNDIDO JOSÉ DA COSTA	24. 5.1890	16. 3.1891
	Int. (30)	Dr. FERNANDO AB- BOTT, Vice-Governador	16. 3.1891	15. 7.1891

FUNÇÕES	NÚMERO DE ORDEM	NOMES E TÍTULOS	GOVERNOU	
			DE	A
Presidente do Estado	71	Dr. JÚLIO PRATES DE CASTILHOS	15. 7.1891	12.11.1891
	Junta Governativa Provisória	Dr. JOAQUIM FRANCISCO DE ASSIS BRASIL	12.11.1891	17.11.1891
		Dr. JOÃO DE BARROS CASSAL		
		Brigadeiro Reformado DOMINGOS ALVES BARRETO LEITE ..		
		General-de-Brigada MA-NOEL LUIZ DA ROCHA OSÓRIO		
	72/3	Brigadeiro Reformado DOMINGOS ALVES BARRETO LEITE ...	17.11.1891	19.11.1891
	73/2	Dr. JOÃO DE BARROS CASSAL	19.11.1891	2. 3.1892
	72/3	Brigadeiro Reformado DOMINGOS ALVES BARRETO LEITE ..	2. 3.1892	8. 6.1892
	67/2	Marechal JOSÉ ANTONIO CORRÊA DA CÂMARA, 2.º Visconde de PELOTAS ..	8. 6.1892	17. 6.1892
	Int. (31)	Em Bagé — General Honorário JOÃO NUNES DA SILVA TAVARES, Barão de ITAQUI	17. 6.1892	4. 7.1892
	71/2	Em Porto Alegre — Dr. JÚLIO PRATES DE CASTILHOS	17. 6.1892	17. 6.1892
	Int. (32)	Dr. VITORINO RIBEIRO CARNEIRO MONTEIRO, 1.º Vice-Presidente	17. 6.1892	27. 9.1892
	Int. (30/2)	Dr. FERNANDO AB-BOTT, Secretário de Estado dos Negócios do Interior	27. 9.1892	25. 1.1893

FUNÇÕES	NÚMERO DE ORDEM	NOMES E TÍTULOS	GOVERNOU	
			DE	A
Presidentes do Estado	71/3	Dr. JÚLIO PRATES DE CASTILHOS	25. 1.1893	25. 1.1898
	74	Dr. ANTÔNIO AUGUSTO BORGES DE MEDEIROS	25. 1.1898	25. 1.1903
	74 2	Dr. ANTÔNIO AUGUSTO BORGES DE MEDEIROS	25. 1.1903	25. 1.1908
	75	Dr. CARLOS BARBOSA GONÇALVES	25. 1.1908	25. 1.1913
	74 3	Dr. ANTÔNIO AUGUSTO BORGES DE MEDEIROS	25. 1.1913	25. 1.1918
	74 4	Dr. ANTÔNIO AUGUSTO BORGES DE MEDEIROS	25. 1.1918	25. 1.1923
	74/5	Dr. ANTÔNIO AUGUSTO BORGES DE MEDEIROS	25. 1.1923	25. 1.1928
	76	Dr. GETÚLIO DORNELLES VARGAS	25. 1.1928	9.10.1930
	Int. (33)	Dr. O S V A L D O A R A N H A, Secretário de Estado dos Negócios do Interior	9.10.1930	27.10.1930
	Int. (34)	Dr. SINVAL SALTANIAN, Secretário de Estado dos Negócios do Interior	27.10.1930	28.11.1930
Governador Interventor Federal	77	General Honorário JOSÉ ANTÔNIO FLÓRES DA CUNHA	28.11.1930	15. 4.1935
	77 2	General Honorário JOSÉ ANTÔNIO FLÓRES DA CUNHA	15. 4.1935	19.10.1937

FUNÇÕES	NÚMERO DE ORDEM	NOMES E TÍTULOS	GOVERNOU	
			DE	A
Interventores Federais	78	General de Divisão MA- NOEL DE CERQUEI- RA DALTRO FILHO	19.10.1937	19. 1.1939
	Int. (35)	Dr. JOAQUIM MAURI- CIO CARDOSO, Se- cretário de Estado dos Negócios do Inte- rior	19. 1.1938	4. 3.1938
	79	General OSVALDO CORDEIRO DE FARIAS	4. 3.1938	11. 9.1943
	80	Coronel ERNESTO DORNELES	11. 9.1943	1.11.1945
	81	Desembargador SA- MUEL FIGUEIREDO DA SILVA, Presidente do Tribunal de Jus- tiça do Estado	1.11.1945	7. 2.1946
	82	Dr. POMPÍLIO CILON FERNANDES ROSA	7. 2.1946	26. 3.1947
Governadores do Estado	83	Dr. WALTER SÓ JO- BIM	26. 3.1947	31. 1.1951
	80/2	General ERNESTO DORNELES	31. 1.1951	31. 1.1955
	84	Engenheiro ILDO ME- NEGHETTI	31. 1.1955	31. 1.1959
	85	Engenheiro LEONEL DE MOURA BRIZO- LA	31. 1.1959	31. 1.1963
	84/2	Engenheiro ILDO ME- NEGHETTI	31. 1.1963	31. 1.1967
	86	Coronel WALTER PE- RACCHI BARCELOS	31. 1.1967	15. 3.1971
	87	Eng. ^o Cel. EUCLIDES TRICHES	15. 3.1971	15. 3.1975
	88	Dr. SINVAL SEBAS- TIÃO DUARTE GUAZZELLI	15. 3.1975	15. 3.1979
	89	Dr. JOSÉ AUGUSTO AMARAL DE SOUZA	15. 3.1979	

SEGUNDA PARTE

Pequeno Dicionário Toponômico do Rio Grande do Sul

SEGUNDA PARTE

AFONSO GUERREIRO LIMA

Continuamos neste número a publicação do dicionário de topônimos rio-grandenses, de autoria de nosso saudoso confrade Prof. Afonso Guerreiro Lima, e cuja publicação foi iniciada em 1949 (n.ºs 116/117 desta Revista). Aqui inserimos os verbetes da letra S, esperando que no número subsequente possa concluir-se a publicação do valioso trabalho. Embora desatualizado, em parte, em razão das alterações ocorridas na divisão territorial do Estado e dos Municípios, o dicionário organizado pelo Prof. A. G. Lima representa um esforço não desprezível e um importante subsídio aos estudos sobre o Rio Grande do Sul.

Pequeno Dicionário Toponômico do Rio Grande do Sul

Sá — picada no m. de General Vargas.

Sabão — arroio, passo e lomba no m. de Viamão;
— arroio e passo no m. de Porto Alegre;
— morro no m. de S. Leopoldo.

Sablá — morro no m. de Porto Alegre.

Sabino Garcia — lugar no m. de Taquari.

Sabinos — banhado e lagoa no m. de Viamão.

Sabugo — arroio no m. de Cerro Largo.

Saca Ceroulas — arroio no m. de Taquari.

Saci — arroio no m. de Lajeado.

Saco de Tapes — ver Tapes.

Saco do Felizardo — nome antigo do porto de S. Vitória do Palmar.

Saco Triste — arroio no m. de Montenegro.

Sagrado Coração de Jesus — lugarejo no m. de Farroupilha.

Saibro — parada ferrov. no km 45 da linha Bagé-Cacequi-Livramento.

Saiqui — arroio no m. de S. Francisco de Paula, limite Taquara.

Saica (ex-Capela do Saicã) — dist. adm. e jud. do m. de Cacequi.
— vila, sede do dist. de seu nome;
— arroio no m. de Cacequi

— estação ferroviária no km 126 da linha Santa Maria-Uruguaiana.

Saicazinho — arroio no m. de Cacequi.

Saint Brisson — linha colonial no m. de Guaíba.

Saint Clair — lugarejo no m. de Cachoeira do Sul.

Saladero Oeste — desvio ferrov. no km 362 da linha Santa Maria-Uruguaiana.

Salamanca — lugar e picada no m. de Quarai.

Saldanha — arroio no m. de Rio Pardo.

Saldanha Marinho — povoado no m. de Carazinho.

Saldanha — lugarejo no m. de Cruz Alta.

Salgado — linha no m. de Caxias do Sul.

— lugar e arroio no m. de Pelotas;
— lugar, ponta e arroio no m. de Tapes.

Salina — lugar no m. de Torres.

Salsa — arroio no m. de Canguçu.

Salsal — banhado no m. de D. Pedro;

— sanga no m. de Jaguari;
— arroio no m. de Quarai;
— lugar no m. de S. Gabriel.

Salsinho — arroio (ver Itezinho), no m. de Alegrete.

- arroio no m. de Bagé;
- passo no m. de Caçapava do Sul;
- arroio no m. de Quaraí;
- arroio no m. de S. Gabriel.

Salso — lugarejo, arroio no m. de Alegrete.

— povoado (ex-Passo do Salso), lugarejo, estrada e arroio no m. de Bagé;

— arroio (ver Ipopó) no m. de Caçapava do Sul;

- arroio no m. de Candelária;
- arroio no m. de Caxias do Sul;
- arroio no m. de D. Pedrito;
- arroio no m. de Erval;
- arroio no m. de General Câmara;
- local e arroio no m. de General Vargas;

- arroio no m. de Guaíba;
- arroio no m. de Itaquí;
- passo no rio Jaguarí no m. de Jaguarão;

— parada ferroviária no km 366 da linha S. Maria-Uruguaiana;

— arroio no m. de Lavras do Sul;

— arroio limite Piratini, no m. de Pinheiro Machado;

— local, passo e arroio no m. de Pelotas;

- arroio no m. de Rio Pardo;
- arroio, arroio limite Pinheiro Machado, no m. de Piratini;
- estrada, passo e arroio no m. de Porto Alegre;

— passo e arroio no m. de Quaraí;

— ponta e fazenda no m. de Rio Grande;

- arroio no m. de Rosário do Sul;
- arroio no m. de Santa Maria;
- arroio no m. de Santiago;
- arroio no m. de S. Borja;
- arroio no m. de S. Francisco de Assis;

— vila — ver Eletra, no m. de S. Francisco de Paula;

— lugarejo, local, passo, arroio limite com Lavras do Sul; banhado, sanga e arroio no m. de S. Gabriel;

- arroio no m. de S. Jerônimo;
- arroio no m. de S. Lourenço do Sul;

- arroio no m. de S. Pedro do Sul;
- arroio no m. de Uruguaiana;
- local e passo no m. de Viamão.

Salso Chorão — sanga no m. de S. Gabriel.

Salso do Meio — lugar no m. de Bagé.

Salta — arroio no m. de Santa Rosa.

Saltinho — arroio no m. de Guaporê;

- arroio no m. de Ijuí;
- ilha no rio Uruguai;
- corredeira no mesmo rio;
- linha colonial, lugar e arroio no m. de Vacaria.

Salto — linha colonial no m. de Guaporê;

- arroio no m. de Ijuí;
- arroio no m. de Lajeado;
- arroio no m. de Palmeira das Misses;

— arroio no m. de Passo Fundo;

— arroio no m. de Santa Maria;

— ver Eletra, no m. de S. Francisco de Paula;

- arroio (ver Belisário), no m. de S. Pedro do Sul;
- arroio no m. de Taquari.

Salto Chico — cachoeira no rio Ibicuí.

Salto do Mucanha — rio Uruguai.

Salto Ventoso — arroio no m. de Montenegro.

Salubridade — lugar e estrada no m. de Bagé.

Salustiano — arroio no m. de Passo Fundo.

Salvadinho — lugar no m. de Soledade.

Salva — arroio no m. de S. Gabriel.

Salvador — povoado no m. de Montenegro.

Salviouros — (rincão dos) — lugar no m. de Santa Maria.

Samburá — arroio no m. de Jaguari;

- arroio no m. de Santiago;
- lugar no m. de S. Borja.

Sampainho — povoado, arroio e linha no m. de Lajeado.

Sampaio — lugar no m. de Estrela.
— estrada no m. de Itaqui;
— arroio no m. de Júlio de Castilhos;

- linha colonial e arroio limite, no m. de Lajeado;
- lugar no m. de Passo Fundo;
- arroio no m. de Tupanciretã;
- lugarejo e linha colonial no m. de Venâncio Aires.

Sampaio Ribeiro — linha no m. de S. Antônio.

Sananduva — dist. adm. e jud. no m. de Lagoa Vermelha, com 13.930 hab.;
— vila, sede do dist. de seu nome;
— arroio no m. de Lagoa Vermelha.

Sancharim — arroio e banhado no m. de Uruguaiana.

Sander — povoado e estação ferroviária no m. de Taquara.

Sandim — coxilha e cerro no m. de Piratini.

Sandui — arroio no m. de Bagé.

Sanga Comprida — arroio no m. de Montenegro.

Sanga da Areia — povoado no m. de Jaguari;
— povoado no m. de Montenegro.

Sanga da Madeira — lugar no m. de Torres.

Sanga do Meio — arroio no m. de Osório.

Sanga do Rancho Velho — lugar no m. de Osório.

Sanga Funda — riacho no m. de Arroio do Meio.

- sanga no m. de Caçapava do Sul;
- lugar no m. de Cachoeira do Sul;
- sanga no m. de Camaquã;
- lugar no m. de Canguçu;
- sanga no m. de Encruzilhada do Sul;

— sanga no m. de Estrela;
— lugarejo no m. de General Câmara;

- povoado no m. de Jaguari;
- sanga no m. de Taquari;
- lugar no m. de Júlio de Castilhos;

- sanga no m. de Lajeado;
- povoado no m. de Montenegro;
- lugar no m. de Pelotas;
- sanga no m. de Rio Pardo;
- arroio no m. de Santa Rosa;
- sangas no m. de S. Gabriel;
- sangas no m. de S. Sepé;
- sanga no m. de Taquari.

Sanga Grande — sanga no m. de Camaquã;
— sanga no m. de Torres.

Sanga Larga — sanga limite S. Cruz do Sul-Rio Pardo.

Sanga Negra — sanga no m. de Encruzilhada do Sul.

Sangão — arroio no m. de D. Pedrito;

- arroio af. do rio Guaporé, no m. de Guaporé;
- arroio af. do rio S. Domingos, no m. de Guaporé.

Sangradouro — ilha, fazenda, baixio, lagoa no m. de Arroio Grande;
— lagoa no m. de Osório.

Sangradouro das Casas de Telhas — lugar no m. de Osório.

Sangradouro das Noivas — lugar no m. de Osório.

Sangradouro Grande — lugar no m. de Torres.

Sangradouro Novo — canal no m. de S. Antônio.

Sangradouro Velho — canal no m. de S. Antônio.

Sanguinha — lugar no m. de Gravataí.

Sanhudo — lugar — entre Alegrete, Quaraí e Uruguaiana.

Sanitaário — lugar no m. de Guaiíba.

Santa Abote — lugarejo no m. de Montenegro.

Santa Amazônia — fazenda no m. de Alegrete.

Santa Ambrosina — lugarejo no m. de Cachoeira do Sul;

— fazenda e lugarejo no m. de Rosário do Sul.

Santa Amélia — fazenda no m. de Livramento.

Sant'Ana — estação ferroviária e fazenda no m. de Arroio Grande;

— rio no m. de Bom Jesus;

— lugar no m. de Camaquã;

— arroio e lugarejo no m. de Canguçu;

— arroio no m. de D. Pedrito;

— cerro no m. de Guaíba;

— lugar no m. de Guaporé;

— lugarejo no m. de Jaguarão;

— arroio e povoado no m. de Júlio de Castilhos;

— morro no m. de Porto Alegre;

— rio no m. de S. Francisco de Paula;

— coxilha no m. de Livramento;

— arroio no m. de S. Leopoldo;

— arroio no m. de S. Luiz Gonzaga;

— ponta no m. de Tapes;

— povoado e arroio no m. de Uruguaiana;

— arroio no m. de Tupanciretã;

— lugar no m. de Venâncio Aires;

— lugar no m. de Veranópolis;

— arroio (ver Ibitibira).

Sant'Ana do Sertão — lugar no m. de Guaíba.

Sant'Ana do Uruguai — lugar no m. de Uruguaiana.

Sant'Ana Velha — fazenda, arroio e passo no m. de Uruguaiana.

Santa Angélica — fazenda no m. de Canguçu.

Santa Angelina — estância no m. de Canguçu.

Sant'Aninha — denominação local da serra de Caçapava, na parte meridional do m. de Cachoeira do Sul, entre os rios;

— arroio (ver Taquarembó Chico), no m. de D. Pedrito.

Sant'Ana da Boa Vista — lugar do e jud. do m. de Caçapava do Sul, com 6.449 hab;

— vila, sede do dist. de seu nome;

— lugarejo no m. de Cachoeira do Sul;

— lugar no m. de Pelotas.

Sant'Ana das Lombas — lugar o m. de Rio Grande.

Sant'Ana do Livramento — ver Livramento.

Santa Ana do Rio dos Sinos — ver Capela.

Santa Augusta — linha colonial o m. de Pelotas.

Santa Áurea — núcleo colonial no m. de Pelotas.

Santa Auta — subdist. adm. e jud. do m. de Camaquã, com 3.850 hab.;

— povoado no m. de Camaquã.

Santa Bárbara — povoado, linha colonial, passo no m. de Bento Gonçalves;

— arroio (ver Acangupá), serra e rio no m. de Caçapava do Sul;

— povoado e passo no m. de Cachoeira do Sul;

— arroio no m. de Canguçu;

— dist. (ver Blau Nunes), estação ferroviária e arroio no m. de Cruz Alta;

— povoado no m. de Encruzilhada do Sul;

— morro no m. de Gravataí;

— fazenda, povoado, porto no rio Taquari e passo no m. de Guaporé;

— arroio e banhado no m. de Pelotas;

— sanga no m. de Santiago;

— fazenda, arroio e passo no m. de S. Angelo;

— arroio no m. de S. Borja;

— lugar, arroio e povoado (ver Guaibiju), no m. de S. Gabriel;

— arroio e passo no m. de S. Luiz Gonzaga;

— lugar, passo e subdistrito (ver Jazidas), no m. de S. Sepé;

— lugar e morro no m. de Taquara;

— lugar no m. de Veranópolis.

Santa Bárbara do Pinhal — lugar no m. de Estrela.

Santa Benigna — fazenda no m. de Bagé.

Santa Bernardina — núcleo colonial no m. de Pelotas.

Santa Brígida — arroio no m. de Tupanciretã;

— povoado e estação ferroviária no m. de S. Gabriel.

Santa Carma — lugarejo no m. de S. Gabriel.

Santa Carma — fazenda no m. de Uruguaiana.

Santa Catarina — povoado no m. de Cachocira do Sul;

— povoado no m. de Caxias do Sul;

— coxilha e banhado no m. de Santa Maria;

— arroio e banhado no m. de S. Gabriel;

— arroio no m. de General Vargas.

Santa Catarina da Feliz — ver Feliz.

Santa Cecília — fazenda no m. de Canguçu;

— lugar no m. de Lajeado;

— povoado no m. de Passo Fundo;

— fazenda no m. de S. Gabriel;

— lugar no m. de Venâncio Aires.

Santa Clara — fazenda no m. de Alegrete;

— lugar no m. de Bom Jesus do Triunfo;

— linha colonial, arroio e distrito (ver Santa Clara do Ingaí), no m. de Cruz Alta;

— fazenda no m. de Erval;

— lugar no m. de Estrela;

— distrito (ver Inhuverá), povoado, morro e núcleo colonial no m. de Lajeado;

— linha colonial, arroio, morro e povoado no m. de Montenegro;

— linha colonial no m. de Pelotas;

— rincão e lugar no m. de S. Gabriel;

— lugar no m. de Soledade.

Santa Clara do Ingaí — dist. adm. e jud. do m. de Cruz Alta, com 7.416 hab;

— vila, sede do dist. de seu nome.

Santa Coleta — lugar no m. de Pelotas.

Santa Cora — lugar no m. de Estrela.

Santa Corona — arroio no m. de Caxias do Sul.

Santa Cristina — (ex-Santa Cristina do Pinhal) — dist. adm. e jud. do m. de Taquara, com 7.050 hab;

— vila, sede do dist. de seu nome.

Santa Cristina do Pinhal — ver Santa Cristina.

Santa Cruz — arroio (ver Catuípe), no m. de Bom Jesus do Triunfo.

— arroio no m. de Guaíba;

— lugarejo, cordilheira e lagoa no m. de Gravataí;

— povoado no m. de Nova Prata;

— núcleo colonial no m. de Pelotas;
— núcleo colonial no m. de Rio Grande;

— município (ver Santa Cruz do Sul), e estação no m. de Santa Cruz do Sul;

— lugarejo no m. de S. Ângelo;
— arroio af. do Garuá, no m. de Santo Antônio;

— arroio e rio no m. de S. Francisco de Paula;

— passo no rio dos Sinos, cordilheira e lugarejo no m. de S. Leopoldo;

— arroio, picada e lugarejo no m. de Tapes;

— arroio e povoado no m. de Taquara;

— arroio no m. de Taquari;

— lugarejo no m. de Vacaria.

Santa Cruz das Almas — lugar no m. de Tapes.

Santa Cruz do Sul (ex-Santa Cruz) — município da Encosta da Serra, entre os de Candelária, Sobradinho, Lajeado, Venâncio Aires e Rio Pardo.

Mede 1 810 km² e conta 70.026 hab. ou 14,2 hab. em cada km².

Divide-se nas seguintes circunscrições administrativas e judiciárias:

1.^o dist. — Santa Cruz do Sul;

2.^o dist. — Teresa;

3.^o dist. — Monte Alverne;

4.^o dist. — Sinimbu;

5.^o dist. — Erveiras;

6.^o dist. — Sete Léguas;

7.^o dist. — Trombudo.

São principais centros urbanos: uma cidade — Santa Cruz do Sul; seis vilas — Erveiras, Monte Alverne, Sete Léguas, Sinimbu, Teresa e Trombudo.

Santa Cruz do Sul — dist. adm. e jud. com 18.820 hab.;

— cidade, sede do m. e do dist. com 13.329 hab.;

— comarca de 2.^a entrância.

Santa Cruz Número Cem — lugar no m. de Pelotas.

Santa Cruzinha — arroio no m. de S. Francisco de Paula.

Santa Emília — lugar e passo no rio Sampaio, no m. de Estrela.

— lugar no m. de Santa Cruz do Sul;

— fazenda no m. de Santo Ângelo;

— linha no m. de Taquari;

— lugar e passo no rio Sampaio, no m. de Venâncio Aires.

Santa Eugênia — lugar no m. de Venâncio Aires.

Santa Eulália — lugar no m. de Bento Gonçalves;

— fazenda no m. de Erval;

— subd. adm. e jud. no m. de Pelotas, com 6.260 hab.;

— lugar no m. de Pelotas.

Santa Fê — arroio no m. de Pinheiro Machado;

— lugarejo no m. de Santa Maria;

— arroio (ver Coqueiro), no m. de S. Lourenço do Sul.

Santa Flora — lugar no m. de Pelotas;

— lugar no m. de Pinheiro Machado;

— fazenda no m. de Rio Grande;

— lugar no m. de Santa Maria.

Santa Florinda — lugar no m. de Pelotas.

Santa Francisca — colônia no m. de Pelotas.

Santa Gertrúdes — fazenda no m. de Júlio de Castilhos.

Santa Glória — lugar no m. de Estrela.

Santa Helena — núcleo colonial no m. de Canguçu;

— núcleo colonial no m. de Pelotas;

— coxilha no m. de Quaraí.

Santa Hercília — núcleo colonial no m. de Pelotas.

Santa Isabel — ver Açoriana, no m. de Arroio Grande;

- estância no m. de Guaíba;
- fazenda no m. de Jaguarão;
- local no m. de Pelotas;
- arroio no m. de S. Leopoldo;
- arroio no m. de S. Lourenço do Sul.

Santa Isabela — arroio no m. de S. Lourenço do Sul.

Santa Isabel dos Canudos — lugar no m. de Pelotas.

Santa Josefina — lugar no m. de Encantado.

Santa Juliana — lugar no m. de Caxias do Sul;

- local no m. de Pelotas.

Santa Laura — lugar no m. de Cachoeira do Sul.

Santa Leocádia — lugarejo no m. de Santa Maria.

Santa Leonídia — lugar no m. de Rosário do Sul.

Santa Leopoldina — local no m. de Pelotas.

Santa Lúcia — lugar no m. de Encruzilhada do Sul.

Santa Lisia — lugar no m. de S. Jerônimo.

Santa Lúcia — povoado no m. de Ijuí;

- sanga no m. de S. Jerônimo;
- distrito (ver Caibaté), no m. de S. Luiz Gonzaga;
- vila, no m. de S. Luiz Gonzaga.

Santa Lúcia do Piaí — (ex-Faria Lemos) — dist. adm. e jud. no m. de Caxias do Sul, com 4.560 hab.

- vila, no m. de Caxias do Sul.

Santa Luiza — fazenda no m. de Erval;

— antigo nome de Carlos Barbosa, no m. de Garibaldi;

- povoado e arroio no m. de Montenegro;
- arroio no m. de S. Borja.

Santa Luzia — arroio e ilha no rio Uruguai, no m. de S. Borja;

- povoado, no m. de Júlio de Castilhos.

Santa Luzia Inferior — ilha do Rio Uruguai.

Santa Manoela — lugar no m. de Taquari.

Santa Margarida — subdist. adm. e jud. no m. de S. Gabriel, com 4.240 hab;

- povoado no m. de S. Gabriel.

Santa Maria (ex-Santa Maria da Boca do Monte) — município da Depressão Central, entre os de Cacequi, S. Pedro do Sul, Júlio de Castilhos, Cachoeira do Sul, S. Sepé e S. Gabriel. Mede 3.317 km² e conta 84.274 hab. ou 25,4 em cada km².

Divide-se nas seguintes circunscrições administrativas e judiciárias:

- 1.º dist. — Santa Maria;
- 2.º dist. — Dilermando de Aguiar;
- 3.º dist. — Camobi;
- 4.º dist. — Silveira Martins;
- 5.º dist. — Arroio do Só;
- 6.º dist. — São Martinho;
- 7.º dist. — Boca do Monte.

São principais centros urbanos: uma cidade — Santa Maria; seis vilas — Arroio do Só, Boca do Monte, Camobi, Dilermando de Aguiar, São Martinho e Silveira Martins.

Santa Maria — comarca de 3.ª entrância;

- dist. adm. e jud. do m. de Santa Maria, com 44.810 hab.;
- cidade, estação e cerro no m. de Santa Maria;

- fazenda no m. de Bagé;
- rio no m. de Cacequi;
- fazenda e rio no m. de D. Pedrito;
- cerro e serra no m. de Erval;
- arroio no m. de Itaquí;
- povoado no m. de Montenegro;
- núcleo colonial no m. de Pelotas;

— arroio (ver Orqueta), no m. de Pinheiro Machado;

— arroio (ver Basílio), no mesmo município;

— ilha no rio Uruguai, no m. de Santo Ângelo;

— lugar, arroio e passo no Ibicuí, no m. de S. Luiz Gonzaga;

— serra e rio no m. de Taquara;

— cachoeira do rio Uruguai;

— rio (ver Piratini da Orqueta).

Santa Maria Chica — lugar no m. de Encantado;

— lugar e rio no m. de D. Pedrito.

Santa Maria da Boca do Monte — ver Santa Maria.

Santa Maria da Soledade — núcleo colonial no m. de Montenegro.

Santa Maria do Belo Horizonte — povoado no m. de S. Francisco de Paula.

Santa Maria do Butuí — povoado no m. de Novo Hamburgo.

Santa Maria do Erval — povoado no m. de S. Leopoldo.

Santa Maria do Lajeado — lugar no m. de S. Francisco de Paula.

Santa Maria do Monte Alegre — lugar no m. de Taquara.

Santa Maria do Mundo Novo — povoado no m. de Taquara.

Santa Maria dos Caboclos — povoado no m. de Taquara.

Santa Maria Grande — ver Fontoura.

Santa Maria Madalena — lugar no m. de Venâncio Aires.

Santa Marta — fazenda no m. de S. Gabriel.

Santa Matilde — fazenda no m. de Itaqui.

Santa Otília — fazenda no m. de Rosário do Sul.

Santa Paulina — arroio no m. de Erechim.

Santarém — povoado e porto no m. de Lajeado.

Santa Regina — fazenda no m. de Rosário do Sul.

Santa Rita — fazenda e arroio no m. de Camaquã;

— dist. (ver Berto Cirio);

— vila, no m. de Canoas;

— linha colonial, arroio e lugar no m. de Caxias do Sul;

— linha colonial no m. de Estrela;

— fazenda no m. de Guaíba;

— ilha no m. de Jaguarão;

— lugar e rio no m. de Lagoa Vermelha;

— linha colonial no m. de Lajeado;

— fazenda no m. de Livramento;

— povoado e arroio no m. de Montenegro;

— núcleo colonial e rincão no m. de Pelotas;

— fazenda no m. de Pinheiro Machado;

— fazenda no m. de S. Borja;

— lugar no m. de S. Francisco de Assis;

— povoado no m. de Tapes;

— lugar no m. de Vacaria;

— estação no km 305 da linha Bagé-Cacequi-Livramento.

Santa Rita do Rio do Sinos — ver Berto Cirio.

Santa Rosa — município da região das Missões, entre os de Três Passos, Santo Ângelo, e República Argentina.

Mede 3.889 km² e conta 120.233 hab. ou 31,6 hab. em cada km².

Divide-se nas seguintes circunscrições administrativas e judiciárias:

1.º dist. — Santa Rosa;

2.º " — Três de Maio;

3.º " — Ubiretama;

4.º " — Santo Cristo;

5.º " — Campina;

6.º " — Porto Lucena;

7.º " — Tucunduva;

8.º " — Horizontina;

9.º " — Tuparendi.

São principais centros urbanos: uma cidade — Santa Rosa; oito vilas — Campina, Horizontina, Porto Lucena, Três de Maio, Tucunduva, Santo Cristo e Ubiretama.

Santa Rosa — comarca de 2.^a entidade;

— dist. adm. e jud. do m. de Santa Rosa, com 18.630 hab.;

— cidade, rio e estação ferrov. no m. de Santa Rosa;

— coxilha e fazenda no m. de Alegrete;

— lugarejo no m. de Bagé;

— arroio no m. de General Vargas;

— arroio no m. de Guaporé;

— colônia no m. de Ijuí;

— arroio e passo no rio Ibicuí, no m. de Itaqui;

— lugar no m. de Livramento;

— lugarejo no m. de Pinheiro Machado;

— fazenda no m. de Rosário do Sul;

— colônia e rio no m. de Santo Angelo;

— subdistrito (ver Kraemer);

— arroio no m. de S. Francisco de Assis;

— lugar no m. de Taquara.

Santa Serafina — lugar no m. de Guaporé.

Santa Silvana — subdistrito, adm. e jud. no m. de Pelotas, com 10.030 hab.;

— povoado no m. de Pelotas.

Santa Tecla — povoado no m. de Cruz Alta;

— lugar no m. de Garibaldi;

— povoado e estrada no m. de Gravataí;

— povoado no m. de Novo Hamburgo;

— povoado no m. de Pelotas;

— coxilha no m. de Santo Angelo;

— serra.

Santa Teresa — lugarejo e estação ferrov. no m. de Bagé;

— lugarejo no m. de Caxias do Sul;

— lugarejo no m. de Cruz Alta;

— lugarejo no m. de Pelotas;

— arrabalde e morro no m. de Porto Alegre;

— fazenda no m. de Santa Vitória do Palmar;

— lugar e arroio no m. de S. Angelo;

— povoado no m. de S. Francisco de Paula;

— lugarejo no m. de S. Leopoldo;

— distrito (ver Aratinga).

Santa Teresa de Guarani — colônia no m. de S. Luiz Gonzaga.

Santa Terezinha — povoado no m. de Encantado;

— vila, ver Ivagaci.

Santa Vitória — lugar no m. de Bom Jesus do Triunfo;

— passo do rio Pelotas, no mesmo município;

— lugar no m. de General Câmara;

— passo no rio Ibicuí, no m. de General Vargas;

— porto e município (ver Santa Vitória do Palmar), no m. de Santa Vitória do Palmar.

Santa Vitória do Cai — lugar no m. de Jaguarão.

Santa Vitória do Itu — povoado no m. de S. Francisco de Assis.

Santa Vitória do Palmar — município do Litoral, entre o oceano Atlântico, a República Oriental do Uruguai e o município de Rio Grande.

Mede 5.493 km² e conta 15.425 hab. ou 2,8 por km².

Divide-se nas seguintes circunscrições adm. e judiciárias:

1.^o dist. — Santa Vitória do Palmar;

1.^o subdist. — Santa Vitória do Palmar;

2.^o subdist. — Árvore Só;

3.^o subdist. — Curral Alto;

2.^o dist. — Chuí.

São principais centros urbanos: uma cidade — Santa Vitória do Palmar; uma vila — Chuí.

Santa Vitória do Palmar — comarca de 2.^a entidade;

— dist. adm. e jud. do m. de Santa Vitória do Palmar, com 9.530 hab.;

— cidade, sede do m. e do dist., com 5.925 hab.

Santiago — (ex-Santiago do Boqueirão) — município da região de Missões, entre os de Itaqui, S. Borja, S. Luiz Gonzaga, Santo Angelo, Tupanciretã, Jaguarí e S. Francisco de Assis. Mede 4.032 km² e conta 31.821 hab. ou 4,8 em cada km².

Divide-se nas seguintes circunscrições adm. e judiciárias:

- 1.^o dist. — Santiago;
- 1.^o subdist. — Santiago;
- 2.^o subdist. — Carovi;
- 3.^o subdist. — Itacurubi;
- 4.^o dist. — Florida;
- 3.^o dist. — Ernesto Alves.

São principais centros urbanos: uma cidade — Santiago; duas vilas — Ernesto Alves e Florida.

Santiago — comarca de 2.^a entrada;

— dist. adm. e jud. do m. de Santiago, com 14.100 hab.;

— cidade, sede do m. e do dist., com 9.686 hab.;

— ponta e porto no m. de Santa Vitória do Palmar;

— arroio no m. de Tupanciretã.

Santiago do Boqueirão — ver Santiago.

Santinho — lugar no m. de Livramento.

Santi Angeli — lugar no m. de Torres.

Santo Agostinho — lugarejo no m. de Cruz Alta;

— lugarejo no m. de Garibaldi;

— lugarejo no m. de Guaporé;

— fazenda no m. de Rosário do Sul.

Santo Alexandre — lugarejo no m. de Garibaldi.

Santo Amaro — vila (ver Amarópolis);

— estação no km 253 da Linha S. Maria-Porto Alegre.

Santo Amor — local no m. de Petropolis.

Santo Anastácio — arroio no m. de Bom Jesus do Triunfo.

Santo André — lugarejo no m. de Santa Cruz do Sul.

Santo André — arroio, no m. de Santiago (ver Três Capões);

— lugarejo no m. de S. Borja;

— linha colonial no m. de Venâncio Aires.

Santo André do Maratá — povoado no m. de Montenegro.

Santo Angelo — (ex-Santo Angelo das Missões) — município da região das Missões, entre os de Santiago, S. Luiz Gonzaga, Santa Rosa, Três Passos, Ijuí e Tupanciretã.

Mede 6.326 km² e conta 90.203 hab. ou 14,2 em cada km².

Tem as seguintes circunscrições adm. e judiciárias:

1.^o dist. — Santo Angelo;

2.^o dist. — Giruá;

1.^o subdist. — Giruá;

2.^o subdist. — Independência;

3.^o subdist. — S. José do Inhacorá;

3.^o dist. — S. Miguel das Missões;

1.^o subdist. — S. Miguel das Missões;

2.^o subdist. — Coimbra;

4.^o dist. — Catuípe.

São principais centros urbanos: uma cidade — Santo Angelo e três vilas — Catuípe, Giruá e S. Miguel das Missões.

Santo Angelo — comarca de 3.^a entrada;

— dist. adm. e jud. do m. de Santo Angelo, com 31.040 hab.;

— cidade, sede do m. e do dist., com 13.742 hab.;

— colônia, lugarejo e povoado (ver Agudo), no m. de Cachoeira do Sul;

— lugarejo no m. de Farroupilha;

— colônia, no m. de S. Lourenço do Sul.

Santo Angelo do Paraíso — lugar no m. de S. Angelo.

Santo Aniceto — fazenda no m. de Uruguaiana.

Santo Antão — fazenda no m. de Alegrete;

- lugar no m. de Montenegro;
- lugarejo no m. de Santa Maria;
- cerro no mesmo município.

Santo Antônio — (ex-Santo Antônio da Patrulha) — município da Encosta da Serra, entre os de Gravataí, Taquara, S. Francisco de Paula, Osório e Viamão.

Mede 1.960 km² e conta 65.882 hab. ou 33,6 hab por km².

Tem as seguintes circunscrições adm. e judiciárias:

- 1.º distrito — Santo Antônio;
- 2.º " — Miraguaia;
- 3.º " — Entrepelado;
- 4.º " — Pinheirinho;
- 5.º " — Caraá;
- 6.º " — Rolante;
- 7.º " — Riozinho.

São principais centros de população: uma cidade — Santo Antônio; seis vilas — Caraá, Entrepelado, Miraguaia, Pinheirinho, Riozinho e Rolante.

Santo Antônio — dist. adm. e jud. do m. de seu nome, com 13.280 hab;

- cidade, sede do m., do dist. e da comarca, com 2.116 hab.;
- rincão no m. de Alegrete;
- povoado no m. de Arroio do Meio;
- linha colonial no m. de Bento Gonçalves;
- lugarejo e coxilha no m. de Bagé;
- arroio e coxilha próximo à cidade, no m. de Canguçu;
- povoado no m. de Carazinho;
- linha colonial no m. de Caxias do Sul;
- povoado e arroio no m. de Cruz Alta;
- rio af. do S. Maria no m. de D. Pedrito;
- lugar no m. de Encruzilhada;
- fazenda no m. de Erval;
- lugarejo no m. de Farroupilha;
- povoado no m. de Ijuí;
- lugarejo e fazenda no m. de Jaguarão;

- linha colonial no m. de Jaguari;
- arroio af. do Soturno, no m. de Júlio de Castilhos;
- arroio af. do Ivai, no mesmo município;

- arroio no m. de Lagoa Vermelha;
- arroio, serra e rincão no m. de Lavras do Sul;

- povoado, arroio e linha colonial no m. de Montenegro;

- lugarejo no m. de Palmeira das Missões;

- arroio no m. de Passo Fundo;
- lugarejo, núcleo colonial e arroio no m. de Pelotas;

- coxilha no m. de Pinheiro Machado;

- coxilha e lugarejo no m. de Piratini;

- arroio no m. de Rosário do Sul;
- arroio limite, no m. de Santo Angelo;

- arroio e povoado (ver Treze de Janeiro), no m. de S. Borja;

- estação ferroviária no km 21 da linha Bagé-Olimpo-Pelotas-Marítima;

- fazenda no m. de S. Gabriel;
- fazenda no m. de S. Jerônimo;

- arroio no m. de Soledade;
- linha colonial no m. de Venâncio Aires;

- linha colonial no m. de Veranópolis.

Santo Antônio da Boa Vista — povoado no m. de Pelotas — ver Boa Vista.

Santo Antônio da Feliz — lugar no m. de Caxias do Sul.

Santo Antônio da Patrulha — ver Santo Antônio.

Santo Antônio da Pedreira — lugar no m. de Taquari.

Santo Antônio das Lavras — lugar no m. de Lavras do Sul.

Santo Antônio de Pádua — lugar no m. de Montenegro.

Santo Antônio do Pratinha — povoado no m. de Veranópolis.

Santo Antônio Velho — lugar no m. de Lavras do Sul.

Santo Atanásio — lugar no m. de Palmeira das Missões.

Santo Augusto — dist. adm. e jud., do m. de Tres Passos, com 5.970 hab.;
— vila, sede do dist. de seu nome.

Santo Cristo — povoado e arroio no m. de Itaqui;
— dist. adm. e jud. do m. de Santa Rosa, com 17.040 hab.;
— vila, sede do dist. de seu nome;
— rio no m. de Santa Rosa;
— rio e lugar no m. de Santo Ângelo.

Santo Egídio — lugar no m. de S. Gabriel.

Santo Eustáquio — arroio no m. de Alegrete;
— lugarejo no m. de Rosário do Sul.

Santo Hildebrando — fazenda no m. de Santa Maria.

Santo Hipólito — sanga no m. de Vacaria.

Santo Inácio — povoado no m. de Cai;
— povoado no m. de Farroupilha;
— fazenda e coxilha no m. de Livramento;
— povoado e vertente no m. de Santa Maria;
— arroio af. do Jaguari, margem direita, no m. de Tupanciretã;
— arroio af. do Jaguari, margem esquerda, no mesmo município.

Santo Inácio da Feliz — povoado no m. de Cai.

Santo Inácio dos Conventos — povoado no m. de Lajeado.

Santo Inácio Guazu — redução perto de Guaíra pelos mesmos fundadores de Guaíra.

Santo Isidoro — lugarejo no m. de Garibaldi;

— lugarejo no m. de Itaqui;
— lugarejo no m. de S. Borja;
— lugarejo no m. de S. Francisco de Assis;
— lugarejo no m. de Veranópolis;
— ver Santo Isidro.

Santo Isidro — arroio no m. de Cruz Alta;
— lugarejo no m. de Itaqui;
— sanga e fazenda no m. de S. Gabriel;
— lugarejo e arroio e passo no m. de S. Luiz Gonzaga;
— ilhas no Uruguai.

Santo Remédio — lugar no m. de Caxias do Sul.

Santos — fazenda no m. de Encruzilhada do Sul;
— arroio no m. de Solebade.

Santos Filho — colônia no m. de Encantado.

Santos Pinto — lugar no m. de Estrela.

Santos Reis — fazenda no m. de S. Borja.

São Aniceto — arroio no m. de Uruguaiana.

São Bartolomeu — colônia no m. de Caxias do Sul.

São Benedito — arroio no m. de Getúlio Vargas;
— sanga no m. de Jaguari;
— lugarejo, arroio e morro no m. de Montenegro;
— lugarejo no m. de S. Lourenço do Sul.

São Bento — povoado, cachoeira, morro, porto e sanga no m. de Lajeado;
— coxilha no m. de Bom Jesus do Triunfo;
— povoado e estação ferroviária no m. de Carazinho;
— fazenda no m. de Livramento;
— lugarejo e rincão no m. de Montenegro;

— coxilha e arroio no m. de Passo Fundo;

— colônia no m. de Pelotas;

— rincão no m. de Vacaria.

São Bernardo — povoado no m. de Cruz Alta;

— arroio no m. de Guaporé;

— lugarejo e picada no m. de Santiago;

— fazenda, coxilha e lugarejo no m. de Santo Ângelo;

— subdist. e povoado no m. de Tupanciretã;

— povoado e serra no m. de Vacaria.

São Biágio — lugar no m. de Veranópolis.

São Bom Jesus — lugarejo no m. de Vacaria.

São Bonifácio — lugar no m. de Cachoeira do Sul.

São Borja — município da região das Missões entre os de Itaqui, Santiago, S. Luiz Gonzaga e a República Argentina.

Mede 7.069 km² e conta 39.256 hab. ou 5,5 hab por km².

Tem as seguintes divisões adm. e judiciárias:

1.º dist. — **S. Borja**;

1.º subdist. — **S. Borja**;

2.º subdist. — **Itacumbi**;

3.º subdist. — **Itaroquem**;

4.º subdist. — **Treze de Janeiro**;

2.º dist. — **Garruchos**.

São principais centros urbanos: uma cidade — **S. Borja**; uma vila — **Garruchos**.

São Borja — dist. adm. e jud. do m. de seu nome, com 16.671 hab.;

— cidade, sede do m. e do dist. com 11.970 hab.;

— estação, passo e porto no rio Uruguai, no município de **S. Borja**;

— morro no m. de Novo Hamburgo;

— passo no rio **S. Maria** e arroio no m. de **S. Gabriel**;

— lugarejo e fazenda no m. de **S. Leopoldo**.

São Braz — dist. adm. e jud. do m. de Camaquã;

— povoado no m. de Camaquã.

São Burrá — colônia no m. de Santiago.

São Caetano — lugar no m. de Caxias do Sul;

— núcleo colonial no m. de Lajeado;

— lugar e arroio no m. de S. Jose do Norte;

— lugar no m. de Veranópolis;

— sanga no m. de Viamão.

São Camilo — fazenda no m. de D. Pedrito.

São Canuto — subdist., adm. e jud. do m. de Itaqui;

— fazenda e povoado no m. de Itaqui.

São Carlos — lugar no m. de Quaraí;

— subdist. adm. e jud. no m. de Rosário do Sul;

— povoado no m. de Rosário do Sul;

— lugar no m. de Santa Vitória do Palmar.

São Clemente — serra no m. de Vacaria.

São Cristo — lugar no m. de Santo Ângelo.

São Cristóvão — arroio no m. de Sarandi.

São Diogo — rincão no m. de Alegrete;

— lugar, fazenda e passo no rio Jaguarão, no m. de Erval;

— arroio no m. de Júlio de Castilhos;

— subdist. adm. e jud. do m. de Livramento;

— povoado, arroio e rincão no m. de Livramento;

— arroio no m. de Tupanciretã;

São Domingos — distrito (ver José Otávio), no m. de Bagé;

— lugarejo (ver S. Martin), no m. de Bagé;

— estação ferroviária no m. de Bagé;

— distrito (ver Quatipi), no m. de Guaporé;

— arroio af. do Carreiro no m. de Guaporé;

— arroio af. do Quatipi, no m. de Guaporé;

— cachoeira, no m. de Irai;

— lugarejo, no m. de Pelotas.

São Domingos das Torres — ver Tórres.

São Donato — povoado e banhado no m. de Itaquí.

São Feliciano — dist. adm. e jud. de Eneuzilhada do Sul, ver Dom Feliciano.

São Felipe — arroio no m. de Cruz Alta;

— lugar e fazenda no m. de S. Gabriel.

São Felipinho — fazenda no m. de S. Gabriel.

São Felix — fazenda no m. de Alegrete;

— lugar no m. de Montenegro;

— lugar no m. de S. Leopoldo.

São Fernando — estância no m. de Alegrete.

São Francisco — lugarejo no m. de Lajeado;

— lugar e arroio no m. de Palmeira das Missões;

— núcleo colonial no m. de Pelotas;

— lugar no m. de S. Leopoldo;

— povoado no m. de Vacaria.

São Francisco de Assis — município da região de Missões, entre os de Alegrete, Itaquí, Santiago, Jaguarí e General Vargas.

Mede 3.791 km² e conta 23.176 hab. ou 6,1 hab. por km².

Sua divisão administrativa e judiciária é a seguinte:

1. dist. — S. Francisco de Assis;
- 1.^o subdist. — S. Francisco de Assis;
- 2.^o subdist. — Kraemer;
- 2.^o dist. — Toroquã;
- 3.^o dist. — Manoel Viana;
- 4.^o dist. — Beluno.

São principais centros urbanos: uma cidade — S. Francisco de Assis; três vilas — Beluno, Manoel Viana e Toroquã.

São Francisco de Assis — comarca de 1.^a entrância;

— dist. adm. e jud. com 6.500 hab;

— cidade, sede do m. e do dist., com 3.030 hab.

São Francisco de Paula — município do Planalto Nordeste entre Aparados da Serra, Vacaria, Caxias do Sul, Canela, Taquara, Santo Antônio, Osório, Torres e o Estado de Santa Catarina.

Mede 5.755 km² e conta 41.767 hab. ou 7,2 em cada km².

Divisões administrativas e judiciárias:

- 1.^o dist. — S. Francisco de Paula;
- 2.^o dist. — Criúva;
- 3.^o dist. — Cazuza Ferreira;
- 4.^o dist. — Tainhas;
- 5.^o dist. — Jaquirana;
- 6.^o dist. — Eletra.

Principais centros urbanos: uma cidade — S. Francisco de Paula; cinco vilas — Cazuza Ferreira, Criúva, Eletra, Jaquirana e Tainhas.

São Francisco de Paula — comarca de 1.^a entrância;

— dist. adm. e jud. do município, com 7.900 hab.;

— cidade, sede do m. e do dist. com 2.705 hab.;

— primeiro nome de Pelotas.

São Francisco do Gramado — ver Progresso.

São Francisco Xavier — povoado no m. de S. Maria.

São Gabriel — município da Campanha, entre os de D. Pedrito, Rosário do Sul, Cacequi, S. Sepé e Lavras do Sul.

Mede 6.293 km² e conta 39.179 hab., ou 6,2 hab. por km².

Divisões administrativas e judiciárias:

- 1.º distrito — S. Gabriel;
- 1.º subdist. — S. Gabriel;
- 2.º subdist. — Santa Margarida;
- 3.º subdist. — Catuçaba;
- 2.º distrito — Suspiro;
- 1.º subdist. — Suspiro;
- 2.º subdist. — Cerro d'Ouro;
- 3.º distrito — Vacacaí;
- 1.º subdist. — Vacacaí;
- 2.º subdist. — Posto Branco;
- 4.º distrito — Tiaraju;
- 5.º distrito — Azevedo Sodré.

Principais centros urbanos: uma cidade — S. Gabriel; quatro vilas — Azevedo Sodré, Suspiro, Tiaraju e Vacacaí.

São Gabriel — comarca de 1.ª en-
trância.

— dist. adm. e jud. com 18.300 hab.;
— cidade, sede do m. e do dist., com 14.926 hab.;

— arroio e lagoa no m. de S. Gabriel;

— arroio, linha colonial e morro no m. de Taquari.

São Gabriel da Estrela — ver Cruzeiro do Sul.

São Gaspar — lugar no m. de Livramento.

São Geraldo — povoado no m. de Santa Maria.

São Gonçalo — estação ferrov. no km 25 da linha Bagé-Olimpo-Pelotas-Maritima;

— arroio no m. de Bom Jesus do Triunfo;

— lugar no m. de S. Gabriel;

— lugar, arroio e fazenda no m. de Uruguaiana;

— canal no m. de Arroio Grande.

São Giacomo — lugar no m. de Caxias do Sul.

São Giusepe — lugar no m. de Montenegro.

São Gotardo — lugarejo no m. de Caxias do Sul;

— lugarejo no m. de Veranópolis.

São Gregório — lugar no m. de Livramento;

— sanga e cerro no município de S. Gabriel.

São Jacó — lugarejo, sanga e picada no m. de Estrela;

— lugarejo e picada no m. de Lajeado;

— lugarejo, picada, passo e serra no m. de Palmeira das Missões;

— povoado, arroio af. Lauer, arroio af. Isabel e picada no m. de S. Leopoldo;

— lugarejo e picada no m. de Taquara.

São Jacob — ver S. Jacó.

São Jacó do Araçá — lugarejo no m. de Lagoa Vermelha.

São Jerônimo — município da Depressão Central, entre os de Encruzilhada do Sul, Rio Pardo, General Câmara, Bom Jesus do Triunfo, Guaíba, Tapes e Camaquã.

Divisão adm. e judiciária:

1.º dist. — S. Jerônimo;

2.º dist. — Arroio dos Ratos;

3.º dist. — Butiá;

1.º subdist. — Butiá;

2.º subdist. — Roque;

4.º dist. — Barão do Triunfo;

1.º subdist. — Barão do Triunfo;

2.º subdist. — Quitéria.

Principais centros urbanos: uma cidade — S. Jerônimo; três vilas — Arroio dos Ratos, Barão do Triunfo e Butiá.

São Jereônimo — comarca de 1.^a entrância;

— dist. adm. e judiciário com 8.090 hab.;

— cidade, sede do m. e do dist., com 2.905, hab.;

— antiga sesmaria no m. de Alegrete;

— fazenda no m. de Erval;

— arroio no m. de Guaporé;

— fazenda no m. de Jaguarão;

— arroio no m. de Palmeira das Missões;

— arroio no m. de Santo Ângelo;

— lugar e passo no Vacacaf, no m. de S. Gabriel.

São João — arroio no m. de Alegrete;

— linha colonial no m. de Caxias do Sul;

— lugar no m. de Estrela;

— povoado e rincão no m. de Gravataí;

— arroio no m. de Itaqui;

— fazenda no m. de Jaguarão;

— povoado no m. de Júlio de Castilhos;

— povoado no m. de Lagoa Vermelha;

— lugar no m. de Livramento;

— linha colonial e morro no m. de Montenegro;

— lugar e arroio no m. de Palmeira das Missões;

— lugarejo e linha colonial no m. de Pelotas;

— bairro no m. de Porto Alegre;

— lugar, arroio e linha colonial no m. de Santa Cruz do Sul;

— arroio no m. de Santa Rosa;

— lugarejo, arroio af. do Ijuí, arroio af. do Ijuizinho no m. de Santo Ângelo;

— fazenda no m. de S. Francisco de Assis;

— fazenda no m. de S. Gabriel;

— dist. (ver Mata Grande), fazenda e lugar no m. de S. Sepé;

— arroio no m. de Taquara;

— dist. (ver Esmeralda), e arroio no m. de Vacaria;

— arroio no m. de Venâncio Aires.

São João Batista — fazenda de criação, no m. de Jaguarão.

— lugarejo no m. de S. Ângelo.

São João da Guerisa — lugar no m. de Carazinho.

São João da Palma — lugarejo no m. de Cachoeira do Sul.

São João da Reserva — linha no m. de S. Lourenço do Sul.

São João da Serra — lugar no m. de Santa Cruz do Sul.

São João da Vendinha — povoado no m. de S. Borja.

São João das Missões — povoado no m. de S. Ângelo.

São João de Camaquã — ver Camaquã.

São João de Castro — povoado no m. de Garibaldi.

São João de Santa Cruz — lugar no m. de S. Cruz do Sul.

São João do Bom Sucesso — arroio no m. de S. Ângelo.

São João do Brochier — lugar no m. de Montenegro.

São João do Cai — lugar no m. de Montenegro.

São João do Carreiro — lugarejo no m. de Lagoa Vermelha.

São João do Deserto — povoado no m. de Novo Hamburgo.

São João do Duro — povoado no m. de Camaquã.

São João do Erval — serra no m. de Arroio Grande.

— município (ver Erval); serra no m. de Erval;

— serra no m. de Jaguarão;

— povoado (ver Capoeiras), no m. de Veranópolis.

São João do Guaporé — lugar no m. de Guaporé.

São João do Menino — lugar no m. de S. Ângelo.

São João do Mirim — lugar, ver S. João Mirim, no m. de S. Maria.

São João do Montenegro — ver Montenegro.

São João do Pinhal — ver Pinhal.

São João do Polesene — lugar no m. de Cachoeira do Sul.

São João do Quaraí — lugar no m. de Quaraí.

São João do Salvador — lugar no m. de Montenegro.

São João Lucas — fazenda no m. de General Câmara;
— povoado no m. de Cruz Alta.

São João Luiz — fazenda no m. de Alegrete.

São João Mirim — lugar no m. de Júlio de Castilhos;
— povoado e arroio no m. de Santo Ângelo;
— povoado no m. de S. Borja.

São João Novo — lugar no m. de Camaquã;
— lugar no m. de S. Sepé.

São João Pequeno — ilha no m. de S. Borja.

São João Velho — vila (ver Capela Velha), no m. de Camaquã;
— povoado no m. de S. Ângelo;
— lugar no m. de S. Sepé;
— arroio af. do Pelotas, arroio af. do Rincão da Cruz e serra no município de Vacaria.

São Joaquim — arroio no m. de Encruzilhada do Sul;
— lugar no m. de Guaporé;
— lugarejo e fazenda no m. de Júlio de Castilhos;

— lugar, rio e arroio no m. de Lagoa Vermelha;

— núcleo colonial e fazenda no m. de Pelotas;

— dist. no m. de Taquari (ver Tabai);

— arroio no m. de Encruzilhada do Sul;

— lugar no m. de Vacaria.

São José — granja no m. de Alegrete;

— lugar no m. de Arroio Grande;
— povoado no m. de Bento Gonçalves;

— arroio no m. de Bom Jesus do Triunfo;

— arroio no m. de Cai;

— povoado no m. de Carazinho;

— povoado no m. de Caxias do Sul;

— povoado no m. de Cruz Alta;

— ver Abolição, lugar, cachoeiras no rio Camaquã, no m. de Encruzilhada do Sul;

— arroio no m. de Erval;

— lugar no m. de Estrela;

— povoado e lugarejo no m. de Farroupilha;

— arroio no m. de General Vargas;

— granja no m. de Gravataí;

— povoado no m. de Júlio de Castilhos;

— vila (ver Ibiraiaras), fazenda no m. de Lagoa Vermelha;

— povoado no m. de Lajeado;

— povoado no m. de Montenegro;

— local no m. de Pelotas;

— arrabalde e morro no m. de Porto Alegre;

— lugar no m. de Santa Cruz do Sul;

— povoado no m. de Santa Maria;

— povoado e arroio no m. de Santo Ângelo;

— povoado no m. de S. Borja;

— lugar e sanga no m. de S. Gabriel;

— lugarejo e arroio no m. de Taquari;

— povoado no m. de Tupanciretã;

— povoado e arroio no m. de Vacaria;

— lugar no m. de Veranópolis.

São José da Glória — povoado no m. de Carazinho.

— colônia no m. de Passo Fundo.

São José da Porteira — lugar no m. de S. Maria.

São José de Figueira do Meio — povoado no m. de Garibaldi.

São José do Campo — povoado no m. de Carazinho.

São José do Campo Bom — povoado no m. de S. Francisco de Paula.

São José do Carreiro — lugar no m. de Lagoa Vermelha.

São José do Encantado — colônia no m. de Encantado.

São José do Erval — povoado no m. de S. Leopoldo.

— povoado no m. de Soledade.

São José do Hortêncio — dist. adm. e jud. do m. de Caí.

— vila, sede do dist. de seu nome.

São José do Inhacorá — povoado no m. de S. Ângelo.

São José do Maratá — povoado no m. de Montenegro.

São José do Mato Grosso — lugar no m. de Canguçu.

São José do Monte Alegre — lugar no m. de Palmeira das Missões.

— lugar no m. de Pelotas.

São José do Norte — município do Litoral, entre os de Rio Grande e Osório, Lagoa dos Patos e o Oceano Atlântico.

Mede 3.910 km² e conta 22.391 hab. ou 5,7 hab. por km².

Divisão administrativa e judiciária:

- 1.º dist. — S. José do Norte;
- 1.º subdist. — S. José do Norte;
- 2.º subdist. — S. Simão;
- 2.º dist. — Mostardas;
- 3.º dist. — Estreito;
- 4.º dist. — Bojuru.

Principais centros de população: uma cidade — S. José do Norte; três vilas — Bojuru, Estreito e Mostardas; — comarca de 1.ª entrância;

— dist. adm. e jud. do m. de S. José do Norte, com 7.210 hab.;

— cidade, sede do m. e do dist., com 1.499 hab.

São José do Pareci — lugar no m. de Caí.

São José do Patrocínio — lugar no m. de Encantado;

— ver Patrocínio, vila — ver Abolição, no m. de Encruzilhada do Sul.

São José do Pinhal — ver Pinhal — no m. de Santa Cruz do Sul.

São José dos Conventos — lugar no m. de Lajeado.

São José do Umbu — lugar no m. de Passo Fundo.

São José Mirim — arroio no m. de Tupanciretã.

São José Tujá — arroio no m. de Tupanciretã.

São Jorge — passo no rio Piratini, no m. de Arroio Grande.

São Jorge — lugarejo no m. de S. Francisco de Paula.

São Juvenal — lugarejo no m. de Cruz Alta.

São Leandro — fazenda no m. de Rosário do Sul.

São Leopoldo — município na Encosta da Serra, entre os de Canoas, Caí, Taquara, Novo Hamburgo e Gravataí.

Mede 922 km² e conta 76.251 hab. ou 82,7 por km².

Divisão administrativa e judiciária:

- 1.º dist. — S. Leopoldo;
- 2.º dist. — Campo Bom;

- 3.º dist. — Ivoiti;
- 4.º dist. — Dois Irmãos;
- 5.º dist. — Sapiiranga;
- 6.º dist. — Sapucaia;
- 7.º dist. — Padre Eterno;
- 8.º dist. — Joanela;
- 9.º dist. Genuino Sampaio;
- 10.º dist. — Araricá;
- 11.º dist. — Esteio.

Principais centros urbanos: uma cidade — S. Leopoldo; dez vilas — Ararica, Campo Bom, Dois Irmãos, Esteio, Genuino Sampaio, Ivoiti, Joanela, Padre Eterno, Sapiiranga e Sapucaia.

São Leopoldo — comarca de 1.ª entrância;

— dist. adm. e jud. do m. de S. Leopoldo, com 20.860 hab;

— cidade, sede do m. e do dist., com 19.735 hab.

São Lourenço — passo no rio Jacuí e lugar no m. de Cachoeira do Sul;

— lugarejo e arroio no m. de Cruz Alta;

— povoado no m. de General Vargas;

— linha colonial no m. de Ijuí;

— povoado no m. de Santo Ângelo;

— município (ver S. Lourenço do Sul), linha colonial, arroio e porto no m. de S. Lourenço do Sul;

— vila (ver Guarepoti), no m. de S. Lourenço do Sul;

— lugar no m. de Veranópolis.

São Lourenço das Missões — povoado no m. de S. Luiz Gonzaga.

São Lourenço de Vilas Boas — povoado no m. de Garibaldi, passou a ser Floriano Peixoto e atualmente Coronel Pilar.

São Lourenço do Sul — (ex-S. Lourenço) — município da serra do Sudeste, entre os de Camaquã, Canguçu, Pelotas e Lagoa dos Patos.

Mede 2.237 km² e conta 32.195 hab. ou 14,3 hab. por km².

Divisão administrativa e judiciária:

1.º dist. — S. Lourenço do Sul;

2.º dist. — Boqueirão;

1.º subdist. — Boqueirão;

2.º subdist. — Taquaral;

3.º subdist. — Barranco;

4.º subdist. — União.

Principais centros urbanos: uma cidade — S. Lourenço do Sul; uma vila — Boqueirão.

São Lourenço do Sul — comarca de 1.ª entrância;

— dist. adm. e jud., com 10.800 hab.

— cidade, sede do m. e do dist., com 4.730 hab.

São Lucas — povoado no m. de Cruz Alta,

— povoado, passo no rio Ibicuí e estação no m. de General Vargas;

— arroio no m. de Santiago;

— arroio no m. de S. Borja;

— estação ferroviária no km 68 da linha Santa Maria-Uruguaiana.

São Lucas Pequena ou Cordeiro — ilha no rio Uruguai, no m. de S. Borja.

São Luiz — fazenda e lugarejo no m. de Algrete;

— povoado, arroio e passo internacional no m. de Bagé;

— lugarejo no m. de Vacaria;

— lugarejo no m. de Caxias do Sul;

— lugarejo no m. de Cruz Alta;

— lugarejo no m. de Farroupilha;

— lugarejo no m. de Garibaldi;

— povoado e linha colonial no m. de Lajeado;

— lugarejo no m. de Pelotas;

— fazenda no m. de Rosário do Sul;

— arroio no m. de S. Luiz Gonzaga;

— lugarejo e estação ferrov. no m. de Tupanciretã;

— lugarejo no m. de Vacaria.

São Luiz da Cáscara — ver Cáscara e Casca.

São Luiz das Missões — ver. S. Luiz Gonzaga.

São Luiz de França — povoado e núcleo colonial no m. de Vacaria.

São Luiz do Guaporé — povoado no m. de Guaporé.

São Luiz Gonzaga — município da região de Missões, entre os de Santa Rosa, Santo Ângelo, Santiago, S. Borja e República Argentina.

Mede 6.181 km² e conta 74.236 hab ou 12,0 por km².

Divisão administrativa e judiciária:

- 1.^o dist. — S. Luiz Gonzaga;
- 1.^o subdist. — S. Luiz Gonzaga;
- 2.^o subdist. — Bossoroca;
- 2.^o dist. — S. Nicolau;
- 3.^o dist. — Porto Xavier;
- 4.^o dist. — Guaramano (Guarani das Missões);
- 5.^o dist. — Cerro Largo;
- 6.^o dist. — Missioneiros;
- 7.^o dist. — Caibaté;
- 8.^o dist. — Roque Gonzales.

Principais centros urbanos: uma cidade — S. Luiz Gonzaga; sete vilas — Caibaté, Cerro Largo, Guaramano, Missioneiros, Porto Xavier, Roque Gonzales e S. Nicolau.

São Luiz Gonzaga — dist. adm. e judiciário do m. de S. Luiz Gonzaga, com 15.860 hab.;

— cidade, sede do m. e do dist., com 7.993 hab.

São Manoel — núcleo colonial e estação ferrov. no m. de Canguçu;

- lugar no m. de Cruz Alta;
- lugar no m. de Itaqui;
- colônia no m. de Pelotas;
- fazenda no m. de Piratini;
- bairro no m. de Porto Alegre;
- colônia no m. de S. Francisco de Paula;
- lugar no m. de S. Leopoldo.

São Marçal — linha colonial no m. de Antônio Prado.

São Marcos — arroio (ver Tupã), no m. de Antônio Prado.

— arroio, dist. adm. e jud. no m. de Caxias do Sul, vila-sede do dist., no mesmo município;

— povoado no m. de Farroupilha;

— lugarejo e arroio no m. de Garibaldi;

— lugarejo no m. de Santa Maria;

— lugarejo e passo no rio Uruguai no m. de S. Borja;

— arroio e passo no m. de Uruguaiana;

— lugarejo no m. de Veranópolis.

São Marcos de Cima da Serra — lugar no m. de S. Francisco de Paula.

São Martin (ex-São Domingos) — lugarejo e estação no m. de Bagé.

São Martinho — lugarejo e linha colonial no m. de Cruz Alta.

— dist. adm. e jud. do m. de Santa Maria;

— serra no m. de Santa Maria.

São Martin — lugarejo e estação ferrov. no m. de Bagé.

São Mateus — ilha, arroio e passo no rio Uruguai, no m. de S. Borja.

São Maximiliano — povoado e linha no m. de Gaí.

— lugarejo, serra e morro no m. de Guaíba;

— lugarejo no m. de Livramento.

São Miguel — rincão e estância no m. de Alegrete;

— linha colonial no m. de Bento Gonçalves;

— lugarejo no m. de Cachoeira do Sul;

— lugarejo e arroio no m. de Cazarinho;

— povoado no m. de Farroupilha;

— povoado no m. de Garibaldi;

— lugarejo e arroio no m. de Itaqui;

— porto, povoado e passo no m. de Lajeado;

— colônia, lugarejo, estação ferroviária e povoado no m. de Passo Fundo;

— arroio no m. de Santa Cruz do Sul;

— lugarejo, arroio e cerro no m. de Santa Vitória do Palmar;

— lugarejo no m. de Santiago;

— povoado (ver S. Miguel das Missões) no m. de Santo Ângelo;

— lugarejo no m. de Santo Antônio;

— fazenda no m. de S. Borja;

— coxilha e cerro no m. de S. Gabriel;

— ponta no m. de Tapes;

— porto no m. de Taquari.

São Miguel das Almas — fazenda no m. de Guaíba.

São Miguel das Missões (ex-S. Domingos) — dist. adm. e jud. no m. de Santo Ângelo;

— vila, sede do dist. de seu nome.

São Miguel Arcanjo — povoado no m. de Santo Ângelo.

São Miguel dos Dois Irmãos — ver Dois Irmãos, no m. de S. Leopoldo.

São Miguel Mirim — lugar no m. de General Vargas.

São Nicolau — arroio no m. de Cachoeira do Sul;

— povoado no m. de Rio Pardo;

— lugar no m. de S. Ângelo;

— arroio no m. de S. Borja;

— dist. adm. e jud. no m. de S. Luiz Gonzaga;

— vila, sede do dist. de seu nome.

São Paulino — fazenda no m. de General Vargas;

— arroio no m. de Vacaria.

São Patrício — lugar no m. de Itaquí.

São Paulo — lugar no m. de Antônio Prado;

— linha colonial no m. de Cachoeira do Sul;

— povoado no m. de Cruz Alta;

— arroio no m. de Garibaldi;

— lugar no m. de Livramento;

— povoado no m. de S. Leopoldo;

— povoado (ex-Povoado S. Paulo)

— ver Ibarama, no m. de Sobradinho;

— povoado no m. de Soledade;

— povoado no m. de Vacaria.

São Paulo da Figueira Mole — povoado no m. de Garibaldi.

São Paulo da Furna — linha colonial no m. de Taquara.

São Paulo da Santidade — lugar no m. de Antônio Prado.

São Paulo do Piraju — povoado e núcleo colonial no m. de S. Luiz Gonzaga.

São Pedro — povoado no m. de Bento Gonçalves;

— colônia no m. de Caí;

— povoado no m. de Caxias do Sul;

— povoado no m. de Guaporé;

— colônia, povoado no m. de Montenegro;

— colônia, local, arroio e lugarejo no m. de Pelotas;

— morro no m. de Porto Alegre;

— lugar no m. de Rio Grande;

— lugar (ver Rincão de S. Pedro) e coxilha no m. de Santa Maria;

— lugar no m. de S. Luiz Gonzaga;

— município (ver S. Pedro do Sul);

— povoado no m. de Torres;

— povoado no m. de Tupanciretã;

— fazenda e cachoeira no m. de Uruguaiana;

— lugar e povoado (ver Coxilha Grande), no m. de Vacaria;

— estação ferroviária no km 55 da linha Santa Maria-S. Borja.

São Pedro da Terceira Léguas — colônia no m. de Caxias do Sul.

São Pedro de Alcântara — fazenda no m. de Jaguarão.

— lugarejo no m. de Torres.

São Pedro do Bom Jardim — lugar no m. de S. Leopoldo.

São Pedro do Ibicuí — lugar no m. de S. Gabriel.

São Pedro do Ipiranga — ver Ipê — ver Segredo.

São Pedro do Maratá — povoado no m. de Montenegro.

São Pedro do Sul (ex-S. Pedro), município da Depressão Central, entre os de Cacequi, General Vargas, Jaguarí, Tupanciretã, Júlio de Castilhos e Santa Maria.

Mede 826 km² e conta 14.745 hab. ou 17,8 por km².

Divisão administrativa e judiciária:

- 1.º dist. — S. Pedro do Sul;
- 1.º subdist. — S. Pedro do Sul;
- 2.º subdist. — Cerro Claro.

Principal centro urbano: uma cidade — S. Pedro do Sul.

São Pedro do Sul — dist. adm. e jud. do m. de S. Pedro do Sul, com 12.480 hab.

— cidade, sede do m. e do dist. com 2.471 hab.

São Pedro e São Paulo — lugar no m. de Caxias do Sul.

São Pelegrino — bairro no m. de Caxias do Sul.

São Rafael — coxilha e arroio no m. de Alegrete;

— arroio no m. de Caçapava do Sul;

— colônia no m. de Lajeado;

— subdist. adm. e jud. no m. de Quaraí, coxilha e povoado no mesmo município;

— povoado no m. de S. Borja;

— fazenda no m. de S. Borja;

— lugarejo no m. de S. Sepé.

São Ricardo — fazenda na margem esquerda do Itapororó na antiga Sesmaria do rincão de S. Antônio concedida em 1814 por D. Diogo de Souza, no município de Alegrete.

— povoado no m. de Lagoa Vermelha.

São Rocco — lugar no m. de Veranópolis.

São Roque — lugarejo no m. de Bento Gonçalves;

— povoado no m. de Garibaldi;
— lugarejo no m. de Farroupilha;
— povoado no m. de Getúlio Vargas;

— lugarejo no m. de Santa Maria;
— povoado no m. de Santa Rosa;
— lugarejo no m. de Taquara.

São Sabino — arroio no m. de Veranópolis.

São Salvador — cerro no m. de Encruzilhada do Sul.

São Salvador (ex-Estação S. Salvador).

— dist. adm. e jud. no m. de Montenegro;

— vila, sede do dist. de seu nome;

— ver Natal;

— estação ferroviária e arroio no m. de Montenegro.

São Sebastião — coxilha no m. de Bagé.

— povoado (ver Torquato Severo), estação ferroviária e coxilha no m. de Dom Pedrito;

— fazenda no m. de Guaíba;

— coxilha no m. de Lavras do Sul;

— arroio e lugarejo no m. de Palmeira das Missões;

— lugarejo no m. de S. Francisco de Paula;

— arroio no m. de Tapes;

— fazenda no m. de Uruguaiana.

São Sebastião do Caí — ver Caí.

São Sepé — município da Depressão Central, entre os de S. Gabriel, Santa Maria, Cachoeira do Sul, Caçapava do Sul e Lavras do Sul.

Mede 2.120 km² e conta 25.768 hab. ou 8,2 por km².

Divisão administrativa e judiciária:

1.º dist. — São Sepé;

1.º subdist. — São Sepé;

2.º subdist. — Cerrito d'Ouro;

3.º subdist. — Jazidas;

4.º subdist. — Mata Grande;

2.º dist. — Formigueiro.

São principais centros urbanos: uma cidade — S. Sepé; e uma vila — Formigueiro.

São Sepé — comarca de 1.^a entrância;

— dist. adm. e judiciário do m. de S. Sepé, com 4.340 hab.;

— cidade, sede do m. e do dist. com 2.406 hab.;

— rio, passo e coxilha no m. de S. Sepé;

— arroio no m. de Caçapava do Sul.

São Simão — local do m. de Pelotas.

— coxilha, fazenda, lugarejo, estação ferroviária, passo no rio S. Maria, no m. de Rosário do Sul;

— subdist. adm. e jud. do m. de S. José do Norte;

— povoado, lugarejo e lagoa no m. de S. José do Norte;

— povoado no m. de Osório.

São Simão dos Povos — lugar no m. de S. José do Norte.

São Tiago do Boqueirão — ver Santiago.

São Tiago — lugar no m. de Cruz Alta.

São Tomé — volta no rio no m. de Camaquã.

— cerro no m. de S. Francisco de Assis.

— arroio no m. de Soledade.

São Valentim — povoado no m. de Bento Gonçalves;

— linha colonial no m. de Caxias do Sul;

— dist. adm. e jud. no m. de Erechim;

— vila, sede do dist. de seu nome.

São Valentino — lugar no m. de Veranópolis.

São Vendelino — dist. adm. e jud. no m. de Montenegro;

— vila, sede do dist. de seu nome.

São Vicente — ver General Vargas.
— núcleo colonial no m. de General Vargas.

São Virgílio — linha colonial no m. de Caxias do Sul.

São Virgílio da Segunda Léguas — linha colonial no m. de Caxias do Sul.

São Vítor — povoado no m. de Lajeado.

São Xavier — povoado e serra no m. de General Vargas;

— lugar no m. de Itaqui;

— povoado no m. de Júlio de Castilhos;

— povoado no m. de S. Borja;

— vila (ver Porto Xavier);

— arroio, porto e passo no m. de S. Luiz Gonzaga;

— serra no m. de Tupanciretã;

— ilhas no Uruguai.

São Zacarias — colônia no m. de Pelotas.

Sapacuru — arroio no m. de Sarandi.

Sapata — serra no m. de Camaquã;

— arroio limite no m. de Canguçu;

— arroio limite, no m. de S. Lourenço do Sul.

Sapataria — lugar no m. de Dom Pedrito.

Sapateiro — arroio no m. de Taquara.

Sapato — arroio no m. de Veranópolis.

Sapé — linha colonial no m. de Venâncio Aires.

Sapiranga — dist. adm., vila e arroio no m. de S. Leopoldo;

— estação ferroviária no km 62 da linha Porto Alegre-Taquara-Canela.

Sapopemba — ver Sapupema.

Sapucaia — vila, ver Güianuba.

— morro, estação ferroviária, passo e arroio limite no m. de S. Leopoldo.

Sapupema — povoado no m. de Veranópolis.

— ver Sapopemba.

Saquareira — arroio no m. de Taquara.

Saquarumbu — antigo nome da lagoa Mangueira.

Saracuru — arroio no m. de Júlio de Castilhos.

Saraiva — arroio no m. de Canguçu;
— povoado no m. de Passo Fundo;
— arroio no m. de Piratini;
— linha colonial no m. de Santa Cruz do Sul;
— povoado no m. de S. José do Norte.

Sarandi — arroio no m. de Arroio Grande;

— povoado no m. de Carazinho;
— lugarejo e arroio no m. de Erval;
— coxilha e passo no m. de Jaguarão;
— arroio af. do Catí, arroio af. do Ibirapuitã, lugarejo e fazenda no m. de Livramento;
— lugarejo e arroio no m. de Passo Fundo;
— lugarejo e arroio no m. de Santa Maria;

— arroio no m. de S. Vitória do Palmar;
— lagoa no m. de S. Borja;
— arroio no m. de S. Gabriel;
— arroio no m. de S. Lourenço do Sul;

— rio no m. de S. Luiz Gonzaga.

Sarandi — município do Planalto Médio, entre os de Palmeira das Missões, Iraí, Erechim, Passo Fundo e Carazinho.

Mede 3.474 km² e conta 55.861 hab. ou 16,0 por km².

Divisão administrativa e judiciária:

- 1.º dist. — Sarandi;
- 2.º dist. — Rondinha;
- 3.º dist. — Constantina;
- 4.º dist. — Nonoai.

São principais centros urbanos: uma cidade — Sarandi; três vilas — Constantina, Nonoai e Rondinha.

Sarandi — comarca de 1.ª entrância;

— município, dist. adm. e jud. do m. de Sarandi;

— cidade, sede do m. e do dist. de seu nome;

— rio no m. de Sarandi.

Sarandi 1.ª Sede — povoado no m. de Passo Fundo.

Sarandi 2.ª Sede — povoado no m. de Passo Fundo.

Sarangonhas — ilha no m. de Pelotas.

Sarapó — arroio no m. de Taquari.

Saraquá — arroio no m. de Lajeado.

Sardenha — linha nos ms. de Bento Gonçalves e Caxias do Sul.

Sargento — arroio no m. de Santa Rosa.

Sarmento — passo no m. de S. Luiz Gonzaga.

Saru — lagoa no m. de S. José do Norte.

Sauce — arroio af. do Ibicuí, arroio af. do Uruguai.

Saudade — fazenda no m. de Alegrete;

— linha colonial no m. de Lajeado;
— fazenda no m. de S. Gabriel.

Saúde — lugar no m. de Caxias do Sul.

Schaeffer — linha colonial no m. de Encantado;

— morro no m. de Santa Cruz do Sul.

Schaeffer Eck — povoado no m. de Montenegro.

Schanaresberg — lugar no m. de Montenegro.

Scheder — colônia no m. de Encruzilhada do Sul.

Scheid — arroio — ver Garu — no m. de S. Leopoldo.

Schiverzerberg — lugar no m. de Montenegro.

Schmetes — morro no m. de Venâncio Aires.

Schmidt — arroio no m. de Caí;
— colônia e arroio no m. de Estrela;
— arroio no m. de Rio Pardo;
— arroio no m. de Santa Cruz do Sul;
— arroio no m. de S. Leopoldo.

Schneider — linha colonial no m. de S. Jerônimo (col. S. Félix).

Schneidersthal — colônia e povoado no m. de S. Leopoldo.

Schnoor — arroio no m. de Rio Pardo.

Scholl — lugar e passo no m. de Pelotas.

Scholles — arroio no m. de S. Leopoldo.

Schutz — sanga no m. de Santa Cruz do Sul.

Schwertzerthal — linha colonial no m. de Montenegro.

Schwerin — colônia no m. de Santa Cruz do Sul.

Sebastião — arroio no m. de Cachoeira do Sul.

Sebastião Alves — arroio no m. de Caçapava do Sul.

Sebastiãozinho — arroio no m. de Palmeira das Missões.

Sebastião Poni — passo entre Quaraí e Uruguaiana.

Sebastopol — linha colonial no m. de Caí.

Sebastopólis — povoado no m. de Caxias do Sul.

Seberi (ex-Fortaleza) — vila no m. de Palmeira das Missões.

Seca — coxilha no m. de Bagé;
— dist. adm. e judiciário no m. de Caxias do Sul;

— vila, sede do dist. de seu nome;
— lugarejo, arroio, morro no m. de Estrela;

— arroio no m. de Garibaldi;
— povoado no m. de Nova Prata;
— lugarejo (ex-João Pessoa), no m. de S. Francisco de Assis;
— lugarejo, no m. de Venâncio Aires.

Seca Rica — lugar no m. de Estrela.

Seco — lugar no m. de Estrela.
— arroio af. do Jacutinga, arroio af. do Manchinha no m. de Santa Rosa.
— arroio no m. de Sarandi.

Sede do Viola — lugar no m. de S. Luiz Gonzaga.

Sede Forquilha — lugarejo no m. de Passo Fundo.

Sede Nova — passo no rio Ijuí, no m. de Ijuí;
— lugarejo no m. de Lagoa Vermelha.

Sede Paim Filho — lugar no m. de Lagoa Vermelha.

Sede Sete de Setembro — povoado no m. de Passo Fundo.

Sede Teixeira — ver Teixeira.

Sede 21 de Abril — povoado no m. de S. Ângelo.

Segredinho — rio no m. de Vacaria.

Segredo — arroio no m. de Antônio Prado;

— morro, arroio (ver Cherande) e gruta no m. de Caçapava do Sul;
— arroio no m. de Santa Rosa;
— arroio no m. de Sobradinho;
— lugar no m. de Soledade;
— (ex-S. Pedro do Ipiranga), dist. adm. e jud. no m. de Vacaria, com 5.230 hab.;
— arroio no m. de Vacaria;
— vila, sede do dist. de seu nome.

Segunda — linha colonial no m. de Camaquã;

— linha colonial no m. de General Vargas;

— linha colonial no m. de Lajeado;

— linha colonial no m. de Veranópolis.

Segunda Légua — lugarejo no m. de Caxias do Sul.

Segunda Ponte — arroio no m. de Cruz Alta.

Segundo — arroio no m. de Passo Fundo.

Segundo Seis — linha colonial no m. de Júlio de Castilhos.

Segurança (ex-Taquara) arroio no m. de Bagé;

— lugarejo, arroio e estação no m. de Erval.

Seio Maria do Pinhal — lugarejo no m. de Cachoeira do Sul.

Seis — linha colonial no m. de Jaguari;

— linha colonial no m. de Júlio de Castilhos.

Seis de Maio — arroio no m. de Santa Rosa.

Seltia — baixio, na Lagoa dos Patos.

— arroio no m. de Guaíba.

Seival — dist. adm. e jud. do m. de Bagé, com 2.910 hab.;

— vila, sede do dist. de seu nome;

— arroio e sanga no m. de Bagé;

— povoado, arroio e banhado no m. de Caçapava do Sul;

— arroio (ver Divisa), no m. de S. Gabriel;

— estação ferrov. no km 39 da linha Bagé-Olimpo-Pelotas-Marítima.

Seivalzinho — arroio no m. de Caçapava do Sul.

Selbach — dist. adm. e jud. do m. de Carazinho, com 5.660 hab.;

— vila, sede do dist. de seu nome;

Selim — povoado no m. de Lajeado.

Sela — arroio no m. de Camaquã.

Sem Nome — arroio no m. de S. Rosa.

Sem Peixe — arroio no m. de S. Rosa.

Senandes — povoado, estação ferroviária e arroio no m. de Rio Grande.

Senador Otaviano — linha colonial no m. de Veranópolis.

Senador Pinheiro — linha colonial no m. de Jaguari.

Senador Ramiro Barcelos — colônia no m. de Veranópolis.

Senazuba — lugar no m. de Santa Cruz do Sul.

Sepultura — arroio no m. de Bagé:

— arroio af. Pelotas, no m. de Bom Jesus do Triunfo;

— arroio af. Água Branca, no m. de Bom Jesus do Triunfo;

— arroio e linha colonial no m. de Cai;

— arroio no m. de Getúlio Vargas;

— arroio no m. de Passo Fundo;

— povoado no m. de Rio Grande;

— arroio no m. de S. Francisco de Paula;

— arroio no m. de S. Jerônimo;

— capão no m. de S. Leopoldo;

— arroio no m. de Sarandi;

— estação.

Sepulturinha — arroio no m. de Sarandi.

Serafim — lugarejo no m. de Santa Vitória do Palmar.

Serafim Araújo — ilha no m. de Porto Alegre.

Serafim Praia — arroio, passo e lugar no m. de Taquari.

Serafina Correia — dist. adm. e jud. no m. de Guaporé, com 5.150 hab.;

— vila, sede do dist. de seu nome.

Serão — lagoa no m. de Tapes.

Serelepe — arroio no m. de Cruz Alta.

Seringa — passo, baixio, porto rio Jacuí, no m. de Cachoeira do Sul.
— arroio no m. de Cruz Alta.

Sério — dist. adm. e jud. do m. de Lajeado, com 6.440 hab.;
— vila, sede do dist. de seu nome.

Serra — arroio, no m. de Camaquã.
— arroio, no m. de Caxias do Sul;
— linha colonial no m. de Lajeado;
— arroio e passo no m. de Montenegro;
— fazenda no m. de Rosário do Sul;
— lugarejo no m. de Santa Cruz do Sul;
— linha colonial no m. de S. Angelo.

Serra Agrícola — lugar no m. de S. Francisco de Paula.

Serra Alegre — lugarejo no m. de Santa Cruz do Sul;

— lugarejo no m. de Santa Maria.

Serra da Gruta — lugarejo no m. de S. Francisco de Assis.

Serra do Iguariacá — lugarejo no m. de S. Borja.

Serra do Mar — serra no m. de Bom Jesus.

Serra do Ouro — lugar no m. de Passo Fundo..

Serra dos Passarinhos — lugar no m. de Pinheiro Machado.

Serra do Rio do Peixe — sítio no m. de Passo Fundo.

Serra dos Tapes — lugar no m. de Pelotas;
— lugar no m. de Tapes.

Serra do Sudeste — região fisiográfica, SE do Rio Grande do Sul. Nela estão localizados os municípios de Lavras do Sul, Caçapava do Sul, Encruzilhada do Sul, Tapes, Camaquã, S. Lourenço do Sul, Canguçu, Piratini, Pinheiro Machado, Erval, Jaguarão, Arroio Grande e Pelotas.

Mede 38.995 km² e conta 447.734 hab. ou 11,4 em cada km².

Os principais centros urbanos desta região são as cidades de Pelotas, com 79.649 hab. e Jaguarão, com 9.941 hab.

Serragem — coxilha no m. de S. Sepé.

Serra Grande — lugarejo no m. de Taquara.

Serranópolis — lugarejo no m. de S. Francisco de Paula.

Serra Pelada — lugar no m. de S. Luiz Gonzaga.

Serraria — lugarejo no m. de Cachoeira do Sul;

— volta do rio Camaquã;
— arroio no m. de S. Leopoldo;
— arroio no m. de Taquara.

Serra Velha — lugarejo no m. de Montenegro;

— lugarejo no m. de S. Lourenço do Sul.

Serrilhada — coxilha e fazenda no m. de Bagé;

— lugarejo no m. de Dom Pedrito.

Serrinha — arroio no m. de Bom Jesus do Triunfo;

— arroio no m. de Cachoeira do Sul;
— povoado, arroio e linha colonial no m. de Estrela;
— serra no m. de Guaíba;
— lugarejo no m. de Lagoa Vermelha;

— linha colonial no m. de Palmeira das Missões;

— lugarejo no m. de S. Francisco de Assis;

— arroio no m. de S. Francisco de Paula;

— povoado e serra no m. de S. Luiz Gonzaga;

— arroio no m. de Soledade.

Serrinha do Butiá — serra no m. de S. Francisco de Assis.

Serro — ver Cerro.

Serrito — ver Cerrito.

Sertão — povoado no m. de Erechim;

— colônia no m. de General Vargas;

— arroio e lugarejo no m. de Osório;

— dist. adm. e jud. no m. de Passo Fundo, com 7.790 hab.;

— vila, sede do dist. de seu nome;

— estação ferrov. no km 401 da linha Santa Maria-Passo Fundo-Marcelino Ramos;

— lugarejo no m. de Santa Maria;

— lugarejo no m. de Santo Antônio.

Sertão de Santana — lugar no m. de Cruz Alta.

— dist. adm. e jud. no m. de Guaíba, com 7.100 hab.;

— vila, sede do dist. de seu nome.

Sertorina — lugar no m. de Caxias do Sul.

Sertório — povoado no m. de Caí.

Servo — lugar no m. de Palmeira das Missões.

Sesmaria — arroio no m. de Candelária;

— colônia no m. de General Vargas;

— linha colonial no m. de S. Lourenço do Sul.

Sesteador — arroio no m. de Passo Fundo.

Sesmaria-Brisolara — local no m. de Pelotas.

Sesmaria Machado — povoado no m. de Montenegro.

Sete — linha colonial no m. de General Vargas;

— linha colonial no m. de Júlio de Castilhos.

Sete Cabeças — banhado no m. de Cacequi;

— sanga no m. de Santa Maria;

— sanga no m. de S. Gabriel.

Sete de Setembro — povoado (ver Palmital) no m. de Candelária;

— linha colonial no m. de Caxias do Sul;

— povoado no m. de Erechim;

— linha colonial no m. de Estrela;

— povoado (ver Charrua) no m. de Getúlio Vargas;

— linha colonial no m. de Lajeado;

— povoado no m. de Passo Fundo;

— linha colonial no m. de Santa Cruz do Sul;

— linha colonial no m. de Veranópolis.

Sete Ilhas — corredeira no rio Jacuí.

Sete Léguas — lugarejo no m. de Lajeado;

— (ex-Estância) — dist. adm. e jud. no m. de Santa Cruz do Sul;

— vila, sede do dist. de seu nome.

Setembrina — (ex-Cruzeiro do Sul) — dist. adm. e jud. no m. de Lajeado com 7.260 hab.;

— vila, sede do dist. de seu nome;

— vila (ver Sete Léguas).

Sete Picadas — lugar no m. de Santa Cruz do Sul.

Sétima — arroio no m. de Júlio de Castilhos.

Sétima Légua — colônia no m. de Caxias do Sul.

Sétima Seção — linha colonial no m. de Veranópolis.

Severiano Almeida — (ex-Nova Itália) — dist. adm. e judiciário no m. de Erechim;

- vila, sede do dist. de seu nome;
- linha colonial no m. de Jaguari.

Severino — lugar e passo no m. de Venâncio Aires.

Severino Ribeiro — (est.) — lugarejo e estação ferroviária no m. de Quaraí.

- colônia no m. de Veranópolis.

Sexta — linha colonial no m. de Jaguari;

- linha colonial no m. de Veranópolis.

Sexta Léguas — núcleo colonial no m. de Caxias do Sul.

Sexta Seção — colônia no m. de Veranópolis.

Sexto — arroio no m. de Cachoeira do Sul.

Sexto Regimento — linha no m. de Venâncio Aires.

Sibéria — povoado no m. de S. Gabriel.

Silo — estação ferroviária no km 254 da linha Santa Maria-Porto Alegre.

Silva — arroio no m. de Dom Pedrito;

- arroio no m. de Encruzilhada do Sul;
- arroio no m. de Santo Ângelo;
- passo no rio Piratini e lugar no m. de S. Borja;
- passo no rio Piratini, no m. de S. Luiz Gonzaga;
- arroio no m. de Taquari;
- corredeira no rio Uruguai.

Silva Jardim — linha colonial no m. de Guaporé;

- povoado no m. de Nova Prata;
- linha colonial no m. de Santo Ângelo.

Silvanos — banhado no m. de D. Pedrito;

- arroio no m. de Soledade.

Silva Pacheco — lugarejo no m. de Taquari.

Silva Pais (ex-Nova Bassano) — dist. adm. e jud. no m. de Nova Prata, com 4.740 hab.;

- vila, sede do dist. de seu nome.

Silva Pinto — linha e lugarejo no m. de Bento Gonçalves.

Silva Tavares — linha no m. de Antônio Prado;

- linha colonial no m. de Santa Cruz do Sul.

Silveira — rio no m. de Bom Jesus do Triunfo;

- coxilha no m. de Canguçu;
- cerro no m. de Jaguarão;
- passo no rio da Prata no m. de Lagoa Vermelha;
- saco no m. de Rio Grande;
- lagoa no m. de Santa Vitória do Palmar;
- arroio no m. de Tupanciretã;
- passo no rio da Prata no m. de Veranópolis.

Silveira Cunha — lugar no m. de Lagoa Vermelha.

Silveira Martins — linha colonial no m. de Estrela;

- dist. adm. e jud. no m. de Santa Maria, com 4.460 hab.;
- vila, sede do dist. de seu nome.

Silveiras — arroio no m. de Canguçu.

Silvestre — lugar no m. de Alegrete;

- arroio no m. de Cruz Alta;
- lugar no m. de Itaquí;
- passo no rio Ibicuí.

Silvestre Ferreira — colônia no m. de Encruzilhada do Sul.

Sílvios — lugar no m. de Caxias do Sul.

Simão — arroio no m. de Rio Grande.

Simões — lugarejo no m. de Cruz Alta.

Simões Lopes — colônia no m. de Pelotas.

Simplicio sanga no m. de S. Jerônimo.

Sininbu — arroio no m. de Lageado;
— lugar no m. de Venâncio Aires;
— dist. adm. e jud. no m. de Santa Cruz do Sul, com 9.220 hab.;
— vila, sede do dist. de seu nome.

Sinimbuzinho — arroio no m. de Santa Cruz do Sul.

Sinos — rio, nos municípios de Santo Antônio, Taquara, S. Leopoldo, Novo Hamburgo e Canoas.

Siqueira — arroio no m. de Palmeira das Missões.

Sirena — sanga no m. de Vacaria.

Sítio — povoado no m. de Lageado;
— local no m. de Pelotas;
— lugar no m. de Santa Cruz do Sul.

Sítio de Baixo — fazenda no m. de Passo Fundo.

Sô — arroio no m. de Cachoeira do Sul.

Soares — cerro no m. de Cachoeira do Sul;
— arroio no m. de Passo Fundo.

Sobra — lugar no m. de Bento Gonçalves;
— povoado no m. de Passo Fundo.

Sobra da Anta Gorda — colônia no m. de Encantado.

Sobra da Boa Vista — povoado no m. de Montenegro.

Sobrado — fazenda no m. de Bagé;
— lugarejo no m. de Cruz Alta;
— lugar no m. de Júlio de Castilhos;

— lugar no m. de Lagoa Vermelha;
— povoado e morro no m. de Montenegro;

— fazenda no m. de Piratini;
— lugar e passo no m. de Rio Pardo;
— fazenda e passo no rio Cambai, no m. de S. Gabriel;
— lugar e morro no m. de S. Jerônimo;
— arroio no m. de Sarandi.

Sobrado Fão — linha no m. de Lageado.

Sobradinho — colônia e estação ferrov. no m. de Cachoeira do Sul;
— arroio no m. de Encruzilhada do Sul;

— arroio no m. de General Vargas;
— arroio no m. de S. Luiz Gonzaga.

Sobradinho — município da Encosta da Serra, entre os de Júlio de Castilhos, Soledade, Santa Cruz do Sul, Candelária e Cachoeira do Sul.

Mede 1.284 km² e conta 32.215 hab. ou 25,0 hab. por km².

Divisão administrativa e judiciária.

- 1.º dist. — Sobradinho;
- 1.º subdist. — Sobradinho;
- 2.º subdist. — Passa Sete;
- 2.º dist. — Ibarama;
- 1.º subdist. — Ibarama;
- 2.º subdist. — Nova Boêmia;
- 3.º dist. — Arroio do Tigre.

Principais centros urbanos: uma cidade — Sobradinho; e duas vilas — Arroio do Tigre e Ibarama.

Sobradinho (ex-Jacui) — comarca;
— município, cidade e dist. adm. e jud. no m. de Sobradinho.

Sobral — lugar no m. de Santa Cruz do Sul.

Soca — arroio no m. de Guaporé.

Socavão — arroio no m. de Júlio de Castilhos.

Sociedade — arroio e lugarejo no m. de Itaquí.

— arroio e fazenda no m. de Livramento;

— lugarejo no m. de Rosário do Sul;

— estação ferrov. no km 142 da linha Uruguaiana-S. Borja.

Socorro — povoado e arroio no m. de Cai;

— lugarejo no m. de Cruz Alta;

— lugarejo no m. de Piratini;

— arroio no m. de S. Lourenço do Sul;

— arroio e serra no m. de Vacaria.

Soldado — faroleto na Lagoa dos Patos.

Solferino — lugarejo no m. de Caxias do Sul.

Soledade — lugarejo e passo no m. de Rio Pardo.

Soledade — município de Planalto Médio, entre os de Júlio de Castilhos, Cruz Alta, Carazinho, Passo Fundo, Guaporé, Encantado, Arroio do Meio, Lajeado, Santa Cruz do Sul e Sobradinho.

Mede 6.680 km² e conta 96.484 hab. ou 14,4 por km².

Divisão administrativa e judiciária:

1.º dist. — Soledade;

1.º subdist. — Soledade;

2.º subdist. — Mormaço;

3.º subdist. — Depósito;

2.º dist. — Maurício Cardoso;

3.º dist. — Espumoso;

4.º dist. — Jacuizinho;

1.º subdist. — Jacuizinho;

2.º subdist. — Tunas;

5.º dist. — Camargo;

6.º dist. — Barros Cassal;

7.º dist. — Fontoura Xavier.

Principais centros urbanos: uma cidade — Soledade, e seis vilas — Barros Cassal, Camargo, Espumoso, Fontoura Xavier, Jacuizinho e Maurício Cardoso.

Soledade — comarca, município, cidade e distrito adm. e jud do m. de Soledade.

Solidão — arroio no m. de Piratini; — lugarejo no m. de S. José do Norte;

— lugarejo no m. de S. Sepé.

Solitária — colônia e arroio no m. de Taquara.

Sommer — colônia no m. de S. Luiz Gonzaga.

Sommerschneiss — linha no m. de S. Leopoldo.

Sonda — arroio no m. de Taquara.

Sortiga — fazenda no m. de Júlio de Castilhos.

Sossego — fazenda no m. de Alegrete;

— fazenda no m. de Júlio de Castilhos;

— arroio no m. de S. Jerônimo.

Sotéa — fazenda no m. de Alegrete;

— ver Açotéia, no m. de Erval;

— arroio no m. de General Vargas;

— lugarejo e fazenda no m. de Rio Grande;

— lugarejo e fazenda no m. de Santa Maria;

— lugarejo no m. de Santa Vitória do Palmar;

— lugarejo no m. de S. Gabriel.

Soturno — núcleo colonial, arroio, marco e lugarejo no m. de Cachoeira do Sul.

— (ver Ribeirão das Pedras) — rio no m. de Júlio de Castilhos.

Souza — passo no arroio S. Bárbara e lugarejo no m. de Caçapava do Sul;

— fazenda no m. de Caxias do Sul;

— fazenda no m. de Rio Grande;

— lugarejo no m. de Santo Ângelo;

— fazenda no m. de S. Francisco de Paula;

— passo no arroio S. Bárbara, no m. de S. Sepé.

— colônia no m. de Taquara.

Souza e Silva — parada ferrov. no km 109 da linha Brasília-Jaguarão.

Souzas — passo no rio Santa Cruz no m. de Bom Jesus do Triunfo;

— núcleo colonial no m. de Canaguçu;

— passo rio S. Cruz no m. de Montenegro;

— coxilha no m. de Santiago;

— lugarejo no m. de S. Angelo — (rincão dos);

— morro, colônia e passo no rio S. Cruz no m. de Taquari.

Souto — banhado no m. de Rosário do Sul.

Soutos — fazenda no m. de Encruzilhada do Sul.

Spalting — ver Olaria.

Spiegelberg — morro no m. de S. Leopoldo.

Spielberg — fazenda no m. de Montenegro.

Stadtplatz — povoado no m. de Cai.

Standard — estação ferrov. no km 344 da linha Santa Maria-Porto Alegre.

Steinbach — lugar no m. de Montenegro.

Storch — arroio no m. de S. Leopoldo.

Suassuapara — arroio no m. de Soledade.

Subida da Cruz — lugar no m. de S. Francisco de Paula.

Subterrâneo — banhado no m. de Alegrete;

— lugarejo no m. de Rosário do Sul.

Subúrbio — povoado no m. de S. Luiz Gonzaga.

Sue — arroio no m. de Caçapava do Sul.

Sueli — linha colonial ex-Nova Brésia, no m. de Arroio do Meio.

— arroio no m. de Cai.

Sucúí — sanga no m. de S. Gabriel.

Suja — lagoa no m. de Tapes.

Sujo — arroio no m. de Pelotas;

— arroio no m. de Uruguiana.

Sul — lugar no m. de Caxias do Sul.

Sul Curuzu — linha no m. de Caxias do Sul.

Sumé — arroio no m. de Soledade.

Sumidior — arroio no m. de Santa Cruz do Sul.

Sumidouro — arroio (ver Canhima), no m. de Cruz Alta;

— arroio no m. de S. Francisco de Paula;

— lagoa no m. de S. José do Norte.

Suruguá — arroio no m. de Soledade.

Suspiro — lugarejo no m. de Alegrete;

— dist. adm. e jud. no m. de S. Gabriel, com 2.200 hab.;

— vila, sede do dist. de seu nome; — estação ferrov., arroio, cerro e coxilha no m. de S. Gabriel.

Sussuarana — rio no m. de Vacaria.

Susto — arroio no m. de S. Leopoldo.

Sutil — arroio limite Encruzilhada do Sul, passo limite e lugar no m. de Camaquã;

— arroio e passo no m. de Encruzilhada do Sul;

— arroio no m. de S. Jerônimo;

— lugar no m. de Tapes.

Subtil — ver Sutil.

Sutilzinho — arroio no m. de Encruzilhada do Sul.

— arroio no m. de S. Jerônimo.

Suzana — lagoa no m. de Osório.

Anais dos Congressos de História e Geografia
Sul-Rio-Grandense realizados pelo Instituto
Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

— índice por Autores —

Organizados por Thomaz Carlos Duarte

AUTORES

A

ADAMY (Othilo) — Notas para o estudo da Bacia do Jacuí — Anais do III Congresso — 1940 — Volume III, pág. 2031.

AMARAL (Luiz) — Colono Italiano e a Libertação do Negro — Anais do III Congresso — 1940 — Volume III, pg. 1025.

ANTUNES (De Paranhos) — As Bulas e os Tratados de Limites — Anais do II Congresso — 1937 — Volume II, pág. 225 — c/mapas.

ANTUNES (De Paranhos) — Origens dos Primeiros Núcleos Urbanos do Rio Grande do Sul (Municipalismo) — Anais do II Congresso — 1937 Volume II, pág. 359.

ANTUNES (De Paranhos) — Os Partidos Políticos no Rio Grande do Sul — 1822-1889 — Anais do I Congresso — 1935 — Volume II, pág. 215.

ANTUNES (De Paranhos) — "Porto Alegre no século XVIII" — Anais do III Congresso — 1940 — Volume III, pág. 1037 — c/gravura.

ARANA (Henrique) — Expedición de Don Pedro de Cevallos al Rio Grande y Rio de la Plata — Anais do II Congresso — 1937 — Volume I, pág. 325 — c/mapa.

ARANHA (Maria Amélia C.) — O Ciclo do Pau Brasil — Anais do III Congresso — 1940 — Volume III, pág. 1837.

AZEVEDO FILHO (Bueno de) — Breve Notícia Biográfica do Tte. General Barão de Taquari — Anais do IV Congresso — 1945 — Volume II, pág. 753.

AZEVEDO FILHO (Bueno de) — Genealogia Gaúcha (Pinto Bandeira) — Anais do III Congresso — Volume III — 1940 — pág. 1071 — c/mapa.

AZEVEDO FILHO (Bueno de) — Genealogia do Paulista Bento Manuel Ribeiro — Anais do IV Congresso — 1945 — Volume II, pág. 717.

B

BARRETO (Abeillard) — As Primeiras Investigações Científicas no Rio Grande do Sul — Anais do II Congresso — 1937 — Volume I, pág. 111.

BARRETO (Gabriel Menna) — Aspectos Econômicos do Rio Grande do Sul — Anais do I Congresso — 1935 — Volume III, pág. 129.

BASTOS (Manoel E. Fernandes) — A Coberta d'Alma — Volume I — Anais do I Congresso — 1935 — pág. 375.

BASTOS (Manoel E. Fernandes) — A Fundação da Freguezia de Nossa Senhora da Conceição do Arroio — Anais do I Congresso — 1935 — Volume I, pág. 131.

BASTOS (Manoel E. Fernandes) — A Estrada da Laguna ao Rio Grande — Anais do II Congresso — 1937 — Volume I, pág. 295.

BELLO (Luiz Alves de Oliveira) — Caxias e a Pacificação de 1845 — Anais do IV Congresso — 1945 — Volume I, pág. 337.

BERND (Mário) — Química geológica do Cálcio Sul Rio-Grandense — Relação com tuberculose e a cárie dentária — Influência meteorológica sobre o cálcio no organismo — Anais do III Congresso — 1940 — págs. 1365 e 1369. — c/tabelas.

BERND (Mário) — Porto Alegre de Ontem e de Hoje — Vultos, Fatos e Idéias — Anais do III Congresso — 1940 — Volume III, pág. 1295.

BERGO (Maria Stella de Abreu) — Monografia das Fazendas "Aurora e Anhumas" — Anais do III Congresso — 1940 — Volume IV, pág. 2353 — c/gravuras.

BOITEUX (Henrique) — O Sargento-Mor Camillo Machado de Bittencourt — Anais do III Congresso — 1940 — Volume IV, pág. 2233 — c/foto.

BONILHA (José Fernando Martins) — Mestiçagem Euro-Americana no Planalto Paulista (séculos seiscentista e setecentista) — Anais do III Congresso — 1940 — Volume III, pág. 1589.

BRANDÃO (Geraldo) — O Problema de uma Raça — Anais do III Congresso — 1940 — Volume III — pág. 1885.

BRASILIANO (Rubio) — Terra do Gaúcho — Anais do II Congresso — 1937 — Volume I, pág. 163.

BRENER (Helena) — Considerações sobre o IX Congresso Brasileiro de Geografia, realizado em Florianópolis de 7 a 16 de setembro de 1940 — Anais do III Congresso — 1940 — Volume II, pág. 211.

BRÉSCIA (Daisy) — Houve superioridade racial dos primeiros povoadores? — Anais do III Congresso — 1940 — Volume III, pág. 1855.

C

CABRAL (Oswaldo R.) — Laguna e Rio Grande — Anais do III Congresso — 1940 — Volume III, pág. 1895.

CALDAS (Jaci Antônio Louzada Tupi) — Porto Alegre “Síntese Histórica” — De Estância à capital — Anais do III Congresso — 1940 — Volume III, pág. 1527 — c/mapas.

CAMARGO (José Francisco de) — Adaptação ao novo meio dos Primeiros Colonizadores do Brasil — Anais do III Congresso — 1940 — Volume III, pág. 1875.

CARVALHO (Mário Teixeira de) — A Família Pinto Bandeira — Anais do III Congresso — 1940 — Volume IV, pág. 2467.

CARVALHO (Mário Teixeira de) — Memória relativa à criação do Serviço de Correio na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul — Anais do I Congresso — 1935 — Volume III, pág. 177.

CARVALHO (Mário Teixeira de) — O Nascimento de Gaspar Silveira Martins — Anais do I Congresso — 1935 — Volume III, pág. 311.

CASCUDO (Luiz da Câmara) — Seis Mitos Gaúchos — Anais do III Congresso — 1940 — Volume IV, pág. 2275.

CAVIGLIA Hijo — (Buenaventura) — Algunas Noticias sobre el Marechal Diogo Funck — Anais do II Congresso — 1937 — Volume II, pág. 7 — c/mapa.

CAVIGLIA Hijo — (Buenaventura) — La Devoción de Gomes Freire de Andrade a Santa Teresa em “Jubilos da América” — Anais do II Congresso — 1937 — Volume II, pág. 339 — c/gravura.

- CEPOLLARO (Laura J.) — Caisais (Algumas Notícias de Açorianos) — Anais do III Congresso — 1940 — Volume II, pág. 43.
- CIDADE (Francisco de Paula) — Rio Grande do Sul — Explicação da História pela Geografia — Anais do III Congresso — 1940 — Volume II, pág. 711 — c/gravuras.
- COELHO (Evarávia) — A Imprensa de Porto Alegre, durante o século XIX, no Serviço de Arquivo Histórico do Estado — Anais do III Congresso — 1940 — Volume II, pág. 37.
- CORONA (Fernando) — Casas da Cidade — Anais do III Congresso — 1940 — Volume III, pág. 1165.
- CORREIA (Ernani) — Evolução arquitetônica de Porto Alegre — Anais do III Congresso — 1940 — Volume IV, pág. 2567.
- CORREIA FILHO (Vigílio) — Relatório do IV Congresso de História e Geografia do Rio Grande do Sul — Anais do IV Congresso — 1945 — Volume I, pág. 27.
- COSTA (Adrealdo Mesquita da) — Discurso pronunciado na sessão de Inauguração do IV Congresso de História e Geografia do Rio Grande do Sul — Anais do IV Congresso — 1945 — Volume I, pág. 33 — c/fotos.
- COSTA (Adrealdo Mesquita da) — Intróito — (Introdução) — Anais do IV Congresso — 1945 — Volume I, pág. 5 — c/fotos.
- COUTO (Carlos de Paula) — Carnívoros e Desdentados — Fósseis do Brasil — Anais do III Congresso — 1940 — Volume III, pág. 1749 — c/gravuras.
- COUTO (Carlos de Paula) — Répteis Fósseis do Brasil — Anais do III Congresso — 1940 — Volume III, pág. 1801 — c/gravuras.

D

- DORNAS FILHO (João) — O Incidente Regis — Garibaldi em Montevideu — Anais do III Congresso — 1940 — Volume III, pág. 1515 — c/gravuras.
- DUARTE (Eduardo) — Garibaldi, Rossetti e Zambeccari — Anais do IV Congresso — 1945 — Volume II, pág. 763.
- DUARTE (Eduardo) — “O Passo Inicial da Grande Revolução” — Anais do IV Congresso — 1945 — Volume I, pág. 309.

DUARTE (Manuel) — Brasileiro & Brasiliense — Anais do III Congresso — 1940 — Volume III — pág. 1595.

DUARTE (Manuel) — Discurso saudando o Dr. Getúlio Vargas, Presidente da República — Anais do III Congresso — 1940 — Volume I, pág. 321. — c/fotos.

DUARTE (Manuel) — Estância — Anais do III Congresso — 1940 — Volume III, pág. 1607.

DUARTE (Manuel) — A Política dos Ministérios e a Revolução Farroupilha — Anais do IV Congresso — 1945 — Volume II, pág. 537.

DUARTE (Manuel) — A Revolução Farroupilha, Causas Sociais, Políticas e Econômicas — Anais do I Congresso — 1935 — Volume II, pág. 145.

DUPUY (Daniel Hamnerly) — El problema de la distribución geográfica de las especies resuelto por la teoría de las translaciones continentales — Anais do III Congresso — 1940 — Volume III, pág. 1239 — c/gravuras.

DUPUY (Daniel) — Conferência — Anais do III Congresso — 1940 — Volume I, pág. 315.

DUVAL (Paulo) — A Barca de Vapor Liberal — Início da navegação a vapor no Rio Grande do Sul e na Marinha de Guerra do Brasil — Anais do IV Congresso — 1945 — Volume I, pág. 135 — c/fotos.

E

EGAS (Eugênio) — Libertação dos Escravos — 1871-1888 — Síntese — Anais do III Congresso — 1940 — Volume IV, pág. 2017.

EGAS (Eugênio) — Possidônio Mâncio da Cunha Júnior — Anais do III Congresso — 1940 — Volume III, pág. 1987 — c/fotos.

EGAS (Eugênio) — Relação dos Bacharéis Sul-Riograndenses em Direito — São Paulo — 1832-1888 — Anais do III Congresso — 1940 — Volume III, pág. 2006.

ELLIS JÚNIOR (Alfredo) — O Negro no Bandeirismo — Anais do III Congresso — 1940 — Volume III, pág. 1571.

ERICKSEN (Nestor) — Apontamentos para a história da Imprensa no Rio Grande do Sul — Anais do III Congresso — 1940 — Volume IV, pág. 2165.

ERICKSEN (Nestor) — A Imprensa do Rio Grande do Sul da Abolição à República — Anais do III Congresso — 1940 — Volume IV, pág. 2187.

F

- FAVA (Lindo) — A questão da superioridade racial e sua aplicação aos Primeiros Colonizadores do Brasil — Anais do III Congresso — 1940 — Volume III, pág. 1675.
- FELIZARDO (Jorge Godofredo) — Antônio da Souza Sardinha — Anais do III Congresso — 1940 — Volume III, pág. 1929.
- FELIZARDO (Jorge Godofredo) — O Barão de Gravataí — Anais do III Congresso — 1940 — pág. 1911 — c/foto. — Volume III.
- FELIZARDO (Jorge Godofredo) — Bento José Martins — Anais do III Congresso — 1940 — Volume III, pág. 1959.
- FELIZARDO (Jorge Godofredo) — Discurso pronunciado por ocasião da realização do IV Congresso em nome da Secretaria da Educação e Cultura — Anais do IV Congresso — Volume I, 1945, pág. 97.
- FELIZARDO (Jorge Godofredo) — Um caso de Xifopagia no Rio Grande do Sul — Anais do III Congresso — 1940 — Volume III, pág. 1983.
- FONTOURA (Edgar) — Escorço Biográfico de José da Silva Pais — Anais do II Congresso — 1937 — Volume III, pág. 151.
- FONTOURA (Edgar) — O Rio Grande de São Pedro na Visão de José da Silva Pais — Anais do II Congresso — 1937 — Volume II, pág. 83.
- FONTOURA (Edgar) — O Rio Grande do Sul na Independência Nacional — Anais do III Congresso — 1940 — Volume IV, pág. 2201.
- FORTES (João Borges) — Fundação do Rio Grande — Anais do II Congresso — 1937 — Volume II, pág. 203.
- FORTES (João Borges) — Tropeiros — Anais do II Congresso — 1937 — Volume II, pág. 73.
- FREITAS (Amadeo de Oliveira) — Ensaio sobre a causalidade histórico-geográfica de Porto Alegre — Anais do III Congresso — 1940 — Volume IV, pág. 2249.
- FREITAS (Leopoldo de) — Gaspar Silveira Martins — Tribuna do Liberalismo. Resenha da época e Episódios — Anais do I Congresso — 1935 — Volume III, pág. 329.
- FREITAS (Osório Tuiuti de Oliveira) — A Invasão de São Borja — Anais do I Congresso — 1935 — Volume III, pág. 5.

FREYRE (Gilberto) — “Sugestões para o Estudo Histórico-Social do Sobrado no Rio Grande do Sul” — Anais do III Congresso — 1940 — Volume I, pág. 11. — c/fotos.

G

GALENO (Henriqueta G. G.) — A Revolução Farroupilha. Causas Sociais, Políticas e Econômicas — Anais do I Congresso — 1935 — Volume II, pág. 83.

GOMES (Olympio B.) — Catálogo da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul — Anais do III Congresso — 1940 — Volume II, pág. 121.

GOMES (Olympio B.) — Catálogo da Revista do Museu e Arquivo Público do Rio Grande do Sul — Anais do III Congresso — 1940 — Volume II, pág. 107.

GOULART (Jorge Salis) — Aspectos da Formação Rio-Grandense (Transcrição e Comentários de Valquiria Neves Salis Goulart) — Anais do II Congresso — 1937 — Volume III, pág. 61.

GOYCOCHÊA (L. F. Castilhos) — O Condado de Porto Alegre — Anais do III Congresso — 1940 — Volume IV, pág. 2211.

GOYCOCHÊA (L. F. Castilhos) — A Revolução Farroupilha (Causas Sociais, Políticas e Econômicas) — Anais do I Congresso — 1935 — Volume II, pág. 121.

GUÉRIOS (Rosário Farani Mansur) — A Gramática, o Uso e a Norma — Anais do III Congresso — 1940 — Volume IV, pág. 2225.

GUIDO (Ângelo) — As Artes Plásticas no Rio Grande do Sul — Anais do III Congresso — 1940 — Volume IV, pág. 2095.

J

JACQUES (Paulino) — A Proclamação da República Rio-Grandense — Anais do III Congresso — 1940 — Volume IV, pág. 2123.

JAEGER, S. J. (Padre Luiz Gonzaga) — O clero na Epopéia Farroupilha — Anais do IV Congresso — 1945 — Volume II, pág. 619.

JAEGER, S. J. (Padre Luiz Gonzaga) — A Família Guarani Cristianizada — Anais do II Congresso — 1937 — Volume I, pág. 264.

JAEGER, S. J. (Padre Luiz Gonzaga) — As Primeiras Reduções Jesuíticas do Rio Grande do Sul (1626-1636) — Anais do II Congresso — Volume II, pág. 399 — 1937 — c/mapas.

L

- LAYTANO (Dante de) — Como Saint-Hilaire viu o negro no Rio Grande do Sul — Anais do III Congresso — 1940 — Volume II, pág. 15.
- LAYTANO (Dante de) — Introdução ao Estudo do Presídio das Torres e sua Evolução Histórica — Anais do I Congresso — 1935 — Volume I, pág. 177.
- LAYTANO (Dante de) — Palavras do Dr. Dante de Laytano apresentando o relatório dos trabalhos preparatórios do III Congresso Sul-Rio-grandense de História e Geografia — Anais do III Congresso — 1940 — Volume I, pág. 134 — c/fotos.
- LAYTANO (Dante de) — Relatório do Presidente da Comissão Especial Organizada do III Congresso Sul-Rio-grandense de História e Geografia — Anais do III Congresso — 1940 — Volume I, pág. 65.
- LAYTANO (Dante de) Vocabulário dos Pescadores do Rio Grande do Sul — Anais do II Congresso — 1937 — Volume III, pág. 237.

M

- MACHADO (Leónidas Soares) — Causas da Mortalidade Infantil na Cidade de Porto Alegre — Anais do III Congresso — 1940 — Volume IV, pág. 2509.
- MAGALHÃES (Bruno de Almeida) — O Brasil e a Arbitragem Internacional — Anais do III Congresso — 1940 — Volume III, pág. 1127.
- MAGRO (Osmar Simões) — Os Últimos Fronteiras Paulistas nas Terras do Sul — Anais do III Congresso — 1940 — Volume IV, pág. 2455.
- MAIA (João) — Formação do Rio Grande do Sul — Resenha Histórica — Anais do I Congresso — 1935 — Volume I, pág. 61.
- MARTIN (Percy) — A Escravidão e a sua Abolição no Brasil — Anais do III Congresso — 1940 — Volume III, pág. 1203.
- MARTINS (Ari) — Os Nossos Autores Dramáticos — Anais do III Congresso — 1940 — Volume III, pág. 1419.
- MARTINS (Ari) — Poetas do Rio Grande do Sul — Anais do III Congresso — 1940 — Volume III, pág. 1389.
- MATTOS (Aníbal) — Material lítico, cerâmica e inscrições da Lapa Vermelha, em Minas Gerais — Anais do III Congresso — 1940 — Volume III, pág. 1455 — c/gravuras.

MAZERON (Gaston Hasslocher) — O Tiro 4 — Sua Vida e sua Grandeza — Anais do III Congresso — 1940 — Volume IV, pág. 2725.

MELO (Caio Brandão de) — Discurso feito por ocasião do IV Congresso Sul-Riograndense de História — Anais do IV Congresso — 1945 — Volume I, pág. 93.

MELO (Raul Corrêa Bandeira de) — Aspectos da geografia das calamidades — Anais do III Congresso — 1940 — Volume III, pág. 1135.

MENDONÇA (Renato) — Os Sete Povos das Missões e o Tratado de Madrid — Anais do III Congresso — 1940 — Volume IV, pág. 2577 — c/gravura.

MILLER (Alcides Lopes) — Poetas Farroupilhas — Anais do IV Congresso — 1945 — Volume I, pág. 203.

MOACYR (Primitivo) — O Ensino Comum e as Primeiras Tentativas de sua Nacionalização na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul (1835-1889) — Anais do III Congresso — 1940 — Volume III, pág. 1685.

MONTEIRO (Antenor de Oliveira) — Um Dramaturgo Rio-Grandense — Anais do III Congresso — 1940 — Volume III, pág. 1117.

MONTEIRO (J. C. Rêgo) — A Formação do Regimento de Dragões do Rio Grande de São Pedro — Anais do II Congresso — 1937 — Volume II, pág. 127.

MONTEIRO (J. C. Rêgo) — Fortificações do Canal e Cidade do Rio Grande — 1777 — Anais do II Congresso — 1937 — Volume II, pág. 243 — c/plantas.

MORANDI (Luiz) — Nueva Contribución al estudio de los vientos impetuosos (47 ò mas K/h en el estuário del Plata) — Anais do III Congresso — 1940 — Volume III, pág. 1497 — c/gravuras.

MORAES (Luiz Carlos de) — Causas Remotas e Imediatas da Grande Revolução — A Paz de Poncho Verde — Anais do IV Congresso — 1945 — Volume I, pág. 295.

MORITZ (Gustavo) — Resumo da História Politico-Militar do Rio Grande do Sul — Anais do III Congresso — 1940 — Volume IV, pág. 2325.

O

OBINO (Aldo) — A Estrutura Poética da História — Anais do III Congresso — 1940 — Volume IV, pág. 2263.

- OLIVEIRA (Carlos Waltrudes de) — Papéis consulares do século XIX referentes ao Rio Grande do Sul (Consulado Francês e Alemão) — Anais do III Congresso — 1940 — Volume II, pág. 59.
- OLIVEIRA (Francisco Antonino Xavier e) — No Decênio Farroupilha — Anais do IV Congresso — 1945 — Volume II, pág. 943.
- OLIVEIRA (Isa Cecília de) — Documentos Interessantes para a história de Porto Alegre — Anais do III Congresso — 1940. Volume II, pág. 69.
- OSÓRIO (Fernando Luiz) — A Ação Militar de João Manoel e o Plano Republicano de 1836 — Anais do I Congresso — 1935 — Volume II, pág. 267.
- OSÓRIO (Fernando Luiz) — A Ação e os Propósitos Orgânicos dos Farrapos — Anais do I Congresso — 1935 — Volume II, pág. 45.
- OSÓRIO (Fernando Luiz) — A Epopéia dos Fronteiros (Primeiro Poema do Rio Grande) Perante o Direito Internacional (Principais Atos Diplomáticos) Na Integração no Nosso Território — Anais do II Congresso — 1937 — pág. 339, Volume I.
- OSÓRIO (Fernando Luiz) — O Farrapo Pedro Vieira 'Perico el Bailarin', e seu Americanismo — Anais do I Congresso — 1935 — Volume II, pág. 27.
- OSÓRIO (Fernando Luiz) — A Formação dos Dragões e os Primeiros Osórios do Rio Grande — Anais do II Congresso — 1937 — Volume II, pág. 169. — c/foto.
- OSÓRIO (Fernando Luiz) — A Guerra Guaranítica — A Batalha de Cai-boaté Atuação de Thomaz Luiz Osório — Anais do II Congresso — 1937 — Volume II, pág. 379.
- OSÓRIO (Fernando Luiz) — O Professor Thomaz Luiz Osório Filho, Pioneiro da Instrução no Rio Grande do Sul — Anais do II Congresso — 1937 — Volume III, pág. 211.
- OSÓRIO (Fernando Luiz) — A Religiosidade e o Sacerdócio dos Farrapos — Anais do I Congresso — 1935 — Volume I, pág. 381.
- OSÓRIO (Fernando Luiz) — O "Rincão de Pelotas" — Anais do II Congresso — 1937 — Volume II, pág. 53, c/mapas.
- OSÓRIO (Fernando Luiz) — A Trincheira de Castilhos (Forte de Santa Teresa) — Anais do II Congresso — 1937 — Volume II, pág. 287 — c/gravura.

ORTH, S. J. (Padre Canisio) — A Flora Medicinal do Herbário Anchieta na Exposição Farroupilha — Anais do II Congresso — 1937 — Volume III, pág. 269.

P

PAES (Elpidio Ferreira) — Dois séculos de linguagem portuguesa — Anais do III Congresso — 1940 — Volume IV, pág. 2517.

PAGANO (Sebastião) — Considerações sobre aspectos da Política Exterior de Dom João VI e Dom Pedro I, nas margens do Prata — Anais do III Congresso — Volume IV, pág. 2439 — 1940.

PARDELHAS (Margarida) — O Povo Rio-Grandense — Anais do II Congresso — 1937 — Volume III, pág. 112.

PAULA FILHO (Antônio de) — A Reforma do ensino secundário — Anais do III Congresso — Volume IV, pág. 2221 — 1940.

PEIXOTO (Sylvio) — O Palácio do Itamarati como primeira sede do Governo Republicano de 89 — Anais do III Congresso — 1940 — Volume II, pág. 1013.

PENALVA (Gastão) — O Rio Antigo — Esplendor e galanteria — Anais do III Congresso — 1940 — Volume IV, pág. 2555.

PEREIRA (Maria Mendes) — Estudo do povoamento do Rio Grande do Sul e divisas do Rio Grande do Sul com os povos vizinhos — Anais do III Congresso — 1940 — Volume III, pág. 1611 — c/gravuras.

PÉREZ (Carlos E. Grez) — El Rio Grande do Sul en la Mapoteca de Chile (1500-1809) — Anais do II Congresso — 1937 — Volume I, pág. 243.

PORTO (Aurélio) — Expedição de Jorge Soares de Macedo (A) — Anais do I Congresso — 1935 — Volume I, pág. 109.

PORTO (Aurélio) — Inauguração do Obelisco em Poncho Verde — Discurso — Anais do IV Congresso — 1945 — Volume I, pág. 65 — c/foto.

PORTO (Aurélio) — Martírio do Venerável Padre Cristóvão de Mendonça, S. J. — Anais do III Congresso — 1940 — Volume II, pág. 767.

PORTO (Aurélio) — Pré-história do Rio Grande do Sul etc. — Anais do I Congresso — 1935 — Volume I, pág. 243.

PORTO (Aurélio) — Primitivos Habitantes do Rio Grande do Sul — Anais do I Congresso — 1935 — Volume I, pág. 273.

PORTO (Aurélio) — Rio Grande do Sul — Donatária dos Assecas — Anais do I Congresso — 1935 — Volume I, pág. 85.

PRATES (J. Egon D'Abreu) — O Trono da Grécia, A Casa de Bragança e a Revolução de 1835 — Anais do I Congresso — 1935 — Volume II, pág. 5.

R

RACIOPPI (Vicente de Andrade) — Estudantes do Rio Grande do Sul em Ouro Preto — Anais do III Congresso — 1940 — Volume II, pág. 977.

RAMBO S. J. (Padre Balduino) — A Estrutura da Serra — Nas Bacias do Cai e do Rio dos Sinos — Anais do II Congresso — 1937 — Volume I, pág. 89.

REIS (Arthur C. Ferreira) — Casas, Soldados e Degredados na Colonização da Amazônia — 1940 — Volume IV, pág. 2605 — Anais do III Congresso.

REIS (Arthur C. Ferreira) — A Conquista do Acre — Anais do III Congresso — 1940 — Volume IV, pág. 2065.

RICAURTE (Daniel Ortega) — Pedro Teixeira — Anais do III Congresso — 1940 — Volume IV, pág. 2543.

RODRIGUES (Félix Contreiras) — O Fenômeno Econômico na Revolução dos Farrapos — Anais do I Congresso — 1935 — Volume III, pág. 59.

RODRIGUES (Felix Contreiras) — Formação Social e Psicológica do Gaúcho Brasileiro — Anais do I Congresso — 1935 — Volume I, pág. 317.

ROSA (José Vieira da) — As três Províncias Irmãs do Sul — Anais do III Congresso — Volume II, pág. 223 — c/maps, 1940.

ROSA (Othelo) — Causas da Revolução Farroupilha — Anais do IV Congresso — 1945 — Volume II, pág. 783.

ROSA (Othelo) — Os Elementos Estrangeiros na Revolução Farroupilha — Anais do IV Congresso — 1945 — Volume I, pág. 121.

S

SANMARTIN (Olyntho) — Atas da Assembléia Legislativa Provincial de 1835 — Anais do IV Congresso — 1945 — Volume I, pág. 369.

SANMARTIN (Olyntho) — A Bandeira de Aracambi — Anais do II Congresso — 1937 — Volume III, pág. 7, c/mapa.

SANMARTIN (Olyntho) — Contribuição ao IV Congresso de História e Geografia do Rio Grande do Sul — Anais do IV Congresso — 1945 — Volume I, pág. 389.

SANMARTIN (Olyntho) — Memória — O Teatro em Porto Alegre no século XIX — Anais do III Congresso — 1940 — Volume III, pág. 1729.

SANMARTIN (Olyntho) — Visconde do Rio Grande — Anais do III Congresso — 1940 — Volume III, pág. 1697.

SEKRANO (Antônio) — Los Sambaquis y otros ensayos de arqueologia brasileña — Anais do III Congresso — 1940 — Volume II, pág. 327 — c/ diversas estampas.

SCHRÖDER (Celso M.) — Efemérides da Revolução Rio-Grandense de 1835-1845 — Anais do I Congresso — Volume II, pág. 297.

SILVA (Florêncio Carlos de Abreu e) — O Gado Bovino e sua Influência sobre a antropogeografia do Rio Grande do Sul — Anais do III Congresso — 1940 — Volume IV, pág. 2133.

SILVA (Florêncio Carlos de Abreu e) — Governo de José Marcelino de Figueiredo no Governo de São Pedro — 1769 a 1780 — Anais do II Congresso — 1937 — Volume III, pág. 177.

SILVA (Florêncio Carlos de Abreu e) — Recursos Financeiros da República de Piratini — Anais do I Congresso — 1935 — Volume III, pág. 91.

SILVA (J. Loureiro da) — Discurso — Abertura solene do Congresso — Anais do III Congresso — 1940 — Volume I, pág. 143 — c/fotos.

SILVA (J. Resende) — A Formação Territorial de Minas Gerais — Anais do III Congresso — 1940 — Volume II, pág. 681.

SILVA (J. V. Rezende) — Os Mineiros no Rio Grande do Sul — Anais do I Congresso — 1935 — Volume I, pág. 303.

- SILVA (Moacyr Paixão e) — Formação Econômica do Amazonas (Período Colonial) — Anais do III Congresso — 1940 — Volume II, pág. 443 — c/mapas.
- SILVA (Raul de Andrade e) — O Regime Feudal e as Capitânicas Hereditárias (Breve estudo comparativo) — Anais do III Congresso — Volume IV — 1940 — pág. 2597.
- SILVEIRA (Armando) — A Velha Porto Alegre (Memória do Bacharel João Braz) — Anais do III Congresso — 1940 — Volume II, pág. 515.
- SILVEIRA (Enzo) — A Influência Madeirense e o Início do Ciclo do Açúcar na Capitania de São Vicente — Anais do III Congresso — 1940 — Volume IV, pág. 2299.
- SOARES (Firminiano Ramos) — A Educação Primária na República Farroupilha — Anais do I Congresso — 1935 — Volume III, pág. 289.
- SOARES (J. O. Pinto) — Memórias Históricas e Comentários — Anais do I Congresso — 1935 — Volume I, pág. 205.
- SOARES (J. O. Pinto) — Reconhecimento da Costa Sul-Brasileira — O Rio Grande de São Pedro — O Brasil — Anais do III Congresso — 1940 — Volume IV, pág. 2049.
- SOARES (Rita Gomes) — Coleção de Anúncios do “Diário de Porto Alegre” — 1827 — Anais do III Congresso — 1940 — Volume II, pág. 81.
- SODRÉ (Alcindo) — Dom Pedro II na Pacificação do Rio Grande do Sul — Anais do IV Congresso — 1945 — Volume I, pág. 257.
- SODRÉ (Alcindo) — Jobim (Sua vida e seu Tempo) — Anais do I Congresso — 1935 — Volume III, pág. 249.
- SOUZA DOCCA (E. F. de) — Discurso pronunciado por ocasião da Pedra Fundamental do Monumento ao Duque de Caxias — “Caxias e a Pacificação do Rio Grande do Sul a finalidade da Revolução pacificadora” — Anais do IV Congresso — 1945 — Volume IV, pág. 43 — c/fotos.
- SOUZA DOCCA (E. F. de) — Gente Sulriograndense — Anais do III Congresso — 1940 — Volume II, pág. 643.
- SOUZA (Francisco Silvano de) — Concurso das Congregações Religiosas para a Formação Cultural do Povo Sul-Rio-grandense — Anais do II Congresso — 1937 — pág. 325, Volume III.

- SOUZA (Leonardo Macedônia Franco e) — Discurso pronunciado por ocasião da Abertura do I Congresso de História e Geografia — Volume I, pág. 36 — 1935.
- SOUZA (Leonardo Macedônia Franco e) — Abertura do II Congresso de História e Geografia — Volume I, pág. 5 — 1937.
- SOUZA (Leonardo Macedônia Franco e) — Discurso pronunciado por ocasião da abertura da organização do III Congresso — Anais do III Congresso — Volume I, pág. 127 — c/fotos. 1940.
- SOUZA (Leonardo Macedônia Franco e) — O Bi-Centenário do Rio-Grande e o Instituto Histórico — Anais do II Congresso — Volume I, pág. 19 — 1937.
- SOUZA (Leonardo Macedônia Franco e) — Introdução — Anais do III Congresso — 1940 — Volume I, pág. 7.
- SOUZA (Roberto Pinto de) — Descobrimento do Brasil — Anais do II Congresso — 1940 — Volume III, pág. 1847.
- SOUZA (Scylla Soares de S. e) — A Imprensa em Porto Alegre — (1827-1889) — Anais do III Congresso — 1940 — Volume III, pág. 1181 — c/facsimiliar do 1.º livro impresso em Porto Alegre.
- SPALDING (Walter) — Comércio, Indústria e Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul — Anais do I Congresso — 1935 — Volume III, pág. 215.
- SPALDING (Walter) — A Cooperação Interprovincial na Revolução Farroupilha — Anais do IV Congresso — 1945 — Volume II, pág. 853.
- SPALDING (Walter) — Documentos Interessantes 5 (cinco) — Diretoria do Arquivo e Biblioteca da Prefeitura Municipal de Porto Alegre — Anais do III Congresso — 1940 — Volume II, pág. 169.
- SPALDING (Walter) — Exposição de Geografia e Cartografia — Anais do III Congresso — 1940 — Volume I, pág. 347 — c/fotos.
- SPALDING (Walter) — Foram os Chefes Farroupilhas Republicanos antes do Seival? — Anais do IV Congresso — 1945 — Volume II, pág. 815.
- SPALDING (Walter) — O Forte de Santa Tecla — Anais do II Congresso — 1937 — pág. 265, c/gravuras. Volume II.

SPALDING (Walter) — A Revolta dos Dragões do Rio Grande — Anais do II Congresso — 1937 — pág. 137 — c/foto. Volume II.

SPALDING (Walter) — Freguezias, Vigararias, Curatos e Varas, da fundação do Rio Grande à República — Anais do III Congresso — 1940 — Volume III, pág. 1441.

SPALDING (Walter) — A Igreja no Velho Continente de São Pedro do Sul — Anais do III Congresso — 1940 — Volume III, pág. 1433.

SPALDING (Walter) — Osório e a Revolução Farroupilha — Anais do IV Congresso — 1945 — Volume I, pág. 323.

SPALDING (Walter) — O Centro Abolicionista — Anais do III Congresso — 1940 — Volume II, págs. 187 e 204.

T

TAUNAY (Affonso de Escagnole) — “Meridionalis Brasiliae Arx” — Anais do III Congresso — 1940 — Volume IV, pág. 2721.

TEODORO (Irmão) — A Vegetação do Atual Estado do Rio Grande do Sul, no século XVIII — Anais do II Congresso — 1937 — Volume III, pág. 125.

TOLLENS (Paulo) — Fundamentos do Espírito Brasileiro — Anais do III Congresso — 1940 — Volume III, pág. 1631.

V

VARGAS (Getúlio) — Discurso pronunciado no encerramento do III Congresso — Anais do III Congresso — 1940 — Volume I, pág. 330.

VIDAL (Ademar) — A Família Brasileira e suas origens — Anais do III Congresso — 1940 — Volume IV, pág. 2153.

VIEIRA (Dorival Teixeira) — Ação dos Jesuítas em São Paulo — Anais do III Congresso — 1940 — Volume III, pág. 1665.

W

WIEDERSPAHN (Henrique Oscar) — Os Lagunistas e Silva Pais — Anais do II Congresso — 1937 — Volume III, pág. 25.

X

XAVIER (César Feliciano) — O Sentido Histórico da Revolução Farroupilha — Anais do III Congresso — 1940 — Volume III, pág. 1377.

XAVIER (Luiz Camargo) — Discurso de Inauguração do Obelisco em Poncho Verde — Anais do IV Congresso — 1945 — Volume I, pág. 89.

TERCEIRA PARTE

Defesa Judicial do Instituto

A Câmara Municipal de Sant'Ana do Livramento move contra a Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre uma ação judicial tendente a reivindicar os restos mortais do herói farroupilha Davi Canabarro, recolhidos ao "memorial" do cemitério daquela instituição. No decurso de 1981, o Instituto Histórico veio a ser citado na referida ação como litisconsorte passivo, tendo oferecido contestação através de seu próprio presidente, Dr. Adroaldo Mesquita da Costa. O texto integral dessa defesa é adiante transcrito.

Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da 14.^a Vara Cível.

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, com sede Nesta Capital, na rua Riachuelo, n.º 1317, reconhecido de utilidade pública por Decreto Federal n.º 4373, de 24 de novembro de 1921. Decreto Estadual n.º 16565, de 15 de abril de 1964 e Municipal de Porto Alegre. n.º 2464, de 10 de dezembro de 1962, nos autos da ação ordinária que a Câmara Municipal de Santana do Livramento move à Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre e que correm pelo 14.º Ofício Cível foi citado em 08 do corrente (fls. 112 v), em virtude do despacho de V. Exa de folhas 111, de 27 de agosto de 1979, do teor seguinte:

“Cite-se o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (v.f. 84) às normas dos artigos 46 e 47 do Código de Processo. Intime-se”

O presidente perpétuo do citado, — o advogado Adroaldo Mesquita da Costa, brasileiro, viúvo, domiciliado e residente nesta Capital, na rua Mostardeiro n.º 174, abaixo-firmado, aqui comparece em representação legal do mesmo Instituto, pois que é também advogado, inscrito na O.A.B. sob n.º 9 — CPF n.º 056.776.450-87, com escritório na rua Mostardeiro n.º 174, fone 22-54 60, para dizer a V. Exa. o que segue em:

Contestação

1. **David Canabarro**, cujo nome era David José Martins, um dos mais destacados chefes da Revolução Farroupilha, nasceu a 22 de agosto de 1796, no local denominado Pinheiros, nas proximidades da então Vila de Taquari, em cuja freguesia foi batizado a 4 de setembro do mesmo ano e faleceu a 12 de abril de 1867, em sua fazenda de São Gregório, no município de Santana do Livramento, onde foi sepultado.

2. Casou-se duas vezes: a primeira, no ano de 1837, com sua tia materna Eufrázia Ferreira, natural de Santa Catarina, filha de Manuel Francisco Ferreira e Perpétua de Jesus. Eufrázia Ferreira faleceu em 18 de janeiro de 1851, na vila de Triunfo; a segunda vez, em 19 de janeiro de 1867, com sua cunhada Leonidia, viúva de João Martins Canabarro

Desses dois matrimônios não houve nenhum descendente. Deixou, entretanto, filhos naturais, que reconheceu.

3. No testamento público (fls. 64 a 66), lavrado a 26 de maio de 1863, na vila de Santana do Livramento, termo da comarca de Bagé, da Província de São Pedro do Sul, no Cartório do Tabelião José das Chagas Guimarães, sendo testemunhas o Major Oliverio Francisco de Oliveira, Alferes David José Martins, Francisco Flores de Oliveira, Henrique Vares e André Vidal, declarou o Brigadeiro David Canabarro, "sou filho legítimo de José Martins Coelho e de sua mulher Dona Maria Ignácia de Jesus, ambos já falecidos na Vila Taquari, nesta Província, lugar onde nasci e fui batizado. Declaro que fui casado com Dona Eufrázia Ferreira Canabarro que faleceu na Vila de Triunfo, não tendo havido filho algum desse matrimônio. Declaro mais: que não tenho ascendentes nem descendentes legítimos, instituo únicos e universais herdeiros ao Capitão Manuel Canabarro, a Maria Angelina Fernandes, casada com o Capitão Manuel Fernandes da Silva e a Deolinda Canabarro, casada com o Alferes João da Câmara Canto, do município de Uruguaiana".

Os três filhos naturais acima mencionados, foram perfilhados por carta de perfilhação e legitimação, como se vê de fls. 67 a 69.

4. Sepultados no cemitério de São Gregório, seus despojos foram transferidos mais tarde para uma das praças da cidade de Santana do Livramento, lugar em que permaneceram até sua remoção para o *Memo-rial*, em 1947 (fls. 94), onde atualmente se encontram, mandado construir pela Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, no cemitério de sua propriedade (fls. 97 e 98).

5. A Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, no n.º 103, 3.º Trimestre de 1946, Ano XXVI, pág. 278, sob o título "Panteão Rio Grandense", publica o discurso proferido pelo saudoso consócio Professor Dr. Edgar Luiz Schneider, com a seguinte nota: "Quando da inauguração desse monumento, a cujo recinto foram recolhidas, por iniciativa da Irmandade da Santa Casa de Porto Alegre, que o mandou construir, com aprovação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, os restos mortais de vários homens ilustres, o nosso consócio Edgar Luiz Schneider pronunciou, como intérprete oficial da solenidade, a oração que ora divulgamos, (documento incluso sob n.º I).

6. Nessa ocasião, no Panteão se encontravam apenas os seis a seguir mencionados: 1) Brigadeiro João Manuel Menna Barreto, os marechais 2) José Luiz Menna Barreto e 3) Gaspar Francisco Menna Barreto, 4) o Padre Tomé Luiz de Souza, 5) o Dr. Félix Xavier da Cunha e 6) o Visconde de São Leopoldo, José Feliciano Fernandes Pinheiro.

7. Em 1945 — di-lo a Câmara Municipal, ora autora, da Liga de Defesa Nacional, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e outras entidades, promoveram a transladação dos restos mortais do Bri-

gadeiro David Canabarro, que se encontravam na base do monumento erigido na Praça General Osório desta Cidade, para Porto Alegre, a fim de serem recolhidos ao Panteão Rio Grandense. (fls. 95).

8. Essa transladação foi feita com a anuência do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, das autoridades e população de Livramento com representação da cidade de Taquari, com a presença do Governo do Estado e das autoridades militares e constituiu verdadeira consagração cívica.

9. Não obstante em 1953, o **Prefeito Municipal de Livramento**, solicitou ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, providências no sentido do retorno àquela cidade, dos despojos do Brigadeiro David Canabarro.

10. Submetido o caso ao parecer da Comissão de História e Geografia, composta dos Srs. Afonso Guerreiro Lima, Moysés Vellinho, e Othelo Rosa, foi por este proferido o parecer que se encontra a fls. 19, 20, **destes autos**, aprovado em 12 de maio de 1953, pela unanimidade dos membros do Instituto presentes à sessão e que ora aqui se dá como se novamente produzido.

11. Em 1977, portanto 32 anos após o em que se efetuou a transladação dos restos mortais do Brigadeiro David Canabarro, para Porto Alegre, (fls. 14), o Instituto recebeu o ofício de 30 de novembro de 1977, em que o Presidente da Câmara Municipal de Santana do Livramento **lhe comunica** ter requerido à Santa Casa de Misericórdia a entrega dos restos mortais do Brigadeiro David Canabarro.

12. A Santa Casa, por seu Provedor Dr. Gert Eduardo Secco Eichenberg, a ele respondeu que, o cemitério da Azenha desta Irmandade, em nicho interno junto à Capela São Joaquim — **Memorial** — acolhe, desde 1947, os despojos daquele ilustre vulto, **por indicação e responsabilidade do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**.

Solicitação idêntica à que V. Sa. acaba de formular foi enviada, em 1953 pelo então Prefeito Municipal de Livramento e não atendida, face ao **Parecer de 12 de maio do mesmo ano, desse Instituto ao qual cabe indicar o nome daqueles que, pelo reconhecimento de seus posteriors, deve merecer a gratidão do culto cívico**.

Considerando o esclarecimento prestado, sugerimos que V. Sa. se dirija ao referido Instituto no sentido de obter do mesmo a liberação pretendida, possibilitando, assim a esta Irmandade, a entrega dos despojos do imortal brasileiro.

13. O Instituto, chamado a falar a respeito, por sua Comissão, de História e Geografia, constituída dos consócios Presidente-relator Arthur Ferreira Filho e Drs. Dante de Laytano e Luiz Alberto Cibils, depois de várias considerações, assim conclui seu

Parecer

"Agora, voltam os interessados de Livramento, a insistir no retorno dos despojos do herói farroupilha, alegando que os mesmos se encontram em lugar impróprio, e em completo abandono.

Esta alegação, porém, é totalmente improcedente, pois o **Memorial da Santa Casa de Misericórdia**, onde se encontram os restos mortais do Visconde de São Leopoldo, dos marchais Gaspar e José Luiz Menna Barreto, do Dr. Félix Xavier da Cunha, do padre Tomé Luiz de Souza e de outros grandes vultos da história riograndense, acha-se muito bem cuidado e em perfeito estado de conservação, conforme foi constatado pelo Sr. Presidente perpétuo Dr. Adroaldo Mesquita da Costa, Padre Rubem Neis, Secretário-Geral e pelo Presidente da Comissão de História e Geografia, relator do presente Parecer, em visita ali realizada a 11 do corrente mês.

Os despojos do General Canabarro, estão em um nicho, ladeado pelo Dr. Aurélio Porto e Alcides Maya, duas grandes figuras da cultura riograndense e membros deste Instituto. Isto posto, somos de parecer que seja mantida pelo Instituto sua resolução anterior sobre o mesmo assunto, s.m.j. Comissão de História e Geografia, 13 de janeiro de 1978. Ass. Arthur Ferreira Filho, Presidente-Relator, Dante de Laytano, Luiz Alberto Cibils".

14. Não foi o Instituto quem criou o "Memorial" mas deu-lhe a aprovação e aplauso quando a idéia lhe foi apresentada pela Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, ora ré, nesta ação havendo sido um dos seus mais distintos consócios — o Professor Edgar Luiz Schneider — quem fez o discurso na inauguração do Panteão Rio Grandense.

Ficou, então, estabelecido, entre a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre e o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul que este sempre seria previamente ouvido, quando se tratasse do ingresso no Panteão de novos membros ilustres. Por isso foi que o saudoso e ilustre consócio Othelo Rosa, em seu notável parecer de 12 de maio de 1953, pôde afirmar com segurança e verdade:

"É mister acentuar ainda que este Instituto teve interferência na criação do Panteon Rio Grandense, do que lhe decorre uma certa responsabilidade na sua manutenção, e até o dever de uma discreta vigilância sobre os rumos de seu destino, como instituição cívica".

15. Em 11 de junho de 1963 (fls. 97) o Dr. Waldemar da Silva Job, na qualidade de Provedor da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre expediu ofício do teor seguinte (fls. 97 e 98) ao Sr. Ivo Caggiani, M.D. Diretor do Jornal "Folha Popular" — Santana do Livramento;

"Senhor Diretor

Esta Santa Casa acolhe, com muita honra, os restos mortais do Brigadeiro David Canabarro em seu Cemitério da Azenha. O ingresso desses despojos se deve a acertos entre o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e a Provedoria desta Instituição. Não existe nos arquivos qualquer documento a respeito, somente a tradição oral citada.

Transladados solenemente os restos, foram eles inumados em nicho interno da Capela São Joaquim.

Em 1958, sendo necessárias reformas substanciais na citada Capela e em atendimento a preceitos do Direito Canônico, foram os restos, bem como os de outros vultos notáveis, na História e na Literatura Riograndense e alguns beneméritos desta Santa Casa, removidos ao **Memorial, construído ao lado da Capela São Joaquim.**

Posso, assim, responder a Vossa Senhoria o seguinte:

1.º que esta Santa Casa agasalha desde 1945 os despojos do Brigadeiro David Canabarro, por solicitação verbal do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

2.º que entende, em princípio, só por determinação do citado Instituto pode devolver os restos sob sua guarda.

3.º que nenhum motivo senão aquele do Direito Canônico, ditou a retirada dos despojos da Capela, para o "Memorial", construído ao lado da mesma, para inumação de todos os restos que se encontravam antes, e irregularmente dentro do templo.

Sendo o que nos cabia esclarecer, em atenção à sua correspondência, subscrevemo-nos Atenciosamente.

Dr. Waldemar da Silva Job. Provedor.

16. Ata da sessão ordinária da Mesa Administrativa da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, realizada em 18 de novembro de 1954.

"Pantheon Riograndense. Propõe o Irmão Provedor que a parte térrea da Capela São Joaquim fique destinada a recolher os restos mortais

dos Riograndenses ilustres, cujos restos mortais se encontram presentemente sepultados em nichos situados no interior da mencionada Capela para serem aí conservados até que o Governo do Estado organize o projectado Pantheon Riograndense. Declara o Irmão Provedor que com a translação proposta se facilitará a visitação pública, nem sempre possível no recinto da Capela, e se atingirá mais plenamente o fim visado, nomeadamente o de indicar, de modo insigne, à veneração pública, os exemplos, talentos e virtudes de tão destacadas personalidades. Propõe, ainda que ao local, destinado para esse fim se dê a denominação de "Memorial dos Homens Ilustres do Rio Grande do Sul".

17. Verifica-se que a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, agasalha desde 1945 (fls. 87) os despojos do Brigadeiro David Canabarro, por solicitação verbal do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Verifica-se, ainda que em 12 de maio de 1953, a Comissão do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, constituída de Afonso Guerreiro Lima, Moysés Vellinho e Othelo Rosa, sendo este relator (fls. 101 a 103) opinou contrariamente ao atendimento do pedido da Câmara Municipal de Santana do Livramento, sendo esse parecer unanimemente aprovado pelo Instituto. Nesse parecer, lê-se o seguinte:

"É a que título pretende Livramento que se imponha aos despojos de David Canabarro esse triste fadário de eternas e inexplicáveis mudanças? Porque, diz o telegrama, Canabarro é filho adotivo do município fronteiriço.

A terra natal de David Canabarro que é Taquari, tem pela memória de seu filho ilustre, culto acendrado e vivo.

Na praça principal da cidade em frente à igreja em que ele foi batizado, foi erigida, em 1935, uma herma do glorioso guerreiro. Entretanto, o município de Taquari, que o relator deste parecer teve a honra de representar na cerimônia de transladação dos restos mortais do General Farroupilha para o Panteon Riograndense, desde esse momento calou o seu velho desejo de ser o depositário final das cinzas do heroico lidador, por considerar que a sua glória, mais do que da terra de seu nascimento é um patrimônio do Rio Grande do Sul, e que, no Panteon, ao lado de outras egrégias figuras da história gaúcha, deveria descansar para sempre o legendário alferes do Rincão do Haedo. É mister acentuar, ainda, que este Instituto teve interferência na criação do Panteon Rio Grandense, do que lhe decorre uma certa responsabilidade na sua manutenção, e até o dever de uma discreta vigilância sobre os rumos de seu destino, como instituição cívica.

Não lhe é lícito, portanto, cooperar, de forma direta ou indireta, em atos e iniciativas que valeriam, em última análise, como fatores de des-crédito e diminuição. Temos como inatendível a pretensão do município de Livramento”.

18. Na inicial, a fls. 2, diz a Câmara Municipal de Santana do Livramento, que os restos mortais do Brigadeiro David Canabarro se encontram depositados em **nicho simples e comum** no Cemitério mencionado (doc. n.º 18) e em **completo abandono**, conforme foi amplamente noticiado pela imprensa do Estado (doc. n.º 25), eis que inexistente o chamado, “Panteon Riograndense”.

Mas, a fls. 4, recua para afirmar que, o procedimento da suplicante e dos que lhe confiaram tal encargo tem como sustentáculo — frize-se — a **inexistência do “Panteão Riograndense”**.

19. O ofício de 11 de junho de 1963 (fls. 97) do Dr. Waldemar da Silva Job, na qualidade de Provedor da Santa Casa de Misericórdia, ao Sr. Ivo Caggiani, M.D. Diretor do Jornal “Folha Popular”, Santana do Livramento, refuta a **inverdade de se acharem os restos mortais do Brigadeiro David Canabarro depositados em nicho simples e comum** (item 16) e o parecer transcrito no item 13 desta Contestação, **corroborar ser falso encontrar-se em completo abandono o mesmo nicho**.

20. No item 16, desta Contestação, a ata da sessão ordinária da Mesa Administrativa da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, realizada em 18 de novembro de 1954, lê-se: **Pantheon Riograndense**. Propõe o Irmão Provedor que a parte térrea da Capela São Joaquim fique destinada a recolher os restos mortais dos Riograndenses ilustres, cujos restos mortais se encontram presentemente sepultados em nichos situados no interior da mencionada Capela para serem aí conservados até que o Governo do Estado organize o projetado Panteão Rio Grandense. Declara o Irmão Provedor que com a transladação proposta se facilitará a visitação pública, nem sempre possível no recinto da Capela e se atingirá mais plenamente o fim visado, nomeadamente, o de indicar, de modo insigne, à veneração pública, os exemplos, talentos e virtudes de tão destacadas personalidades. Propõe, ainda, que ao local, destinado para esse fim, se dê a denominação de “Memorial dos Homens Ilustres do Rio Grande do Sul”.

21. O fato de a Santa Casa de Misericórdia, ora ré, haver denominado “Memorial dos Homens Ilustres do Rio Grande do Sul”, em lugar de “Panteão dos Homens Ilustres do Rio Grande do Sul”, em nada altera nem diminui a glória daqueles cujos restos mortais foram para ali removidos, como justa homenagem da Posteridade.

22. Othelo Rosa, em nome do município de Taquari, por ele representado na solenidade da transladação dos restos mortais de **David Canabarro**, de Santana do Livramento para Porto Alegre, declarou que só deixava de reclamar para Taquari, aqueles despojos, porque estes repousavam, agora, na Capital do Estado, vale dizer, se daqui saíssem, somente seria possível para regressarem à terra de seu berço, à cidade de Taquari.

Conseqüentemente, requer o Instituto que se julgue improcedente o requerido na inicial, para que os restos de David Canabarro continuem no **Memorial** ou **Panteão dos Homens Ilustres do Rio Grande do Sul**, com as cominações de direito, por ser de Justiça.

Porto Alegre, 22 de abril de 1981.

Adroaldo Mesquita da Costa

P A R E C E R E S

Em seus arquivos, guarda o Instituto numerosos pareceres de suas comissões, proferidos em atendimento a solicitações de várias origens. Por seu significado e contribuições que representam, apresentamos aqui a transcrição de vários deles.

P A R E C E R

O Sr. Superintendente do Ensino Secundário do Estado pede ao Instituto:

“uma relação de nomes de personalidades ilustres ligadas ao magistério ou outros personagens eminentes que possam ser apontados como padrões à mocidade estudiosa”,

a fim de servirem como patronos de estabelecimentos de ensino secundário no Rio Grande do Sul.

Fixado, desde logo, o principio de que a escolha somente deva recair em individualidades já desaparecidas, submetemos ao plenário os seguintes nomes, que temos como merecedores da homenagem:

1) — **padre João de Santa Bárbara**, que manteve nesta Capital, durante vários anos, um curso de filosofia, a que acorriam não só elementos da mocidade do tempo, como ainda numerosos cidadãos. Nascido em Laguna, João de Santa Bárbara exerceu também funções de natureza política, tendo sido um dos nossos representantes às Côrtes de Lisboa, e, por mais de uma legislatura, representado o Rio Grande do Sul no Parlamento Nacional, depois da independência;

2) — **dr. Graciano Alves de Azambuja**, autor de um livro didático, “Lições de filosofia”, publicado nesta Capital, e que exerceu no Estado notável influência cultural, através da publicação do “Anuário do Rio Grande do Sul”, em que, no decurso de muitos anos, estudou e divulgou assuntos referentes ao Rio Grande do Sul, dele fazendo um precioso repositório de informações e dados, até hoje consultados com utilidade e proveito.

O dr. Graciano Alves de Azambuja nasceu nesta Capital, exerceu a profissão de advogado, pois se formara em direito na Faculdade de São Paulo, e representou o Brasil na Exposição de Chicago.

3) — **professor João Pedro Henrique Duplan**, que exerceu o magistério no “Liceu União”, de Rio Grande; no “Ginásio S. Pedro”, desta Capital, de que foi vice-diretor; na Escola Normal, também desta Capital, onde lecionou pedagogia; inspetor escolar da 3.^a região; diretor geral da instrução pública de 24 de abril a 19 de outubro de 1885 e de 04 de janeiro a junho de 1889; foi, também, e gratuitamente, por alguns anos, bibliotecário e depois diretor da nossa Biblioteca Pública. ,

Nascido em Meudon, França, em 31 de dezembro de 1848, o professor Duplan faleceu nesta Capital em 5 de julho de 1899. ,

4) — **professor Fernando Ferreira Gomes**, educador de alto renome, diretor do conhecido "Colégio Gomes", desta cidade, por onde passaram numerosos alunos que teriam, mais tarde, papéis de relêvo na vida política e social do Rio Grande do Sul. Fernando Gomes já foi patrono de um colégio público desta Capital, transformado depois em escola técnica, sendo assim de inteira justiça reintegrar-lhe o nome ilustre no patrocínio de outro estabelecimento de ensino.

5) — **dr. Ernesto Alves de Oliveira** — nascido em Rio Pardo, figura brilhante da geração da propaganda republicana, destacando-se como orador e jornalista, e que foi diretor da instrução pública do Estado, falecendo, ainda muito moço, em Porto Alegre.

6) — **Bernardo Taveira Júnior** — escritor e poeta, que exerceu o magistério particular durante toda a sua existência, havendo fundado um colégio na cidade de São Gabriel, e lecionando em Pelotas, onde se fixou, português, inglês, latim e história. Nascido na cidade de Rio Grande, em 5 de junho de 1836, faleceu em Pelotas em 19 de setembro de 1892.

7) — **Alfredo Ferreira Rodrigues** — nascido em 1865 e falecido em 1942, um dos maiores historiadores rio-grandenses, evocador proveto do decênio farroupilha, e que manteve por largo espaço de tempo o "Almanaque do Rio Grande do Sul", publicação de inestimável valor histórico, cuja consulta ainda hoje é essencial nos estudos sobre o Rio Grande do Sul.

8) — **professor Ulysses José da Costa Cabral** — vice-diretor do Colégio Menezes Vieira, no Rio de Janeiro, onde fundou e dirigiu o "Atheneu Brasileiro", colégio que transferiu depois, com o mesmo nome, para esta Capital; foi também vice-reitor do Ginásio "Júlio de Castilhos".

São esses os nomes que nos ocorrem, satisfazendo a solicitação da Superintendência do Ensino Primário, prontificando-nos a fornecer dados biográficos mais completos, daqueles que porventura sejam por ela preferidos.

Sala das sessões ... de outubro de 1956.

A Comissão de História e Geografia:

Eduardo Duarte
Presidente

Othelo Rosa
Relator

Afonso Guerreiro Lima

Aprovado em sessão de 16 de outubro de 1956.

Guilhermino Rosa
Presidente

P A R E C E R

O dr. José do Patrocínio Mota, engenheiro e professor, nome conhecido e estimado por seus méritos profissionais e pelos interessantes trabalhos que vem publicando na imprensa, dirigiu-se ao Sr. Presidente Perpétuo do Instituto, solicitando seu apoio à idéia de um monumento que enalteça a tradição do homem do campo, especialmente a do peão de estância.

Juntou cópia de 12 artigos recentemente publicados no "Correio do Povo", versando sobre o poema satírico "**Antônio Chimango**", de autoria do dr. Ramiro Fortes Barcelos que, se ocultando sob o pseudônimo de Amaro Juvenal, fala pela boca de Tio Lautério, um guapo peão de tropa. Este nas sucessivas rondas, conta, em sextilhas bem rimadas ao modelo de "**Martin Fierro**", uma história visivelmente ofensiva ao, então, presidente do Estado, dr. Antônio Augusto Borges de Medeiros. A exaltação do peão de estância, classe donde saiu a quase totalidade dos imortais soldados-cavalarianos que fizeram a glória do Rio Grande, tem sido uma preocupação constante de nossa literatura regional. Em suas páginas mais românticas, seguidamente se encontram essas figuras-símbolos, representando o ideal do velho lidador da campanha pastoril.

Lautério ou Eleutério, peão da Fazenda do Sítio, em São Sepé, existiu, em carne e osso, falecendo com 88 anos, em 1942. Mas no poema satírico de Ramiro Barcelos, foi apenas um símbolo, tal como Blau Nunes, de Simões Lopes, o Fandango, de Érico Veríssimo, o Tio Moysés Carreteiro, de Alcides Maya, e muitos outros, de autores menos famosos.

O Lautério verdadeiro nada tem a ver com "**Antônio Chimango**", senão o empréstimo do nome, tomado pelo poeta, sem o consultar.

Segundo o escritor Ari Simões Pires, em "**Um Gaúcho Sepeense**", pág. 2, Lautério sempre negou qualquer participação na celebrizada sátira.

Isto também ouvimos do Senador Carlos Alfredo Simch que sobre o caso interpelou o próprio Lautério quando em 1932, esteve na Fazenda do Sítio. O digno peão de estância, já com 78 anos de idade, afirmou nunca ter falado em tal assunto com o dr. Ramiro Barcelos, recusando qualquer convívio no poema.

O que Ramiro Barcelos procurou enaltecer não foi a figura humana de Lautério, mas um símbolo de perfeito peão de estância.

A sugestão do dr. Patrocínio Mota é louvável sob todos os pontos e merecedora de inteiro apoio do Instituto. Um monumento ao peão de estância, onde se perpetue a memória de todos os Blau Nuncs, Lautérios e Fandangos que, com seu suor e seu sangue ajudaram a cimentar a tradição gloriosa da terra gaúcha.

Este o meu parecer.

Comissão de História e Geografia, 28 de junho de 1973.

Arthur Ferreira Filho — relator

Rinaldo Pereira da Câmara

Francisco Riopardense de Macedo

Este parecer foi aprovado por unanimidade em reunião de Diretoria, de 28 de junho de 1973.

Moysés Vellinho, 1.º Vice-Presidente

P. Ruben Neis, Secretário-Geral

P A R E C E R

Sobre a fundação do “Teatro S. Pedro” — objeto da consulta inclusa, — existem algumas incertezas. Entre os cronistas e memorialistas, que aludem ao fato, ocorrem opiniões e dados contraditórios. Entretanto, cremos possível, na base dos elementos que conseguimos coligir, e que enumeraremos em seguida, atendendo, assim, à segunda parte da consulta, assentar os pontos fundamentais sobre o assunto.

A iniciativa da construção do “Teatro S. Pedro” foi de uma comissão de cidadãos, merecendo sempre auxílio do governo provincial, como se verifica dos relatórios da presidência da Província, auxílio ora concretizado em subvenções, ora em concessões de loterias. Entre aqueles cidadãos cita-se, pela sua dedicação e atividade, Manoel Domingues da Costa, tesoureiro da comissão.

As obras tiveram início em 1850. Em 15 de agosto de 1857 eram franqueadas ao público algumas salas, já prontas, onde se passariam a realizar bailes e outras festividades; a inauguração oficial do teatro, entretanto, somente se daria em 27 de junho de 1858, com a representação do drama “Recordações da Mocidade”.

Os estatutos da sociedade, que se encarregara da construção, foram aprovados pelo decreto 2218, de 11 de agosto de 1858, nestes termos:

“Atendendo ao que me representou o barão de Quaraim, como presidente da Sociedade encarregada de edificar o novo teatro na cidade de Porto Alegre, e de conformidade com a minha imediata resolução de 7 do corrente mês, tomada sobre parecer da secção dos negócios do Império do Conselho d’Estado, exarado em consulta de 29 de julho próximo passado; hei por bem aprovar os estatutos da referida sociedade que com este baixam. O marquês de Olinda, conselheiro de estado, presidente do conselho de ministros. ministro e secretário de estado dos negócios do império, assim o tenha entendido e faça executar. — Palácio do Rio de Janeiro, em 11 de agosto de 1858, trigésimo sétimo da independência e do império. — Com a Rubrica de Sua Majestade o Imperador — Marquês de Olinda”.

Os estatutos aprovados eram do seguinte teor:

“Art.º 1.º — A sociedade tem por fim a conclusão e manutenção do novo teatro da cidade de Porto Alegre.

Art. 2.º — O seu capital é de 25:000\$000 divididos como até aqui em ações de 500\$000 cada uma.

Art. 3.º — Este capital será amortizado com os rendimentos do mesmo teatro, e a amortização será feita por meio da sorte não podendo, porém, em cada sorteio caber a cada ação mais do que a quantia de 100\$000.

Art. 4.º — Logo que as ações tenham sido amortizadas, ou se antes disso o governo provincial as resgatar, será o teatro entregue à província.

Art. 5.º — Os sócios que no prazo marcado pela diretoria não preencherem as suas ações, perderão o direito a elas, e as quantias com que tiverem entrado.

Art. 6.º — A propriedade das ações dá a preferência na assinatura dos camarotes ou das cadeiras.

Art. 7.º — As ações não poderão ser transferidas senão de um para outro sócio.

Art. 8.º — Todo o sócio tem direito de votar na proporção das ações que possuir com a cláusula, porém, que de 5 até 8 contos, só há um voto por duas ações, e daí para cima um voto por quatro ações.

Art. 9.º — A Assembléia Geral reunir-se-á anualmente no dia 29 de junho e extraordinariamente quando for convocada pela diretoria, julgando-se constituída quando estiver reunido metade de seu capital, representado pelos sócios presentes, ou pelos ausentes que enviarem procurações aos mesmos sócios.

Art. 10.º — A Assembléia Geral compete eleger a diretoria, tomar-lhe contas, e dar todas as providências que forem conducentes ao bem da sociedade.

Art. 11.º — A diretoria será composta de um Presidente, um Tesoureiro e um Secretário.

Art. 12.º — A diretoria é encarregada de concluir as obras do teatro, vigiar na sua conservação, nomear e demitir os empregados quando for necessário, entender-se com as autoridades, decidir as dúvidas que ocorrerem e tomar todas as medidas indispensáveis para o desempenho de suas funções.

Art. 13.º — A diretoria atual durará até a primeira reunião da assembléia geral.

Art. 14.º — A liquidação da sociedade quando se dissolva em qualquer das hipóteses de que tratar o art. 4.º, ficará pertencendo à diretoria que existir ultimamente nomeada.”

Esses estatutos foram assinados: pelo Barão de Quaraim, presidente da diretoria; Manoel Domingues da Costa, tesoureiro da diretoria; Manoel Ferreira Porto Filho; José Dias de Sousa; José Pedro Alves; João Corrêa de Oliveira; Joaquim José Ferreira Barbosa; José Antonio Coelho Junior; Lopo Gonçalves Bastos; Benjamin Aveline; José Luiz da Costa Junior; João Rodrigues Fagundes; João Henrique Marques; José Francisco dos Santos Pinto; João José Vieira; Luiz Alves Leite de Oliveira Bello; Francisco Pacheco da Silva Leão; Leite & Moura; José de Souza Costa, por João Fernandes Soares; Joaquim de Oliveira Netto; Dionísio de Oliveira Silveiro; João Caetano Ferraz; Francisco da Silva Paranhos Chaves; Joaquim José da Silva Bastos; Francisco Pereira da Rocha Paranhos; dr. Luiz da Silva Flores; barão de Caçapava; por procuração de minha mãe, a Sra. Baroneza de Gravataí, Francisco Baptista da Silva Pereira; Manoel Fialho de Vargas.

Os referidos estatutos foram aprovados, provisoriamente, pelo Presidente da Província, em 28 de novembro de 1857.

Em decorrência da inauguração do “Teatro S. Pedro”, em 27 de junho de 1858, fundou-se em Porto Alegre a “Sociedade Teatral Rio Grandense”, que teve os seus estatutos aprovados pelo decreto 2493, de 30 de setembro de 1859, nesses termos:

“Atendendo ao que me representou a diretoria da Sociedade Teatral Rio Grandense, estabelecida na província de S. Pedro, e de conformidade com a minha immediata resolução de 22 do corrente mês, tomada sobre parecer da secção dos negócios do império do conselho de estado, exarado em consulta de 6 do dito mês: — hei por bem aprovar os estatutos da referida sociedade, que com este baixam. — Palácio do Rio de Janeiro, em 30 de setembro de 1859, trigésimo-oitavo da independência e do império — Com a rubrica de Sua Majestade o Imperador — João de Almeida Pereira Filho”.

Que essa sociedade destinava-se a intervir no funcionamento do novo teatro, conclui-se do texto de alguns artigos dos estatutos aprovados pelo dec. 2493, que vamos transcrever:

“Art. 1.º — A Sociedade Teatral tem por fim único e exclusivo, a sustentação de uma companhia de representações dramáticas, líricas, ou mixtas, na província.

Art. 2.º — O seu fundo capital será o de 20:000\$000, dividido em 200 ações de 100\$000 cada uma.

Art. 5.º — Esta sociedade durará três anos da data da sua instalação se por acordo da assembléia geral dos acionistas, convocada três meses antes, não for prorrogado este prazo.

Art. 20.º — Compete à diretoria:

§ 1.º — Organizar o quadro da companhia.

§ 2.º — Fazer por si ou por intermédio de pessoa de sua confiança os contratos com os artistas que tenham de fazer parte da companhia e empregados anexos, firmando-os por parte da sociedade o presidente e o secretário, como seus natos procuradores.

§ 3.º — Promover por todos os meios a prosperidade da sociedade, solicitando dos poderes da província uma subvenção para sustentação da companhia, assinar contrato em que se responsabilize, por parte da sociedade, e fazer cumprir todas as obrigações que nele forem estipuladas.

Art. 45.º — A Sociedade poderá elevar o seu fundo capital a 30:000\$000, ou o máximo a 40:000\$000 quando assim exijam os seus interesses. — Porto Alegre, 21 de julho de 1859 — Dr. José Bernardino da Cunha Bittencourt, presidente. — Os presentes estatutos foram aprovados em sessão da assembléia geral dos acionistas em 21 de julho de 1859 — O 1.º secretário, Antonio Pinto da Fontoura Barreto — O 2.º secretário, Pedro Nolasco Pereira da Cunha — O tesoureiro, Caetano Xavier Pereira de Brito.”

O art. 23 da lei n.º 466, de 2 de abril de 1861, autorizou o presidente da província a desapropriar o “Teatro S. Pedro” e incorporá-lo aos próprios provinciais, “— pagando o importe da desapropriação com apólices da Diretoria Geral da Fazenda Provincial, que vencerão o juro de 6% anual, para cujo pagamento e amortização do capital aplicará o rendimento do mesmo edificio e o produto das loterias concedidas para a construção deste, à proporção que forem extraídas.”

Essa desapropriação tornou-se efetiva pelo ato n.º 155, de 20 de setembro de 1862, cujo teor é o seguinte:

“O Presidente da Província, usando da faculdade que lhe confere o § 18 do art. 23 da lei n.º 466, de 2 de abril de 1861, autoriza a Diretoria Geral dos Negócios da Fazenda Provincial a proceder a desapropriação do “Teatro S. Pedro”, nesta capital, e incorporá-lo aos próprios provinciais, sob as seguintes bases:

1.ª — Os pagamentos das apólices serão de seis por cento, conforme o § 18 do art. 23 da lei citada; mas no caso do ren-

dimento aplicado no mencionado § não chegar para o pagamento integral dos ditos juros, estes serão reduzidos na proporção do rendimento do ano, não tendo os possuidores das apólices direito a exigir mais e não sendo em caso algum o cofre provincial obrigado a satisfazer-lhes o **deficit**;

2.^a — todo o excesso da renda de um ano, pagos os juros correspondentes ao mesmo ano, será aplicado para amortização das apólices conforme o citado §;

3.^a — o produto da renda existente em poder dos que têm estado encarregados da administração do teatro, e do depositário, será rateado entre os credores (e não acionistas) sendo porém paga integralmente a pequena dívida de 178\$500 réis;

4.^a — finalmente a Presidência nomeará uma comissão de três membros dentre os credores ou acionistas para encarregar-se da administração do teatro, segundo as instruções que houver de dar. — Palácio do Governo em Porto Alegre, 20 de setembro de 1862 — Francisco de Assis Pereira Rocha.”

Dessa data em diante passou o “Teatro S. Pedro” à situação de edifício público, diretamente subordinado ao governo da Província e, ulteriormente, do Estado.

São esses os esclarecimentos, que podemos coligir, sobre a vida do Teatro S. Pedro, oficialmente inaugurado em 27 de junho de 1858, e cujo centenário transcorrerá, portanto, no ano de 1958.

A data de 27 de junho de 1858, além de outras indicações e referências, está sufragada pela autoridade de Pereira Coruja que, na “Crônica Rio Grandense”, escreve:

“1858 — Junho — 27 — Inaugura-se, em Porto Alegre, com um espetáculo público, o Teatro S. Pedro.”

Sala das comissões, de agosto de 1956.

A comissão de História e Geografia:

Eduardo Duarte, presidente

A. G. Lima

Othelo Rosa, relator

P A R E C E R

O Senhor 1.^o Secretário da Assembléia Legislativa, em officio de 19 do corrente, encaminhou ao Instituto a consulta do ilustre deputado Getúlio Marcantônio, que deseja saber se a república proclamada pela Revolução de 35 intitulava-se "República de Piratini" ou "República Rio-Grandense".

O Estado, que existiu de 12 de setembro de 1836 até a assinatura da paz de Ponche Verde, em 1845, compreendendo o território do Rio Grande do Sul, intitulava-se **República Rio-Grandense**. Nenhum documento histórico autorizaria dar-lhe outro título.

No Manifesto de seu proclamador, o então Coronel Antônio de Souza Neto, datado de 11 de setembro de 1836, na margem do rio Jaguarão, diz que a Província do Rio Grande "fica desligada das demais do Império e forma um Estado livre e independente, com o título de **"República Rio-Grandense"**. E a ata lavrada no dia seguinte, no mesmo local e assinada, não só pelo Cel. Neto, como por cinquenta e dois outros chefes e oficiais, começa textualmente assim: "Aos doze de setembro do ano de 1836, na costa do Jaguarão, foi declarado que a Província do Rio-Grande de ora em diante se constitui nação livre e independente, com o título de **República Rio-Grandense**". E o preâmbulo do projeto da Constituição submetido à Assembléia Constituinte instalada a 1.^o de dezembro na então vila de Alegrete, assim principiava: "Nós Representantes do Povo da **República Rio-Grandense**, etc."... em consequência, todos os decretos de Bento Gonçalves começam com estas palavras: "O Presidente-Constitucional da **República Rio-Grandense**..."

Não existe, nunca existiu qualquer documento de origem farroupilha contemporâneo da malograda República, que lhe atribuisse o título de **"República de Piratini"**.

Donde, pois, esse título, vez ou outra, mencionado até por historiadores respeitáveis, como Othelo Rosa?

A resposta fomos encontrar na "Guerra Civil do Rio Grande do Sul", de autoria do Conselheiro do Império, jurista e historiador Tristão de

Alencar Araripe. Com efeito, informa esse autor, que foi, durante o ano de 1876, presidente da Província do Rio-Grande: "Os adversários da rebel- dia alcunhavam, por desprezo, a administração republicana de "governi- cho", os partidistas da República denominavam "farrapos" e a esta inti- tulavam República de Piratini; querendo vincular pelo nome de uma pe- quena vila da Província a insignificância da nova organização política".

Nada justifica, pois, dar-se hoje à República sustentada, durante qua- -se nove anos, pelo heroísmo dos gloriosos farroupilhas, o título irônico que lhe atribuíram seus adversários de idéias.

Piratini foi a primeira Capital e é depositária das mais belas recor- dações do Decênio Heróico, devendo ser considerada um centro de pere- grinação cívica. O nome da República, porém, teria que abranger, como de fato abrangia, toda a extensão do Rio Grande.

Este o parecer.

Comissão de História e Geografia, 25 de abril de 1967.

Arthur Ferreira Filho
Relator

Antônio da Rocha Almeida

Luiz Alberto Cibils

P A R E C E R

JOSÉ DA SILVA PAIS,

o fundador do Rio Grande do Sul

O brigadeiro José da Silva Pais, fundador do Rio Grande de São Pedro, nasceu em Lisboa, aos 25 de outubro de 1679, reinando em Portugal D. Pedro II. Provindo de troncos modestos, pouco se sabe de sua ascensão além dos escassos dados constantes da certidão de nascimento. Quanto a seu pai, há referência de que foi piloto de navios que faziam a rota do Brasil.

Ainda que desajudado pela origem, chegou a ser, entretanto, um dos oficiais mais ilustres de seu tempo. Tirou curso de humanidades e a carta de engenheiro. E pelo devotamento ao estudo, pela competência profissional e pelos invulgares dotes de inteligência, conquistou funções que em regra eram privativas da nobreza. Muito cedo seria distinguido com a nomeação de cavaleiro fidalgo da casa real.

Silva Pais participou, como voluntário, de encarniçadas lutas contra a Espanha, nas quais muito se destacou, quer como engenheiro, quer como cabo de guerra. Nos registros da época, mais de uma vez aparecerá o seu nome entre os heróis a cuja intrepidez Portugal ficou devendo à integridade de seu território e sua própria sobrevivência política.

Conta-se que nas operações de guerra, quando dava uma ordem era o primeiro a cumpri-la, como em Abrantes: ele mesmo pôs a carga ao ombro, a fim de que seus comandados lhe seguissem o exemplo. Nos combates, o único lugar que disputava era a linha de frente. Em 28 de junho de 1706, 126 anos após a humilhante entrada do Duque d'Alba em Lisboa, ele teve a glória de figurar na vanguarda das forças que, num desagravo a Portugal, atacaram e ocuparam a orgulhosa capital da Espanha.

Mercê de sua bravura e valimento em feitos decisivos, Silva Pais conquistou, um por um, os mais altos postos da hierarquia militar, chegando ao cume da carreira como sargento-mor de batalha, a maior graduação do generalato.

Após receber a promoção ao posto de brigadeiro de infantaria, foi destacado, em 1735, para completar o quadro do governo do Brasil, onde,

além do encargo de substituir em seus impedimentos o governador do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrade, foram-lhe cometidos importantes trabalhos de engenharia militar.

No Brasil, Silva Pais seria a figura central de acontecimentos da mais alta transcendência histórica. Com efeito, mal pisou em terra, e assumiu logo a incumbência de organizar uma expedição de socorro à Colônia do Sacramento, posta em perigo por nova agressão dos castelhanos.

Dessa urgente operação, na qual lhe coube o comando da força de desembarque, havia de resultar, logo depois, a ocupação oficial do Rio Grande de São Pedro. Assegurada a defesa do baluarte português fronteiriço a Buenos Aires, Silva Pais se dispôs a desalojar de Montevideu o inimigo ali fortificado, mas, tornando-se-lhe adversas as circunstâncias, subiu com sua frota e sua gente, e veio plantar na embocadura da Lagoa dos Patos, à margem direita do então chamado Rio de São Pedro, a fortaleza que seria o primeiro marco oficial da soberania lusitana em terra rio-grandense. Isto se deu em 19 de fevereiro de 1737. Com o brigadeiro desembarcaram 260 homens, os quais, reunidos aos 160 de Cristóvão Pereira de Abreu, que aqui os aguardavam, constituíram o núcleo inicial da conquista e defesa do novo território.

O presídio de Rio Grande, destinado a dar cobertura à Colônia do Sacramento, ia erigir-se num fator vital para a integração e segurança do domínio luso-brasileiro na parte mais vulnerável de suas fronteiras.

Mas a construção do baluarte não era tudo para a vocação de estadista de Silva Pais: mediante esforços extraordinários, amplas e enérgicas providências de caráter administrativo, econômico e social, tudo fez por estimular a vinda de povoadores e criar condições favoráveis à sua fixação e ao mesmo tempo à sua irradiação para o interior. A ação que desenvolveu nesse sentido, pronta e eficiente, deu um impulso definitivo à silenciosa obra de penetração que os lagunenses vinham empreendendo, desde 1725, ao longo da orla marítima. A entrada dos primeiros casais que aqui se estabeleceram, antes dos açorianos, foi ainda providência de Silva Pais.

Como se vê, além de chefe militar de assinalada bravura, o brigadeiro era também um estadista de generosa visão, cabendo-lhe, sem dúvida o direito de figurar lado a lado com os construtores autênticos do Império luso-brasileiro. Pode-se dizer que, ao lançar a pedra fundamental de forte Jesus-Maria-José, ele adivinhou, na sua clarividência, que o que começara a construir era mais que um estabelecimento militar, mais que uma cidade perdida nos confins meridionais da América Portuguesa: ele em verdade sabia que estava plantando a semente de uma nova capitania, sabia que, como os velhos lusíadas, continuava promovendo a dilatação

do império. Ocupado e fortificado o estreito, apressou-se Silva Pais em construir novas fortalezas no interior, com o fim de barrar os avanços do inimigo e cobrir a marcha do povoamento em direção aos domínios espanhóis.

Ao infatigável cabo de guerra se deve a criação do **Regimento de Dragões do Rio Grande**, o qual, transferido depois para Rio Pardo, encheria de rasgos gloriosos, por todo um século de lutas, a história do Continente de São Pedro. Sua dupla ação de soldado e administrador constitui o nobre alicerce sobre o qual assenta o edifício que é hoje o Estado do Rio Grande do Sul.

No empenho de ampliar as raias do império ultramarino, Silva Pais não teve que lutar somente contra o inimigo e contra o deserto. A verdade é que sua empresa esteve a pique de soçobrar por causa de mesquinhas divergências políticas, quando autoridades de alto porte puseram em dúvida, perante o Conselho Ultramarino de Lisboa, a legitimidade ou a conveniência da ocupação do Rio Grande!... Não fosse a energia com que Silva Pais afrontou seus antagonistas, e outro teria sido — e bem melancólico! — o destino político da velha Capitania d'El Rei.

Em dezembro de 1737, após dez meses de ação ininterrupta, carregada de conseqüências as mais transcendentais e fecundas, o brigadeiro afasta-se do Rio Grande para assumir o cargo de governador de Santa Catarina.

Devido a disputas com o poderoso Gomes Freire, que aliás iria prestar, mais tarde, tão importantes serviços ao Rio Grande, Silva Pais não recebeu em vida o prêmio do reconhecimento a que fez jus. Em 1749, regressa a Portugal, carregado de desilusões, e lá morre na obscuridade, depois de arrastar longa velhice.

Quem, porém, não tem o direito de esquecê-lo, quem, pelo contrário, deveria renovar constantemente o culto que lhe merece, é a terra que teve o privilégio de contar entre seus construtores uma grande figura de soldado e de estadista. Esta terra é o Rio Grande do Sul.

Eduardo Duarte — Presidente

Moysés Vellinho — Relator

Mons. João Maria Balem

Fontes:

GENERAL BORGES FORTES — **O Brigadeiro José da Silva Pais e a Fundação do Rio Grande** — “Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul” Ano XIII, III Trimestre, Porto Alegre, 1933.

EDGAR FONTOURA — **Escôço Biográfico de José da Silva Pais** — Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, 1937.

AURÉLIO PORTO — **História das Missões Orientais do Uruguai** — Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1941.

BOLETIM DO CENTRO RIO-GRANDENSE DE ESTUDOS HISTÓRICOS — Rio Grande, 1939.

Quadro dos sócios

Sócios fundadores do IHGRGS

	Nomes	Títulos	Categoria	Admissão	Falecimento
01	— ACHYLLES PORTO ALEGRE	Professor	Efetivo	05.08.1920	21.03.1926
02	— ADROALDO MESQUITA DA COSTA (*)	Advogado	Efetivo	05.08.1920	*
03	— AFONSO AURÉLIO PORTO	Jornalista	Efetivo	05.08.1920	10.09.1945
04	— AFONSO GUERREIRO LIMA (**)	Professor	Efetivo	05.08.1920	06.10.1959
05	— ALBERTO JUVENAL DO REGO LINS	Advogado	Efetivo	11.08.1920	—, —, —
06	— ALCIDES DE MENDONÇA LIMA	Advogado	Correspondente	11.08.1920	26.08.1935
07	— ALCIDES MAYA	Jornalista	Correspondente	11.08.1920	02.09.1944
08	— ALFREDO CLEMENTE PINTO	Professor	Efetivo	05.08.1920	21.01.1938
09	— ALFREDO FERREIRA RODRIGUES	Jornalista	Correspondente	11.08.1920	08.03.1942
10	— ALFREDO ALVARO MACIEL MOREIRA	Advogado	Correspondente	05.08.1920	—, —, 1928
11	— ALFREDO VARELLA	Advogado	Correspondente	11.08.1920	27.07.1943
12	— ALVARO BATISTA	Médico	Correspondente	11.08.1920	11.08.1933
13	— AMARO BATISTA	Engenheiro	Efetivo	05.08.1920	01.08.1961
14	— ANTÃO GONÇALVES DE FARIA	Engenheiro	Efetivo	05.08.1920	03.02.1936
15	— ANTÔNIO AUGUSTO BORGES DE MEDEIROS	Advogado	Honorário	05.08.1920	25.04.1961
16	— ARMANDO DIAS DE AZEVEDO	Advogado	Efetivo	05.08.1920	13.10.1977
17	— ARTHUR DE CARVALHO CANDAL	Professor	Efetivo	05.08.1920	21.10.1924
18	— AUGUSTO DAISSON	Jornalista	Efetivo	11.08.1920	22.07.1927
19	— AUGUSTO PORTO ALEGRE	Jornalista	Correspondente	11.08.1920	06.05.1947
20	— BENJAMIN FLORES	Jornalista	Efetivo	11.08.1920	—, —, 1923
21	— CARLOS TESCHAUER	Padre	Efetivo	05.08.1920	16.08.1930

Sócios fundadores do IHGRGS

	Nomes	Titulos	Categoria	Admissão	Falecimento
22	— DELFINO MARQUES RIET	Estancieiro	Efetivo	05.08.1920	—, —, 1933
23	— DEMÉTRIO NUNES RIBEIRO	Advogado	Correspondente	11.08.1920	09.12.1931
24	— EDUARDO DUARTE (***)	Médico	Efetivo	05.08.1920	09.12.1962
25	— EMÍLIO FERNANDES DE SOUZA DOCCA	Militar	Efetivo	05.08.1920	21.05.1945
26	— FERNANDO LUIZ OSÓRIO FILHO	Advogado	Correspondente	11.08.1920	25.02.1939
27	— FLORENCIO CARLOS DE ABREU E SILVA	Advogado	Efetivo	05.08.1920	24.02.1969
28	— FRANCISCO ANTONINO XAVIER E OLIVEIRA	Advogado	Efetivo	05.08.1920	09.07.1959
29	— FRANCISCO DE LEONARDO TRUDA	Jornalista	Efetivo	05.08.1920	18.02.1942
30	— FRANCISCO RODOLFO SIMCH	Advogado	Efetivo	11.08.1920	15.10.1937
31	— HOMERO BATISTA	Advogado	Correspondente	11.08.1920	14.10.1924
32	— JOÃO BATISTA HAFKEMEYER	Padre	Efetivo	11.08.1920	10.02.1924
33	— JOÃO BITTENCOURT DE MENEZES	Jornalista	Efetivo	11.08.1920	—, —, —
34	— JOÃO DA SILVA BELÉM	Jornalista	Correspondente	20.09.1920	24.06.1935
35	— JOÃO LÜTGEN	Padre	Efetivo	11.08.1920	30.01.1923
36	— JOÃO CÂNDIDO MAIA	Jornalista	Efetivo	05.08.1920	06.05.1944
37	— JOÃO PINTO DA SILVA	Escritor	Efetivo	11.08.1920	13.11.1950
38	— JOAQUIM FRANCISCO DE ASSIS BRASIL	Advogado	Correspondente	11.08.1920	24.12.1938
39	— JOAQUIM LUIZ OSÓRIO	Advogado	Correspondente	11.08.1920	—, 10.1949

Sócios fundadores do IHGRGS

	Nomes	Titulos	Categoria	Admissão	Falecimento
40	— JOSÉ PAULO RIBEIRO	Notário	Efetivo	05.08.1920	—.—.—
41	— JOSÉ VIEIRA REZENDE SILVA	Advogado	Efetivo	05.08.1920	25.11.1951
42	— JOSÉ ZEFERINO DA CUNHA	Advogado	Efetivo	05.08.1920	—.—.—
43	— LEOPOLDO CRUZ DE FREITAS	Advogado	Correspondente	11.08.1920	—.02.1940
44	— LINDOLFO COLLOR	Jornalista	Efetivo	11.08.1920	21.10.1942
45	— LUIZ MARIANO DA ROCHA	Monsenhor	Efetivo	05.08.1920	30.11.1959
46	— MANOEL JOAQUIM DE FARIA CORREA	Militar	Efetivo	05.08.1920	—.05.1954
47	— MANOEL THEÓPHILO BARRETO VIANNA	Militar	Efetivo	11.08.1920	05.03.1928
48	— MIGUEL JOSÉ PEREIRA	Militar	Efetivo	05.08.1920	31.08.1927
49	— OLAVO FRANCO DE GODOY	Advogado	Efetivo	11.08.1920	—.—.—
50	— OSCAR MIRANDA	Militar	Efetivo	05.08.1920	—.—.—
51	— OTÁVIO AUGUSTO DE FARIA CORREA	Professor	Efetivo	05.08.1920	03.02.1921
52	— PROTÁSIO ANTÔNIO ALVES	Médico	Efetivo	05.08.1920	05.06.1933
53	— ROBERTO LANDELL DE MOURA	Padre	Efetivo	05.08.1920	30.07.1928
54	— ROQUE OLIVEIRA CALLAGE	Jornalista	Correspondente	11.08.1920	23.05.1931
55	— TANCREDO FERNANDES DE MELLO	Militar	Efetivo	11.08.1920	21.05.1945

(*) — Presidente Perpétuo — Eleito em 16.05.1963

(**) — Tesoureiro Perpétuo — Eleito em 14.08.1948

(***) — Secretário Perpétuo — Eleito em 12.05.1934

Sócios Efetivos do IHGRGS

	Nome	Admissão	Posse	Falecimento
01	— ABEILLARD BARRETO	17.01.1945	09.05.1945	*
02	— ALFREDO VICENTE SCHERER	22.12.1977	25.09.1978	*
03	— AMYR BORGES FORTES	05.08.1960	23.05.1963	*
04	— ÂNGELO GUIDO	10.05.1938	20.09.1938	09.12.1969
05	— ANTÔNIO DA ROCHA ALMEIDA	05.08.1960	22.11.1962	30.09.1971
06	— ARNALDO BRUXEL	16.05.1963	22.10.1964	*
07	— ARTHUR FERREIRA FILHO	05.08.1960	12.05.1963	*
08	— ARTHUR JOSÉ RABUSKE	23.10.1980	20.08.1981	*
09	— ATHOS DAMASCENO FERREIRA	29.10.1957	12.11.1957	14.04.1975
10	— BALDUINO RAMBO	17.04.1943	31.01.1945	12.09.1961
11	— CARLOS DANTE DE MORAES	29.10.1957	12.11.1957	*
12	— CARLOS DE PAULA COUTO	06.06.1941	05.08.1941	*
13	— CARLOS DE SOUZA MORAES	23.09.1971	22.11.1973	*
14	— CARLOS REVERBEL	29.09.1966	14.10.1966	*
15	— CLEMENCIANO BRUM BARNASQUE	18.10.1932	24.05.1933	22.12.1941
16	— DANTE DE LAYTANO	24.07.1936	05.08.1936	*
17	— DARCY PEREIRA DE AZAMBUJA	07.05.1930	30.06.1931	14.03.1970
18	— DEOCLÉCIO DE PARANHOS ANTUNES	24.09.1935	24.09.1935	20.08.1962
19	— EARLE DINIZ MACARTHY MOREIRA	23.10.1980	15.10.1981	*
20	— EDGAR LUIZ SCHNEIDER	13.06.1941	17.01.1945	05.04.1963
21	— ESTEVAO LEITÃO DE CARVALHO	06.06.1941	05.09.1941	—, —, —
22	— EURICO RODRIGUES	29.10.1957	12.11.1957	*
23	— FÉLIX CONTREIRAS RODRIGUES	26.06.1935	27.06.1935	08.05.1960
24	— FRANCISCO RIOPARDENSE DE MACEDO	23.09.1971	27.09.1973	*
25	— GABRIEL MENNA BARRETO	23.09.1971	+	24.03.1973
26	— GASTON HASSLOCHER MAZERON	18.10.1932	24.05.1933	18.04.1950
27	— GUILHERMINO CESAR DA SILVA	05.07.1949	16.08.1949	*

Sócios Efetivos do IHGRGS

	Nome	Admissão	Posse	Falecimento
28	— HEIRICH ADAM WILHELM BUNSE	05.12.1974	04.12.1975	*
29	— JACY ANTÔNIO TUPY CALDAS	26.06.1935	27.06.1935	— .02.1946
30	— JOÃO MARIA BENTO BALEM	05.07.1949	16.08.1949	18.01.1978
31	— JOÃO PALMA DA SILVA	05.12.1974	06.11.1975	28.09.1978
32	— JORGE BAHLIS	22.10.1931	30.06.1932	31.07.1952
33	— JORGE GODOFREDO SCHELL FELIZARDO (****)	06.06.1941	05.10.1941	01.02.1966
34	— JOSÉ DE ARAÚJO FABRÍCIO	05.07.1949	30.08.1949	*
35	— JOSÉ PEREIRA COELHO DE SOUZA	10.05.1938	17.01.1945	*
36	— LAUDELINO TEIXEIRA DE MEDEIROS	22.06.1972	07.11.1974	*
37	— LEONARDO MACEDÔNIA FRANCO E SOUZA	30.06.1932	19.10.1932	23.02.1947
38	— LOURENÇO MÁRIO PRUNES	05.07.1949	16.08.1949	*
39	— LUIS ALBERTO CIBILS	16.05.1963	30.05.1963	*
40	— LUIZ CARLOS BARBOSA LESSA	23.10.1980	17.09.1981	*
41	— LUIZ CARLOS DE MORAES	30.11.1938	05.08.1939	24.07.1969
42	— LUIZ GONZAGA JAEGER	17.08.1937	07.09.1937	21.02.1963
43	— MANOEL DE SOUZA DUARTE	25.11.1932	02.05.1935	30.11.1957
44	— MANOELITO GUGLIELMI DE ORNELLAS	26.06.1935	24.09.1935	08.07.1969
45	— MANSUETO BERNARDI	30.05.1925	13.05.1927	09.09.1966
46	— MARINO JOSETTI DE ALMEIDA	06.07.1940	23.09.1944	06.09.1957
47	— MÁRIO CALVET FAGUNDES	16.05.1963	21.05.1964	07.05.1979
48	— MÁRIO TEIXEIRA DE CARVALHO	01.06.1937	17.06.1937	20.09.1945
49	— MOACYR DOMINGUES	05.12.1974	25.09.1975	*
50	— MOYSÉS DE MORAIS VELLINHO	05.07.1949	30.08.1949	27.08.1980
51	— NESTOR ERIKSEN	27.06.1941	05.08.1941	— . — . —

Sócios Efetivos do IHGRGS

	Nome	Admissão	Posse	Falecimento
52	— OLYNTHO SANMARTIN	01.06.1937	21.06.1937	21.07.1973
53	— OTHELO RODRIGUES ROSA	07.05.1930	29.06.1930	04.12.1956
54	— PAULO JAURÉS PEDROSO XAVIER	29.10.1957	18.03.1958	*
55	— RAPHAEL COPSTEIN	25.05.1979	11.09.1980	*
56	— RENATO DE AZEVEDO COSTA	16.05.1963	11.06.1964	12.04.1979
57	— RINALDO PEREIRA DA CÂMARA	05.07.1949	25.10.1949	20.08.1974
58	— RIOGRANDINO DA COSTA E SILVA	05.08.1960	29.11.1962	*
59	— RUBEN NEIS (CELESTINO)	23.09.1971	25.05.1972	*
60	— RUBENS DE BARCELLOS	07.09.1924	07.09.1924	15.12.1951
61	— SÉRGIO DA COSTA FRANCO	25.05.1979	04.09.1979	*
62	— TARCÍSIO ANTÔNIO DA COSTA TABORDA	06.08.1981		*
63	— VALENTIM BENÍCIO DA SILVA	19.06.1943	06.12.1943	23.08.1958
64	— WALTER SPALDING	30.06.1932	19.10.1932	05.06.1976

(***) — Secretário Perpétuo — Admitido em 16.05.1963

Sócios Correspondentes do IHGRGS

	Nomes	Admissão	Referência	Falecimento
01	— AFONSO DE ESCRAGNOLE TAUNAY	22.08.1935	SP	+
02	— ALCINDO DE AZEVEDO SODRÉ	17.01.1945	Petrópolis-RJ	16.03.1952
03	— ALFREDO ROMÁRIO MARTINS	17.01.1945	PR	+
04	— ALVARO DE ALENCASTRE	22.08.1935	RJ	+
05	— AMÉRICO JACIBINA LACOMBE	30.11.1961	RJ	*
06	— ANGIONE COSTA	06.06.1941	RJ	*
07	— ANÍBAL MATOS	06.06.1941		+
08	— ANTÔNIO BATISTA PEREIRA	30.06.1931		+
09	— ANTÔNIO DE ARAÚJO DE A. BULÇÃO SOBR.º	31.01.1945	BA	01.01.1965
10	— ANTÔNIO TAVARES PINÃO	13.06.1945	SP	*
11	— ARTUR CESAR FERREIRA REIS	06.06.1941	PA	*
12	— AUGUSTO MEYER	05.08.1960	RJ	10.09.1970
13	— AUGUSTO TASSO FRAGOSO	22.10.1931	RJ	+
14	— AGUSTÍN VENTURINO	14.09.1932	Chile	*
15	— CARLOS GRANDMASSON RHEINGANTS	05.07.1949	Petrópolis-RJ	*
16	— CARLOS TASSO DE SAXE C. E BRAGANÇA	05.08.1966	SP	*
17	— CARLOS XAVIER PAES BARRETO	16.05.1963	Vitória-ES	
18	— CLAUDIO MOREIRA BENTO	21.10.1976	RJ	*
19	— CONDE DE AFONSO CELSO	22.08.1935	Natal-RN	+
20	— DANIEL ORTEGA RICAURTE	16.10.1939	Bogotá-Colômbia	*
21	— DAVID ANTÔNIO DA SILVA CARNEIRO	26.06.1964	PR	*
22	— DÍDIO IRATIM AFONSO DA COSTA	16.05.1945	RJ	
23	— EDGAR FONTOURA	11.08.1938	PR	+
24	— EMÍLIO A. CONY	08.07.1940	Buenos Aires-Argentina	+
25	— EPIFÂNIO DA FONSECA DÓRIA	06.06.1941	Aracaju-SE	*
26	— FERNANDO O. ASSUNÇÃO	30.06.1977	Montevideu-Uruguai	*
27	— FERNANDO CALLAGE	22.08.1935	SP	03.12.1964

Sócios Correspondentes do IHGRGS

	Nomes	Admissão	Referência	Falecimento
28	— FRANCISCO DE PAULA CIDADE	27.08.1929	RJ	31.03.1968
29	— FREDERICO DE BARROS BROTERO	05.08.1948	SP	*
30	— GASTÃO DE BITTENCOURT	06.12.1949		+
31	— GASTÃO PENALVA (Com. Sebastião de Souza)	30.11.1938	RJ	+
32	— GERALDO JOSÉ PAUWELS	24.05.1925	Florianópolis-SC	25.10.1960
33	— GUILHERME AULER	31.01.1945	Recife-PE	+
34	— GUILHERME STUDART (Barão STUDART)	12.04.1925	CE	
35	— HÉLIO VIANNA	16.05.1945	RJ	06.01.1972
36	— HENRIQUE DA SILVA FONTES	22.10.1931	SC	23.05.1966
37	— HENRIQUE OSCAR WIEDERSPAHN	11.08.1938	SP	*
38	— HERBERT CANABARRO REICHARDT	26.06.1935	RJ	
39	— HORÁCIO ARREDONDO HIJO	27.08.1928	Montevideu-Uruguai	+
40	— IVAN MONTEIRO DE BARROS LINS	29.09.1966	RJ	16.06.1975
41	— JEAN ROCHE	23.10.1980	França	*
42	— JOÃO AFONSO CORTE REAL	29.10.1957	Portugal	
43	— JOÃO BATISTA PEREIRA	30.06.1931	RJ	
44	— JOÃO BORGES FORTES	22.10.1931	RJ	13.09.1942
45	— JOÃO NEVES DA FONTOURA	30.11.1961	Cachoeira do Sul-RS	31.03.1962
46	— JONAS DE MORAES CORREIA NETO	05.12.1974	RJ	*
47	— JONATAS DA COSTA RÊGO MONTEIRO	30.11.1938	RJ	17.06.1939
48	— JORGE D'ESCRAGNOLLE TAUNAY	05.08.1966	Montevideu-Uruguai	*
49	— JORGE SALIS GOULART	06.05.1928	Bagé-RS	20.09.1934
50	— JORGE ARTHUR BOITEUX	22.10.1931	SC	+
51	— JOSÉ BUENO DE OLIVEIRA DE AZEVEDO F.º	26.02.1945	SP	*
52	— JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES	05.08.1960	RJ	*
53	— JOSÉ LIMA FIGUEIREDO	06.06.1941	Cachoeira do Sul-RS	+
54	— JOSÉ OCTAVIANO PINTO SOARES	22.10.1931	RJ	+

Sócios Correspondentes do IHGRGS

	Nomes	Admissão	Referência	Falecimento
55	— LAURO REINALDO MÜLLER	05.08.1964	Estrela-RS	+
56	— LEOPOLDO PETRY	06.12.1949	Novo Hamburgo-RS	29.11.1966
57	— LUIZ ALVES DE OLIVEIRA BELLO	21.03.1945	RJ	01.09.1974
58	— LUIZ DA CÂMARA CASCUDO	26.06.1935	Natal-RN	*
59	— LUIZ FELIPE DE CASTILHOS GOYCOCHÉA	30.11.1938	RJ	—, 02.1969
60	— LUIZ FELIPE SILVA WIEDEMANN	26.06.1964	Campinas-SP	*
61	— LUIZ FERAND DE ALMEIDA	23.09.1971	Portugal	*
62	— LUIZ LAVANÈRE	06.06.1941	Alagoas-AL	*
63	— LUIZ DA SILVA RIBEIRO	10.12.1947	Ilha Terceira-Portugal	*
64	— MANOEL ESTEVÃO FERNANDES BASTOS	24.05.1933	Osório-RS	22.09.1938
65	— MÁRIO CARNEIRO DO REGO MELLO	22.08.1935	Recife-PE	*
66	— MÁRIO GARDELIN	24.07.1980	Caxias do Sul-RS	*
67	— OLÍMPIO COSTA JÚNIOR	28.11.1963	Recife-PE	*
68	— OSWALDO RODRIGUES CABRAL	06.06.1941	Florianópolis-SC	17.02.1973
69	— PEDRO BRASIL BANDECCHI		SP	*
70	— PEDRO DIAS DE CAMPOS	30.05.1926	SP	04.07.1953
71	— PEDRO GASTÃO DE ÓRLEANS E BRAGANÇA	06.07.1948	Petrópolis-RJ	*
72	— PEDRO JACINTO DE MALLET JOUBIN	06.08.1981	RJ	*
73	— PERCY ALVIM MARTIN	16.10.1939	Califórnia-USA	08.03.1942
74	— PLÍNIO AYROSA	06.06.1941	SP	+
75	— RAIMUNDO GIRÃO	06.12.1949	CE	*
76	— RAMON DE CASTRO ESTEVES	17.01.1945	Buenos Aires-Argentina	*
77	— RAYMOND PEBAYLE	21.10.1976	Brest-França	*
78	— ROMEU CALDERAN BELTRÃO	30.11.1961	Santa Maria-RS	+
79	— RUBEN MACHADO DA ROSA	26.06.1964	RJ	*
80	— RÚBIO BRASILIANO FERREIRA	05.08.1947	Erechim-RS	26.07.1964
81	— SETEMBRINO A. PEREDA	24.05.1933	Montevidéu-Uruguai	

Sócios Correspondentes do IHGRGS

	Nomes	Admissão	Referência	Falecimento
82	— SEVERINO SOMBRA	06.06.1941		
83	— TARCÍSIO ANTÔNIO DA COSTA TABORDA	30.11.1961	Bagé-RS	*
84	— TITO LÍVIO FERREIRA	29.09.1966	SP	*
85	— TÚLIO VARGAS	24.07.1980	Curitiba-PR	*
86	— VICTOR RUSSOMANO	22.08.1935	Pelotas-RS	20.09.1937
87	— VIRGÍLIO CORREIA FILHO	16.05.1945		†
88	— WALTER FERNANDO PIAZZA	21.12.1978	Florianópolis-SC	*
89	— ZÓSIMO LOPES DOS SANTOS	06.08.1981	Santa Maria-RS	*

Sócios Beneméritos e Honorários do IHGRGS

	Nomes	Categoria	Admissão	Falecimento
01 —	EDGAR LUIZ SCHNEIDER	Benemérito	17.05.1949	05.04.1963
02 —	GETÚLIO DORNELLES VARGAS	Grande Benemérito	12.11.1940	24.08.1954
03 —	ILDO MENEGHETTI	Benemérito	09.09.1971	31.03.1980
04 —	JOÃO MARIA BENTO BALEM	Benemérito	06.04.1978	18.01.1978
05 —	MEM DE SÁ	Benemérito	17.05.1949	*
06 —	THOMAZ CARLOS DUARTE	Benemérito	26.11.1981	*
07 —	WALTER PERACHI BARCELOS	Benemérito	27.10.1970	*
08 —	WALTER SÓ JOBIM	Benemérito	17.05.1949	17.02.1974
01 —	ANTÔNIO AUGUSTO BORGES DE MEDEIROS	Honorário	05.08.1920	25.04.1961
02 —	FLORENCIO CARLOS DE ABREU E SILVA	Honorário	21.06.1934	24.02.1969
03 —	LEONARDO MACEDÔNIA FRANCO E SOUZA	Honorário	16.07.1942	23.02.1947
04 —	MANOEL THEÓPHILO BARRETO VIANNA	Honorário	11.08.1920	05.03.1928
05 —	PROTÁSIO ANTÔNIO ALVES	Honorário	05.08.1920	05.06.1933